

Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda

**OS IMPACTOS DO TURISMO NA PERCEPÇÃO DA
COMUNIDADE DA VILA DE SÃO DE JORGE: O PORTAL
DE ENTRADA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GOIÁS**

**Belo Horizonte – MG
Centro Universitário UNA
Novembro/2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda

**OS IMPACTOS DO TURISMO NA PERCEPÇÃO DA
COMUNIDADE DA VILA DE SÃO DE JORGE: O PORTAL
DE ENTRADA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Turismo e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Ph.D. José Euclides Alhadas Cavalcanti

**Belo Horizonte – MG
Centro Universitário UNA
Novembro/2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L131i LACERDA, Roberta Carolina Lima Gontijo de
Os impactos do turismo na percepção da comunidade da vila de São de Jorge: o portal de entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – Goiás / Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda. – Belo Horizonte: 2007.
124f.: il.

Orientador: José Euclides Alhadas Cavalcanti

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário UNA, Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. 2007.

Bibliografia: f. 117 - 121

1. Turismo – Teses. 2. Vila de São Jorge – Teses. 3. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – Teses. I. Cavalcanti, José Euclides Alhadas. II. Centro Universitário UNA. III. Título

CDU : 379.85



**CENTRO UNIVERSITARIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Dissertação intitulada “Os impactos do turismo na percepção da comunidade da Vila de São Jorge: o portal de entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - Goiás”, de autoria da mestranda Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda, aprovado pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. José Euclides Alhadás Cavalcanti – UNA – Orientador

Profa. Dra. Wanyr Romero Ferreira – UNA – Examinadora Interna

Prof. Dr. João Eustáquio de Lima – UFV/MG – Examinador Externo

Belo Horizonte
Novembro/2007

*Dedico este trabalho à minha querida mãe,
Ilda de Lima Gontijo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta etapa vencida.

Aos meus queridos pais, Ilda de Lima Gontijo e Antonio Gontijo de Lacerda, por serem o alicerce da minha vida e pela confiança depositada em mim.

Ao meu esposo e eterno companheiro, Bruno Gazzaniga Ribeiro, pelo amor, estímulo, ajuda, compreensão e paciência.

Aos meus irmãos, Rafael Magnum e Wilma Luiza, por acreditarem em mim e pelas demonstrações de orgulho, que me deram força e coragem para alcançar este objetivo. Aos meus irmãos Rosangela Cristina, Jacqueline Lacerda, Tays Lacerda e Rogério Lacerda.

Ao meu sogro, João Estevam Giunti Ribeiro, por ser fonte de inspiração em minha vida acadêmica, e minha sogra, Maria da Graça Gazzaniga Ribeiro, pelo incentivo.

Agradeço aos meus amigos pela compreensão nas ausências nos encontros e comemorações. Às amigas que conheci no curso de Mestrado, Vanessa Megale e Luciane Lopes, em especial à Aninha (Ana Paula de Abreu e Lima), pela amizade e apoio insuperáveis.

Ao meu orientador, Professor José Euclides Alhadas Cavalcanti, pelas valiosas contribuições no trabalho, incentivo e confiança.

Aos Professores Eduardo Bahia Trindade e Wanyr Romero Ferreira, pelas contribuições na banca de qualificação e ao Professor Jersone Tasso M. Silva, que me apresentou a Análise Fatorial.

À Andréa e Kandice, pela paciência e simpatia em atender minhas solicitações na Secretaria.

À comunidade de São Jorge, por terem me recebido tão bem e terem feito deste trabalho algo maior. Em especial, aos queridos colegas Paulinho e Viviane, à vereadora Téia, a César e Mônica da pousada Trilha Violeta, a Pelé e Dona Natalina, ao condutor de visitantes Luciano, a Guilherme da Baguá Pousada e ao Prefeito Sr. Uíter, pela atenção dispensada. Enfim, agradeço a toda comunidade que faz da Vila de São Jorge um lugar único e gostoso de conhecer, visitar e viver.

O estudo próprio do homem é o de sua relação com seu ambiente [...] essa é a preocupação de toda a sua vida.

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

A crescente demanda pelo ecoturismo em Parques Nacionais ocasionou a estruturação de comunidades vizinhas para receber e desenvolver o turismo nas zonas de amortecimento. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo verificar a percepção dos moradores da comunidade vizinha do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Vila de São Jorge, em relação aos impactos do turismo. Foram identificados também a percepção da comunidade local quanto aos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239 e os principais problemas ambientais, sociais e econômicos da Vila de São Jorge. No tratamento dos dados foi utilizado o modelo estatístico da Análise Fatorial, além das médias e desvio padrão na observação do grau de concordância ou discordância. Verificou-se que ao mesmo tempo em que demonstrou uma percepção nítida de alguns aspectos, a comunidade local apresentou também certa parcialidade em relação aos resultados negativos do turismo, especialmente os ambientais. Tal fato é compreensível, pois o turismo é realmente a principal atividade econômica e de subsistência da comunidade, fazendo com que ela “minimize” os problemas existentes. A percepção da comunidade local sobre os impactos da pavimentação asfáltica da rodovia ainda não é passível de análises, pelo fato do empreendimento não estar finalizado, pois até o momento faltam ainda 14 quilômetros para o asfalto chegar na entrada da Vila. Mas, de maneira geral, a população percebe como positiva a pavimentação da rodovia, principalmente por ter facilitado o acesso a Alto Paraíso e demais localidades próximas. Quanto aos problemas da Vila, a comunidade local demonstrou clareza na percepção dos mesmos, identificando os problemas graves, ou seja, aqueles que necessitam de soluções urgentes. Contudo, alguns aspectos não foram compreendidos como negativos, principalmente sobre o meio natural, pela contrapartida que oferecem no âmbito do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Vila de São Jorge, Impactos do Turismo.

ABSTRACT

The increasing demand for the ecotourism in National Parks caused the structuration of neighboring communities to receive and to develop the tourism in the damping zones. In this direction, the present study has as objective to verify the perception of the inhabitants of the neighboring community of Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Vila de São Jorge, in relation to the impacts of the tourism. The perception of the local community concerning to the impacts of the pavement of Highway GO-239, as well as the main ambient, social and economic problems of the Vila de São Jorge will be identified. The statistical model of the Factorial Analysis was used in the treatment of the data, beyond the averages and shunting line standard in the observation of the degree of agreement or disagreement. It was verified that the local community demonstrated a clear perception of some aspects. But, at the same time, it presented also some partiality in relation to the negative results of the tourism, especially to the ambient ones. Such fact is understandable, therefore the tourism is really the main economic and of subsistence activity of the community, which makes that it "minimizes" the problems. The perception of the local community on the impacts of the asphalt pavement of the road is not passible of analyses yet, because the enterprise is not finished. Until this moment, 14 kilometers of asphalt are lacking to arrive in the entrance of Vila. But, in a general way, the population perceives as positive the pavement of the road, mainly for having facilitated the access to Alto Paraíso and other localities near there. In relation to the troubles of the Vila, the local community demonstrated clarity in the perception of the same ones, identifying the serious problems, or either, those that need urgent solutions. However, some aspects had not been understood as negative, mainly those about the environment, due to the counterpart that they offer in the scope of the economic development.

Keywords: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Vila de São Jorge, Tourism Impacts.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APA – Área de Proteção Ambiental

ÁRIES – Áreas de Relevante Interesse Ecológico

ACVCV – Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COBRAMAB – Comissão Brasileira para o Programa O Homem e a Biosfera

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CST – Conta Satélite do Turismo

EE – Estação Ecológica

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

ETE – Estação de Tratamento de Efluentes

FLONA(s) – Floresta (s) Nacional (is)

GESAC – Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MaB – Man and Biosphere (Programa Homem e a Biosfera, UNESCO, 1971)

MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

PARNA – Parque Nacional

PMSJ – Parque Municipal de São Jorge

PNT – Parque Nacional de Tocantins

PGA – Plano de Gestão Ambiental

PNCV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

PNT – Plano Nacional de Turismo

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

Resbio – Reserva da Biosfera

REBIO – Reservas Biológicas

RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reservas Extrativistas

RPPN(s) – Reserva (s) Particular (es) do Patrimônio Natural

SANEAGO – Saneamento de Goiás S/A

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais)

UC(s) – Unidade(s) de Conservação

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas)

WTTC – World Travel & Tourism Council

WWF – World Wildlife for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás	43
Figura 2 - Municípios da Chapada dos Veadeiros.....	44
Figura 3 – Acesso de Brasília ao PNCV – GO (mapa adaptado pela autora)	53
Figura 4 – Relevo de São Jorge	58
Figura 5 – Vista aérea de São Jorge	58
Figura 6 - Frequência de aplicação do instrumento de pesquisa.....	78
Figura 7 - Níveis de percepção por impacto do turismo.....	83
Figura 8 - Autovalores da análise fatorial dos impactos do turismo.....	86
Figura 9 - Níveis de percepção dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239.....	93
Figura 10 - Autovalores da análise fatorial dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239.....	96
Figura 11 - Níveis de percepção por problemas.....	98
Figura 12 - Autovalores da análise fatorial dos problemas.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronologia da Reserva da Biosfera Goyaz-Cerrado.....	55
Tabela 2 – Meios de hospedagem	60
Tabela 3 – Dimensões e variáveis	74
Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados.....	80
Tabela 5 – Sexo dos entrevistados.....	81
Tabela 6 –Tempo de moradia.....	81
Tabela 7 – Níveis de percepção dos impactos do turismo.....	82
Tabela 8 – Carga de fatores por impactos do turismo.....	85
Tabela 9 – Fatores (P).....	86
Tabela 10 – Autovalores da análise fatorial dos Impactos do Turismo.....	86
Tabela 11 – Níveis de percepção dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239.....	93
Tabela 12– Carga de fatores por impactos da pavimentação da Rodovia GO-239.....	95
Tabela 13 – Fatores (Q).....	95
Tabela 14 – Autovalores da análise fatorial dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239.....	95
Tabela 15 – Níveis de percepção por problemas.....	98
Tabela 16 – Carga de fatores por problemas.....	100
Tabela 17 – Fatores (A).....	100
Tabela 18 – Autovalores da análise fatorial dos problemas.....	101
Tabela 19 – Cruzamento com faixa etária (P2).....	104
Tabela 20 – Cruzamento com faixa etária (P7).....	104
Tabela 21 – Cruzamento com faixa etária (P8).....	105
Tabela 22 – Cruzamento com faixa etária (P12).....	105
Tabela 23 – Cruzamento com faixa etária (P14).....	105
Tabela 24 – Cruzamento com faixa etária (P15).....	106
Tabela 25 – Cruzamento com faixa etária (P21).....	106
Tabela 26 – Cruzamento com faixa etária (P26).....	107
Tabela 27 – Cruzamento com faixa etária (P28).....	107
Tabela 28 – Cruzamento com faixa etária (P29).....	108
Tabela 29 – Cruzamento com tempo de moradia (P8).....	108
Tabela 30 – Cruzamento com tempo de moradia (A13).....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de concordância e discordância, escala de Likert.	76
Quadro 2 – Níveis de percepção de problemas, adaptado da escala de Likert.....	77

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	14
1.1 – Caracterização do problema	15
1.2 – Objetivo geral e específicos.....	16
1.3 – Estrutura do trabalho	16
2 – Turismo e meio ambiente	18
2.1 – Ecoturismo.....	21
3 – Turismo e seus impactos	25
3.1 – Impactos ambientais do turismo	27
3.2 – Impactos econômicos do turismo	31
3.3 – Impactos socioculturais do turismo	33
4 – Turismo e parques nacionais	35
4.1 – Unidades de conservação no Brasil.....	35
4.2 – Parques nacionais, comunidades e o turismo	38
5 – A Vila de São Jorge no contexto da Chapada dos Veadeiros e do Parque Nacional	43
5.1 – Histórico de ocupação da Chapada dos Veadeiros.....	43
5.2 – O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV	48
5.2.1 – Reserva da Biosfera Goyaz-Cerrado	54
5.3 – A Vila de São Jorge.....	56
5.3.1 – Relação da Vila de São Jorge com o PNCV.....	60
5.3.2 – Aspectos ambientais, sociais e econômicos da Vila de São Jorge	63
5.3.3 – Impactos do turismo na Vila de São Jorge disgnosticados no Plano de Gestão Ambiental (PGA).....	70
6 – Metodologia.....	72
6.1 – Métodos e técnicas de pesquisa.....	72
6.2 – Universo e amostra	73
6.3 – Instrumento de pesquisa	74
6.4 – Definição das variáveis.....	74
6.4.1 – Variáveis da dimensão (P): Impactos do Turismo na Vila de São Jorge	74
6.4.2 – Variáveis da dimensão (Q): Pavimentação da Rodovia GO-239	76
6.4.3 – Variáveis da dimensão (A): Problemas	77
6.5 – Coleta de Dados.....	78
6.6 – Tratamento dos dados.....	78
7 – Resultados.....	80
7.1 – Perfil dos respondentes.....	80
7.2 – Impactos do turismo	81
7.3 – Impactos da pavimentação da rodovia GO-239	92
7.4 – Problemas	97
7.5 – Cruzamento dos dados.....	103
7.5.1 – Cruzamento com faixa etária.....	103
7.5.2 – Cruzamento com tempo de moradia.....	108
8 – Conclusões.....	110
8.1 – Sugestões	114
Referências	117
Apêndice.....	122

1 – INTRODUÇÃO

A criação de Parques Nacionais (PARNAs) para a conservação de áreas naturais importantes, aliada ao crescente interesse das pessoas por um contato maior com a natureza, tem gerado uma intensa demanda de visitação nesse tipo de Unidade de Conservação.

Essa crescente demanda pelo Ecoturismo em Parques Nacionais ocasionou a estruturação de comunidades vizinhas para receber e desenvolver o turismo nas zonas de amortecimento. Atualmente é possível conhecer comunidades do entorno de PARNAs que voltaram suas atividades econômicas quase que exclusivamente para o turismo, pois a impossibilidade de construir a infra-estrutura adequada para o turismo na área interna do PARNA tem proporcionado o desenvolvimento de áreas próximas a ele, gerando, assim, uma relação intrínseca entre Unidade de Conservação (UC) e comunidades vizinhas.

Entretanto, mesmo sendo gerador de uma miríade de efeitos benéficos, o turismo assim como outras atividades econômicas, proporciona também impactos negativos para as comunidades vizinhas e para os PARNAs. Neste sentido, o presente estudo limitou-se a analisar os impactos positivos e negativos do turismo nas comunidades vizinhas de Parques Nacionais, utilizando como objeto de estudo a Vila de São Jorge, portal de entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está localizado no estado de Goiás e foi criado em 1961, mas somente em meados da década de 1980 iniciou-se o processo de visitação pública com a finalidade de lazer, intensificando assim o fluxo de turistas na região da Chapada dos Veadeiros. Naquele momento, a Vila de São Jorge, localizada na zona de amortecimento da UC, iniciou o processo de hospedar e prestar outros serviços para os visitantes do parque.

Atualmente, o PNCV é um dos mais importantes Parques Nacionais do Brasil e a Vila de São Jorge participa diretamente do desenvolvimento turístico na região, pois oferece a infra-estrutura de apoio indispensável à realização dessa atividade.

Entretanto, para analisar os impactos do turismo na Vila de São Jorge, único portal de entrada para a visitação pública no PARNA, o presente estudo irá abordar a percepção da população local quanto aos resultados positivos e negativos do intenso fluxo de turistas na região. A análise baseada na percepção da comunidade local justifica-se pelo fato de que a população local, muitas vezes excluída do processo de desenvolvimento da atividade,

normalmente é a primeira a usufruir das benesses do turismo, como também das mazelas por ele ocasionadas.

1.1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A relação de troca existente entre os PARNAs e as comunidades do entorno, especialmente em regiões turísticas, tem resultado em impactos positivos e negativos para as populações autóctones. Compreende-se que o objeto inicial de interesse dos turistas são os atrativos naturais da UC, mas na realidade a viabilização dessa visita aos atrativos ocorre impreterivelmente com a utilização dos serviços de apoio, tais como hospedagem e alimentação, oferecidos na zona de amortecimento¹.

A crescente demanda pelo turismo em Parques Nacionais desperta a necessidade de verificar como as comunidades vizinhas têm sido beneficiadas ou prejudicadas no processo de desenvolvimento do turismo. Neste sentido, o presente estudo irá analisar o caso da Vila de São Jorge, localizada a um quilômetro da única portaria de acesso público ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, um dos PARNAs brasileiros mais visitados atualmente (MELO, 1999).

A proposta de verificar a percepção dos moradores locais quanto aos impactos do turismo surgiu no intuito de observar se os estudos turísticos sobre tais impactos, realizados normalmente sob o ponto de vista de acadêmicos, especialistas ou dos turistas, consideram os mesmos fatos, com a mesma percepção. Ruschmann e Solha (2006) destacam que “o comportamento e as percepções dos turistas são objetos de estudos sistemáticos freqüentes, uma vez que alimentam a indústria do lazer”, mas é necessário que as populações locais também sejam ouvidas.

Neste sentido, observou-se a necessidade de analisar a relevância dos impactos para aqueles que sentem tais interferências de forma direta, ou seja, os moradores das localidades turísticas, considerando que “os impactos sociais e/ou culturais provocados pelo turismo podem, concomitantemente, apresentar características positivas e negativas aos nativos” (RUSCHMANN e SOLHA, 2006, p. 213).

Serão abordados, além dos impactos positivos e negativos do turismo, os resultados da pavimentação asfáltica da principal rodovia de acesso ao local, a GO-239, e também os atuais

¹ Conforme o SNUC (2000), as zonas de amortecimento representam “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas são sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

problemas sociais, econômicos e ambientais da Vila de São Jorge, pois “embora pareça uma tautologia, é relevante lembrar que o turismo não pode se realizar de forma sustentável quando as condições sociais das populações locais se apresentarem de forma precária” (RUSCHMANN e SOLHA, 2006, p. 215).

1.2 – OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O presente estudo tem como objetivo verificar a percepção dos moradores da comunidade vizinha ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Vila de São Jorge, em relação aos impactos do turismo.

Os objetivos específicos compreendem:

- Analisar o grau de concordância e discordância da comunidade local em relação aos possíveis impactos do turismo, impactos da pavimentação da Rodovia GO-239 e os atuais problemas da Vila de São Jorge;
- Identificar quais os impactos positivos e negativos do turismo percebidos pela comunidade da Vila de São Jorge;
- Identificar quais os impactos positivos e negativos da pavimentação da Rodovia GO-239 percebidos pela comunidade da Vila de São Jorge;
- Identificar a percepção da comunidade local quanto aos atuais problemas ambientais, sociais e econômicos da Vila de São Jorge.

1.3 – ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo está estruturado da seguinte maneira:

- O primeiro capítulo apresenta o tema, comentando, de modo geral, a importância da análise dos impactos do turismo em comunidades vizinhas de Parques Nacionais, destacando o caso da Vila de São Jorge e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. E também apresenta os objetivos desta pesquisa;
- O segundo capítulo aborda a relação do turismo com o meio ambiente e faz uma reflexão acerca do conceito de ecoturismo;
- O terceiro capítulo apresenta os impactos ambientais, econômicos e socioculturais da atividade turística;

- No quarto capítulo é apresentada a relação do turismo com as Unidades de Conservação (UCs), especialmente com os Parques Nacionais, abordando o papel fundamental das comunidades vizinhas;
- O quinto capítulo apresenta a Vila de São Jorge no contexto da região da Chapada dos Veadeiros e do Parque Nacional, destacando os aspectos específicos da localidade, bem como os impactos percebidos pela equipe responsável pela elaboração do Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge;
- O sexto capítulo mostra a metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos;
- O sétimo capítulo apresenta os resultados encontrados;
- No oitavo capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho e algumas sugestões.

2 – TURISMO E MEIO AMBIENTE

A relação do homem com a natureza tem ficado cada vez mais delicada e limitada, pois observa-se que a ação antrópica é, de fato, a principal vilã no processo de degradação e impactação ambiental. E a preocupação acerca deste assunto torna-se relevante à medida que os impactos ambientais vão alcançando dimensões mais visíveis. Conforme Aulicino (2002, p. 29),

a ação do homem (...) na expansão das diversas atividades econômicas que satisfazem suas necessidades, cada vez mais crescentes e variadas, levam-no, muitas vezes, a transformar irracionalmente o meio ambiente, tornando mais complexas e custosas as possibilidades de reestruturação do equilíbrio ecológico.

Nesse sentido, o turismo é inserido como uma das atividades econômicas que satisfazem as necessidades humanas e que transformam o ambiente natural para sua realização. De maneira geral, o turismo e o meio ambiente estão intrinsicamente interligados, pois os recursos naturais fornecem subsídios para a construção de um novo ambiente, ofertado para o consumo dos turistas.

A demanda por modificações drásticas, que buscam o aprimoramento de atrativos e infra-estrutura, tem ocasionado uma relação problemática entre turismo e meio ambiente. Conforme Dias (2003, p. 15),

não resta dúvida de que a massificação do turismo contribuiu decisivamente para a expansão dos problemas ambientais nos destinos turísticos tradicionais, pois o crescimento do turismo exige a construção de toda uma infra-estrutura e equipamentos, tanto para acomodação, como para o deslocamento dos viajantes (...) Nesse processo, é inevitável que se modifiquem as localidades turísticas.

Na década de 1970 tornou-se evidente a preocupação com a exaustão dos recursos naturais e começaram a surgir estudos sobre os impactos ambientais ocasionados pelo turismo de massas, que, de acordo com Ruschmann (2001, p. 110), “é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano”. São desse período os trabalhos de Turner e Ash (1975), Budowski (1976), Wilkes (1977), Cohen (1978) e Wilkinson (1978), que intensificaram a análise a respeito dos resultados do turismo no meio físico e nas comunidades (DIAS, 2003, *passim*).

Entretanto, conforme Granemann (2006, p. 125), “apesar da série de problemas causados pela sua exploração, a atividade turística não deve ser abandonada e sim revista,

para que busquem as formas ideais de desenvolvimento”. É necessário planejar a atividade turística buscando alcançar uma conciliação harmoniosa entre o desenvolvimento turístico e o equilíbrio ambiental.

Entende-se que para existir uma relação mais intensa e benéfica entre o homem (turista) e o lugar visitado (meio ambiente) é necessário vivenciá-lo. O turista deve buscar compreender a comunidade local e suas especificidades culturais, sociais, ambientais e econômicas. Desta forma, acredita-se que a relação dos turistas com o meio ambiente e a comunidade visitada possa se tornar mais responsável, comprometida e satisfatória para ambas as partes.

É necessário repensar também a postura dos articuladores da atividade turística, buscando desenvolver um novo modelo de turismo, pois, conforme aborda Trigo (2004, p. 97),

o turismo no Brasil exige uma discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento que está por trás da economia e da sociedade como um todo. Essa discussão prescinde de outras questões como a cidadania, o meio ambiente, a ética, a sustentabilidade e a necessidade de uma inclusão maciça de pessoas.

E, ainda, as comunidades receptoras, que exercem papel fundamental no desenvolvimento do turismo, devem estabelecer limites na realização dessa atividade. Conforme Molina (2004, p. 25), as comunidades

vêm o turismo como uma oportunidade para melhorar seu nível de vida a curto prazo, sem conhecer a fundo o impacto que traz consigo a instalação de uma atividade que pode criar novos conflitos e rupturas significativas nas comunidades tradicionais. Transformar uma comunidade em destino turístico implica, de uma perspectiva desenvolvimentista, entrar na lógica de mercado e se submeter a uma mutação social não redutível apenas ao meramente instrumental, mas que ocasionará impacto em todas as esferas da vida local.

A questão não é considerar apenas o turismo como o responsável pela degradação ambiental, pois esta é somente uma das atividades que alteram as paisagens e os recursos naturais, mas sim tornar visível seu desempenho ameaçador ao meio ambiente, para que seja possível elaborar medidas mitigadoras, a fim de alcançar o equilíbrio desejável entre o desenvolvimento turístico e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Não se trata de propor um cenário sem transformações, mas de discutir uma nova visão acerca do desenvolvimento do turismo, pautada por compromissos ambientais e sociais, os quais requer um reposicionamento de princípios e valores. Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento sustentável tenha a preocupação em garantir a utilização dos recursos naturais para as próximas gerações.

Pode-se adotar a publicação do Relatório *Nosso Futuro Comum*, chamado de Relatório de Brundtland (1987), como o marco inicial do conceito de desenvolvimento sustentável, pois ele serviu de base para os debates que aconteceram na Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992. A idéia central desse documento pode ser traduzida como: “Nós não herdamos a Terra de nossos antepassados, mas a tomamos emprestada de nossos filhos”. São considerados componentes deste conceito o estabelecimento de limites ecológicos e padrões mais igualitários, minimização dos impactos adversos, viabilidade econômica, qualidade ambiental, controle por parte da comunidade, entre outros (FEKETE, 2004, p. 165).

Como resultado da popularização do conceito de desenvolvimento sustentável, surgiu o Turismo Sustentável ou Turismo Responsável, conforme é denominado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF). De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (2003, p. 24), o desenvolvimento do turismo sustentável

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Os princípios do Turismo Responsável estabelecidos pela WWF (2004, p. 16) são: o turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação; o turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável; o turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício; o turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais; o turismo deve ser informativo e educacional.

De fato, a relação entre o Turismo e o Meio Ambiente é bastante complexa, pois envolve vários elementos, tais como: o posicionamento dos gestores públicos e privados, a apropriação dos recursos naturais nas modificações necessárias para a oferta do turismo, o forte apelo econômico, e, ainda, o relacionamento, em certos casos, problemático dos turistas com a comunidade local e seus recursos naturais e culturais. “Talvez seja o caso de aceitarmos que o turismo totalmente sustentável seja um mito inatingível, e, em vez disso, deveríamos simplesmente procurar tornar o turismo mais sustentável” (SWARBROOKE, 2000, p. 121).

2.1 – ECOTURISMO

Com a intensificação de estudos e publicações a partir de 1970 sobre as questões relacionadas com os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais do turismo de massa², observou-se a necessidade de realizar um novo tipo de turismo, o então denominado turismo alternativo, conforme aborda Pires (2002, p. 80):

A percepção de um turismo diferente, alternativo, encontrava nexos e razões diante da constatação dos inúmeros impactos econômicos, culturais e ambientais adversos imprimidos pelo turismo convencional de massas. Nesse sentido, se o turismo alternativo, em princípio, se constituía numa opção positiva para o desenfreio do turismo de massas, suas características haveriam de contrastar frontalmente com as desse modelo vigente.

Desta forma, a ampla abordagem do “alternativo” resultou no surgimento de uma grande variedade de modalidades turísticas, que buscavam implementar novas posturas e ações alternativas. Pires (2002) destaca algumas das principais e mais recorrentes tipologias de turismo contextualizadas na definição do “alternativo”, tais como: turismo sustentável, turismo ambiental, turismo ecológico, turismo de natureza, turismo rural, agroturismo, viagem de aventura, turismo com base local, turismo responsável, e, ainda, talvez o mais disseminado, o ecoturismo.

O Ecoturismo é um tipo de turismo baseado na realização de atividades em áreas naturais e tem como proposta possibilitar o contato dos indivíduos com os espaços naturais, de modo a garantir a esses últimos sustentabilidade econômica e ecológica (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 167). Conforme o Ministério do Turismo (2005), por essa atividade turística recentemente definida, entende-se o

segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Evidencia-se, nas definições do Ecoturismo, a promoção do bem-estar das comunidades envolvidas, considerando que outros segmentos turísticos não contemplam em seus conceitos, de forma tão explícita, esta preocupação com as comunidades receptoras.

Entretanto, acontece que, na prática do mercado, a expressão *ecoturismo* tem forte apelo comercial e, conscientemente ou não, é vendida, na maioria das vezes, sem que o

² Considera-se, neste trabalho, o turismo de massa como sendo a atividade caracterizada pela grande quantidade de turistas em determinadas destinações, o que ocasiona impactos negativos ao meio sociocultural e ambiental; tendo em conta, ainda, os resultados negativos em relação à comunidade receptora.

produto ou serviço oferecido corresponda conceitualmente à sua definição teórica (SOLDATELI, 2005, p. 517). Alguns autores utilizam os termos Ecoturismo e Turismo Sustentável como sinônimos; entretanto, é possível analisar que, na prática, o ecoturismo, às vezes, pode ser considerado antagônico ao Turismo Sustentável.

Acredita-se que, através do ecoturismo, as pessoas estejam agindo de forma mais interessada com o meio ambiente. E também é necessário apontar os benefícios que essa atividade pode proporcionar à preservação do meio ambiente e seus recursos naturais. Nesse sentido, considera-se ecoturismo como: o turismo que acontece em pequena escala; mais ativo do que outras formas de turismo; segmento onde a infra-estrutura sofisticada não é relevante; realizado por turistas bem-educados e esclarecidos sobre a relação com o meio ambiente frágil; menos espoliativo das culturas e da natureza locais (SWARBROOKE, 2000, p. 56).

Entretanto, é possível observar que, em muitos destinos turísticos, o ecoturismo não tem acontecido na maneira e proporção sugerida. Os turistas nem sempre são esclarecidos e bem-educados com a comunidade local e seus recursos naturais. É devido a essas situações que surgem as análises dos impactos da atividade turística em áreas frágeis e preservadas. De fato, o ecoturismo é hoje um mercado emergente, mas é necessário avaliar constantemente as tendências relacionadas à expansão dessa atividade.

Nesse sentido, alguns estudiosos debatem o conceito de ecoturismo observando os motivos dos ecoturistas e destacando as possíveis hipocrisias envolvidas nesta atividade. Conforme Wheller (*apud* Swarbrooke, 2000, p. 59),

ecoturismo é sinônimo de egoturismo (...) Não estamos caindo na armadilha de presumir automaticamente que quanto mais alternativo, mais planejado para o cliente e quanto mais acima da média seja o produto... melhor ele será em termos de sustentabilidade? Temos aí a demanda por um egoturismo, politicamente correto para o meio ambiente, pois como todos sabemos, o viajante se unifica com a natureza. O ecoturista, tão preocupado em se comportar de maneira ostensivamente sensível no meio ambiente vulnerável da destinação, não costuma se preocupar com o dano que ele causa ao meio ambiente pelo simples fato de chegar à destinação (...).

Contudo, é necessário considerar a existência de reais ecoturistas, pois estes sim, caracterizados pelo sentimento preservacionista, causam impactos positivos à comunidade e áreas visitadas, proporcionam a educação ambiental, fomentam o turismo sustentável, ou seja, são verdadeiros agentes da preservação dos recursos naturais e realizam o contato com a natureza de maneira responsável. Mas, diante de muitos estudos e publicações, é possível afirmar que hoje esses reais ecoturistas representam a minoria, perto do público que fomenta a massificação do turismo em áreas naturais.

Surge, então, a necessidade de analisar como a atividade ecoturística vem ocorrendo, principalmente quando se observa um número cada vez maior de turistas interessados por este segmento. É relevante comprovar se os preceitos teóricos desta atividade – tais como conservação dos recursos naturais, educação ambiental e aproximação do homem com a natureza – têm sido aplicados na prática.

A dúvida recorrente aborda a legitimidade do ecoturismo como instrumento de preservação da diversidade biológica e promoção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Pires (2002, p. 165), em relação aos paradigmas da sustentabilidade, “não se deve esperar encontrar no ecoturismo sua fiel e plena constatação”.

Entende-se o ecoturismo como um fenômeno complexo e multidisciplinar, pois envolve diferentes atores, tais como o turista/visitante, as empresas turísticas, a esfera pública, os estudiosos e profissionais da área, e os recursos naturais. Inerentes a todos os itens citados estão as questões econômicas, sociais, políticas e culturais.

Observa-se que não se pode viabilizar o ecoturismo apenas por meio de um modismo instalado pela mídia. Há que se preocupar com a realização de uma atividade turística consciente e responsável. A problemática visualizada pauta pela questão econômica que está envolvida em todo esse processo.

Muitos empresários da área e administradores públicos querem aproveitar a demanda do momento e lucrar excessivamente. Mas acabam esquecendo que esse lucro terá fim, pois se não existir um mínimo de preocupação e ordenamento, a tendência ao esgotamento será irremediável, já que os recursos naturais são frágeis e finitos. O principal atraente pode extinguir-se e a atividade turística fonte de lucros passa a ser esquecida e o destino trocado por outro. Conforme Costa *et al.* (2002, p. 178),

enquanto as sociedades mantiverem o pensamento de que tudo deve gerar lucro, o ecoturismo será apenas “eco” de interesses materialistas que ainda não o enxergaram como veículo de transformação social, ambiental e de desenvolvimento. De nada adianta fazer ecoturismo (ou desenvolvê-lo, como acreditam alguns) se não há estudos de capacidade de suporte, se não há infra-estrutura adequada e não-impactante, se não há uma gama significativa de especialistas (efetivamente interessados) que desenvolvam programas de conscientização...

Normalmente, as destinações são impactadas positiva e negativamente pelo ecoturismo. A análise destes impactos se faz fundamentada na relação custo \times benefício trazida pela realização desse segmento turístico. É necessário detectar se os custos têm proporções maiores ou menores em relação aos benefícios causados, pois “nossa tarefa hoje, é

procurar os pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento, e encontrar formas de minimizar custos e maximizar benefícios” (BOO, 2002, p. 34).

Mesmo acreditando nessa atividade como um caminho possível para a preservação, aliado ao desenvolvimento econômico da localidade, torna-se preciso indagar-se até que ponto esse caminho continua sendo viável ambientalmente e economicamente. Brandon (2002, p. 225) aborda que “mesmos os adeptos do ecoturismo concordam que tal afirmação [forma de ecodesenvolvimento capaz de promover o crescimento socioeconômico] se relaciona mais ao âmbito da retórica que ao dos fatos”.

As destinações que sobrevivem basicamente do ecoturismo, tal como a Vila de São Jorge, objeto de estudo deste trabalho, precisam exercitar a capacidade analítica de perceber o ponto limite e suportável na oferta deste segmento. Isso porque “o pacote do ecoturismo de hoje pode facilmente se tornar o produto de turismo do mercado de massa amanhã, e isso com todos os problemas inerentes ao turismo de massa que conhecemos muito bem” (SWARBROOKE, 2000, p. 60).

Podem-se citar como resultados de um grande volume de turistas em ambientes naturais: o desmatamento, com a madeira sendo utilizada no acendimento de fogueiras para os turistas; a importação de alimentos e produtos para o lar, a fim de satisfazer as demandas dos turistas, o que causa inflação local e introduz dietas não-nutritivas; o despejo de material não-biodegradável nas cidades e nos morros; a contaminação dos riachos por esgotos; e a importação de valores inadequados (SWARBROOKE, 2000, p. 61).

Observa-se que os atores envolvidos com o ecoturismo necessitam realizar uma profunda reflexão para tal, pois lidar com ambientes delicados requer uma consciência maior acerca das atitudes pessoais, e das conseqüências possíveis destas no meio ambiente. Assim, “o ecoturismo só ocorrerá se houver uma mudança radical, a qual se inicia por nós mesmos, novas posturas de vida, novas visões. Sem concessões” (MEIRELLES, 2005, p. 563). E, ainda, “sem a atuação educadora de todos os profissionais envolvidos com o ecoturismo, fica mais difícil vislumbrar importantes processos de mudança” (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 171).

Nesse sentido, é necessário conceber que o desenvolvimento do ecoturismo se dá de forma integrada, onde o ponto de partida é compreender que o ser humano é parte complementar de todo o universo ambiental, ou seja, que ele é peça fundamental no funcionamento saudável deste sistema maior, e ter noção de que suas ações podem gerar impactos positivos ou negativos, em grandes ou pequenas proporções, ao meio ambiente natural. Faria (2002, p. 6) destaca que:

Quando separadas, natureza e sociedade perdem a sua materialidade e também seus significados. A história passa a ser interpretada sem a materialidade da ação, sem um espaço real. E a natureza transforma-se em uma invenção do pensamento e um conceito abstrato. Ambos submetidos às conveniências do discurso do momento.

3 – TURISMO E SEUS IMPACTOS

A atividade turística provoca impactos em todos os aspectos, conforme aborda Dias (2006, p. 23): “... no ambiente, na política, na economia, na sociedade, na cultura, na saúde, entre outros. Esses impactos podem ser tanto positivos quanto negativos, a predominância de um ou de outro dependerá do grau de planejamento da atividade pelas autoridades locais”.

Normalmente, os impactos do turismo envolvem a sobreposição da vertente econômica a outras vertentes imprescindíveis na realização do turismo planejado, tais como a cultura local, os recursos naturais e a inclusão da comunidade nativa. Compreende-se que ao “priorizar os interesses econômicos, adota-se uma postura etnocêntrica em relação aos diferentes grupos sociais sujeitos ao incremento turístico” (ANTUNES, 2006, p. 211).

Os problemas causados direta e indiretamente pelo turismo, de modo geral “passaram por algum crivo da administração pública que, diante da possibilidade de geração de recursos a curto prazo, ignora os prejuízos que ocorrerão a médio e longo prazo” (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 93).

Neste sentido, observa-se a ausência de políticas públicas punitivas e fiscalizadoras quanto aos impactos do turismo, e isto reflete o não dimensionamento por parte da esfera pública, à gravidade da questão. “Aumentam os investimentos na infra-estrutura – alojamentos, transportes e acessos – que darão retorno em curto prazo, e adiam-se os que poderiam manter ou até mesmo recuperar a paisagem natural, que originalmente atraiu os visitantes” (DIAS, 2003, p. 79).

Contudo, a administração pública é detentora das principais ferramentas capazes de minimizar os impactos ocasionados pelo turismo. De início, os papéis de fomento e controle devem ser realizados pelos agentes públicos e privados. Entretanto, cabe ao setor público a função de elaborar políticas que orientem o planejamento e a gestão da atividade turística nos municípios, cidades, estados e países. Conforme o WWF (2004), o fomento e controle da atividade turística resumem-se a:

Fomentar o turismo significa dispor de um conjunto de regras claras que instrumentalize o poder público com regras facilitadoras para o financiamento dos

negócios, estímulo aos investimentos, defesa de concorrência, apoio à capacitação dos agentes do mercado, disponibilização de dados sobre o setor, ações em promoção turística, investimentos em infra-estrutura básica, entre outras (2004, p. 21).

Controle significa criar condições para a legítima defesa do consumidor, de ações de proteção do patrimônio natural e cultural, do ordenamento territorial, do controle da poluição, de incentivo para a excelência na qualidade e sustentabilidade de produtos e serviços, entre outra (Idem).

Outro papel fundamental no desenvolvimento do turismo é exercido pelo turista, que, muitas vezes, demonstra um conceito distorcido acerca do consumo e da preservação do meio ambiente. Ruschmann (2001, p. 110) afirma que

a falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural.

Os impactos negativos do turismo geralmente estão diretamente relacionados a essa problemática apontada, conforme coloca Aulicino (2002, p. 34):

De um lado os investidores buscam o retorno do capital no menor tempo possível, usando o maior poder de atração dos espaços naturais: por outro lado, as autoridades locais temem tomar decisões que limitem as iniciativas turísticas: a conjunção desses dois fatores somada ao desprezo das atitudes dos turistas acabam sendo extremamente prejudiciais ao meio ambiente.

Compreende-se que o turismo realizado sem o planejamento adequado, com uma equipe multidisciplinar, ocasione a degradação no meio ambiente natural, social e cultural “que acarretará uma diminuição dos benefícios iniciais obtidos e a diminuição de competitividade, o que provocará a perda de visitantes para outras regiões” (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 119).

Contudo, é necessário salientar que os impactos ocasionados pelo turismo nem sempre são negativos à natureza e seus elementos. Quando planejado, o turismo resulta em impactos positivos, como, por exemplo, o estímulo à criação de parques e reservas, proporcionando a conservação dos recursos naturais.

3.1 – IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO

Conforme Branco (2004, p. 28), a palavra *impacto*, em português, significa “choque”, “colisão”. Com isso, pode-se compreender o impacto ambiental como uma espécie de “trauma ecológico” relacionado ao choque causado por uma ação ou obra humana em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente.

Segundo a Resolução Nº. 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 23 de janeiro de 1986, considera-se impacto ambiental

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Observa-se, no conceito acima, o uso da expressão “qualquer alteração”, o que transmite a idéia de que qualquer modificação, independente da escala, realizada no meio ambiente pode ser considerada impacto. Desta forma, é possível afirmar que o turismo sempre será um agente impactante do meio ambiente, assim como a agropecuária e outros setores da economia.

Antes de identificar os principais impactos do turismo no meio ambiente natural, faz-se necessário compreender que restam poucos cenários “naturais” no mundo, pois quase todos foram afetados pela ação do homem através dos séculos; o turismo é apenas uma das atividades que alteram as paisagens, e é menos significativo em seus impactos que a agricultura, mineração e extração de pedras; a paisagem natural representa o cerne do produto do turismo; e a paisagem natural pode também ser um obstáculo ao desenvolvimento do turismo, por exemplo, colinas ao redor de um local turístico, isto impede o crescimento ou estimula o desenvolvimento vertical (SWARBROOKE, 2000, p. 77).

A partir deste panorama, é possível destacar os impactos ambientais do turismo que são mais recorrentes e que, de maneira geral, estão relacionados à vegetação; solo; elementos geológicos, minerais e fósseis; recursos hídricos; vida selvagem (fauna); qualidade do ar; e estética da paisagem (SOLDATELI, 2005).

Quanto aos impactos do turismo na vegetação, observa-se a compactação da vegetação por pisoteio (bicicletas, motos, carros etc.); o pisoteio também pode expor e danificar raízes, causando queda de árvores e abertura de clareiras; corte da vegetação para abertura de trilhas, acampamentos ou outros tipos de uso; coleta de plantas e flores; deposição de lixo e dejetos

que alteram as condições do solo, e por conseqüência, o crescimento vegetal (SOLDATELI, 2005, p. 522).

Para Pagani *et al.* (2001, p. 153), as trilhas turísticas comprometem a vegetação com a destruição das plantas por choque mecânico direto e indiretamente por compactação do solo. A erosão expõe as raízes das plantas, o que dificulta a sua sustentação e facilita a contaminação por pragas, comprometendo toda a planta.

Em relação ao solo, a atividade turística altera suas características físicas, químicas e biológicas. Normalmente os impactos são ocasionados pelas caminhadas, animais de montaria, bicicletas, motocicletas e veículos que compactam o solo. A compactação do solo altera as características de porosidade, umidade, oxigenação, atividade biológica, entre outras. Em conseqüência, solos compactados estão mais suscetíveis a erosões causadas pelo vento ou pela água. A falta de porosidade do solo impede a infiltração da água, com isso, aumenta o escoamento superficial e os processos erosivos. A diminuição da infiltração da água pode acarretar o seu acúmulo em depressões do terreno, formando assim lamaçais (SOLDATELI, 2005, p. 524).

Na construção de infra-estrutura adequada aos fluxos turísticos, as localidades acabam desapropriando as áreas cobertas por vegetação, com o intuito de adquirir espaços que viabilizem o desenvolvimento turístico, como, por exemplo, na construção de novos hotéis e atrativos artificiais. Contudo, quando a vegetação é destruída, para a ocupação do solo – muitas vezes com o uso de queimadas - ocorrem a perda de matéria orgânica e de nutrientes e a redução na infiltração de água. Desta forma, Anjos e Raij (2004, p. 89) explicam que

a água de chuvas fortes escorre pela superfície do terreno, em vez de penetrar no solo; como consequência, é prejudicada uma de suas mais importantes funções, a de atuar como filtro ambiental, indispensável para a captação da água das chuvas e para sua condução aos aquíferos subterrâneos. Além disso, grandes quantidades do melhor solo são arrastadas pelo processo da erosão, reduzindo a fertilidade, provocando o assoreamento dos rios (...) Como a água da chuva já não infiltra tão bem e os rios ficam mais rasos, as enchentes se tornam cada vez mais graves e o suprimento dos aquíferos fica reduzido, intensificando o problema de falta de água no período seco do ano.

Quantos aos impactos nos elementos geológicos, minerais e fósseis, observam-se alguns aspectos comuns em diferentes áreas turísticas, tais como a pichação, o vandalismo e a destruição de formações rochosas. Outro impacto bastante comum é a coleta de rochas, minerais e fósseis, que são vendidos como *souvenirs* para os turistas (SOLDATELI, 2005).

Os impactos do turismo relacionados aos recursos hídricos têm sido analisados por diversos estudiosos da área, pois os problemas causados à água, normalmente, geram

inúmeras conseqüências negativas. Para Soldateli (2005), um dos mais graves problemas gerados sobre a água é a sua poluição. Dias e Aguiar (2002, p. 123) referem que a poluição se dá quando “as águas de superfície (...) sofrem contaminação provocada pelo aumento de resíduos sólidos, (...) relacionados com os dejetos humanos ou vinculados à má educação ambiental: sacos plásticos, latas de refrigerante...”. Conforme Pinheiro (2004, p. 55),

as atividades humanas, devido ao lançamento de resíduos, têm gerado alterações nas características físicas, químicas e biológicas dos corpos de água. A água pura praticamente não existe na natureza. Em geral, as impurezas estão presentes em quantidades maiores ou menores, dependendo da procedência e dos usos que se fazem dela.

Outra problemática, relacionada aos impactos do turismo nos recursos hídricos, encontra-se nos períodos de pico e grande concentração de turistas, quando o consumo de água aumenta muito, ocasionando a falta de água nas localidades turísticas ou a diminuição no nível dos reservatórios. De acordo com o WWF (2006, p. 36),

toda e qualquer ação humana que afete, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, o meio ambiente pode ser definida como impacto ambiental. No caso da água, o primeiro e mais significativo impacto é a visão de propriedade que o ser humano estabeleceu: *Somos donos da água e ponto final*. Vemos a água como uma mercadoria ou como um bem sempre disponível, esquecendo-se de sua função principal na natureza. Por essa razão ou por falta de conhecimento, simplesmente nos permitimos usá-la e poluí-la de diversas formas e acima do seu limite.

E ainda o turismo pode impactar negativamente os recursos hídricos, especialmente com as práticas de lazer em embarcações movidas a combustível (lanchas, *jet-skis* etc.). Tais práticas podem causar a fuga de espécies aquáticas, devido ao intenso barulho e movimento das águas, além do fato de existir a possibilidade de vazamento de óleo e gasolina na água (MIDAGLIA, 2001, p. 38).

De maneira geral, a água potável é um dos recursos essenciais mais atingidos. Para Dias (2003, p. 87), “a indústria turística usa em excesso os recursos d’água em hotéis, em piscinas e para o uso pessoal, o que gera grande volume de resíduos d’água (que saturam a rede de esgoto, ou, quando não existe, contaminam o lençol freático)”.

Quanto aos impactos do turismo na fauna, observa-se que as alterações ocorridas na vegetação modificam diretamente a vida selvagem em seus hábitos de reprodução e habitats. O comportamento dos animais é alterado pela presença dos turistas, que muitas vezes querem observar ou fotografar a fauna, ocasionando o afugentamento. Quando espantados pelos turistas, os animais produzem um maior gasto energético para alimentar-se, alterando assim seu processo natural de alimentação.

No sentido de aumentar a tolerância dos animais à presença humana, os visitantes começam a oferecer alimentos aos animais que passam a consumir o que recebem dos turistas, deixando de cumprir seus papéis ecológicos como predadores, presas ou dispersores de sementes, alterando a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas (SOLDATELI, 2005, p. 526). O atropelamento de animais nas vias de acesso aos destinos turísticos e o turismo de caça são também impactos negativos do turismo na vida selvagem.

Entretanto, um impacto positivo que pode ser citado é a preservação da vida selvagem com a criação de unidades de conservação. O turismo estimula a instalação de parques e reservas com o objetivo de preservar a biodiversidade.

Em relação à qualidade do ar, pode-se citar como impacto do turismo o aumento da liberação de gás carbônico (CO₂) dos automóveis, já que o turismo envolve o transporte de pessoas. O grande volume de carros que circulam na localidade turística e os congestionamentos podem causar uma concentração de gases poluentes na atmosfera, gerando prejuízos às plantas, às pessoas e aos animais.

Tais gases poluentes na atmosfera contribuem para o efeito estufa, que, de acordo com Rovère e Costa (2004, p. 153), significa

o aumento da temperatura da atmosfera terrestre, em consequência da absorção de energia reemitida pela superfície terrestre. O vapor d'água, os gases de nitrogênio (N₂O, NO), o oxigênio e os gases ricos em carbono (CO₂, CO, CH₄) absorvem o calor refletido pela superfície do planeta, fazendo com que a temperatura média na atmosfera seja de 15 °C; sem o efeito, a temperatura seria de -17 °C. Os principais gases responsáveis pelo efeito estufa são o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), cujas concentrações na atmosfera vêm aumentando sensivelmente devido às atividades antrópicas.

Na paisagem, os impactos do turismo tornam-se mais visíveis, pois o desenvolvimento dessa atividade requer transformações na paisagem natural, bem como na paisagem construída. A necessidade de aprimorar o espaço, construindo infra-estrutura de hospedagem, alimentação e atrativos, faz com que a atividade turística modifique sobremaneira a paisagem natural. Nesse momento, inicia-se um processo de fácil observação em localidades turísticas: as obras alteram as paisagens, retiram a vegetação, modificam os solos com a impermeabilização, a infiltração é impossibilitada, gerando assim processos erosivos devido ao aumento do fluxo de águas em períodos de chuva.

A alteração da paisagem natural pelo turismo se dá, especialmente, no objetivo de construir um “universo urbano” no meio ambiente natural. Algumas mudanças de fato são necessárias, como, por exemplo, a instalação de energia elétrica. Entretanto, é preciso rever

até que ponto é válida essa perda de identidade, já que os turistas buscam fugir do seu cotidiano e seguem ao encontro de novos ambientes.

Para a atividade turística, a paisagem tem um significado especial, pois os turistas trazem consigo uma imagem que vislumbra usufruir. É necessário trabalhar a paisagem natural para o turismo, mas sem descaracterizar o ambiente, embora Yázigi (2001, p. 186) afirme que

ainda suportamos uma tradição cultural que é avessa à integração com a natureza. Três fenômenos, familiares de todos os brasileiros, denunciam este sentido. O primeiro deles, já é antigo e incorporado às expressões idiomáticas, considera o “abrir o mato” um traço de civilização... O segundo se manifesta em todas as cidades, pintando de branco postes, árvores e pedras que assim se supõe “civilizar” com o efeito cosmético da cal. O terceiro, finalmente, se faz representar na mentalidade do cimentado. É essa mania avessa aos afloramentos naturais, que tapa tudo o que puder – rios, campos, caminhos... – com lajes e outros revestimentos (...).

No final do século XIX, na perspectiva de preservar as paisagens naturais, surgem os Parques, mas, de acordo com Silva (2003, p. 33),

inicialmente deveria ser, apenas, uma área preservada. Entretanto com a consolidação do capitalismo e o acelerado processo de urbanização americano, a natureza selvagem foi considerada um valor em si digno de ser protegido. Cria-se um parque público destinado ao lazer e às motivações estéticas das populações urbanas. Associa-se aí a idéia de proteção ambiental com contemplação, recreação e, por extensão, de turismo.

Todos os impactos apresentados foram abordados de maneira generalizada, pois se sabe que as diferentes modalidades, dos diversos segmentos turísticos, causam impactos específicos aos recursos naturais.

3.2 – IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO

A relevância da abordagem dos impactos econômicos do turismo se dá, principalmente, pelo fato de esta atividade ser a principal indústria e o principal motivo de entrada de divisas em muitos países; base do crescimento de muitas empresas multinacionais; e consumidora de bilhões em dinheiro todos os anos em investimentos de infra-estrutura no setor público (SWARBROOKE, 2000).

Como consequência desses aspectos citados, têm-se os impactos econômicos do turismo na geração de empregos diretos e indiretos. Conforme o Plano Nacional do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003), a necessidade de criar empregos, gerar divisas para o país, reduzir as desigualdades regionais e distribuir melhor a renda são questões que devem

ser enfrentadas de imediato. Desta forma, o turismo é considerado uma atividade capaz de contribuir para suprir tais demandas apontadas.

Para o Ministério do Turismo (2003), o crescimento da economia brasileira, apoiado na posição estratégica do país no continente, torna-se um ponto benéfico na atração de investidores e visitantes para o Brasil. Conforme o MTur (2003, p. 4),

os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento. Todo comércio local é beneficiado. Jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, barqueiros, pescadores e outros profissionais, passam a ser agentes do processo de desenvolvimento. O envolvimento abrange toda a comunidade receptiva.

Goeldner³ *et al.* (1999, apud DIAS e AGUIAR, 2002, p. 156) destacam que a previsão do *WTTC* para a velocidade do crescimento de geração de empregos é 59% mais rápida devido à indústria de turismo do que às indústrias tradicionais.

Para o Ministério do Turismo (2003, p. 5), “o turismo pode cumprir um papel importante no equilíbrio da balança comercial, com o ingresso de novas divisas, por meio do aumento no fluxo de turistas estrangeiros e da atração de investimentos para a construção de equipamentos turísticos.

O princípio do “efeito multiplicador” deve ser considerado na análise dos impactos econômicos do turismo, pois quando realizado de forma planejada, pautando pelos preceitos da sustentabilidade, tem-se a multiplicação dos benefícios gerados à economia local. Entretanto, é necessário precaver as fugas da renda do turismo, pois esta fuga do capital pode ser alta quando os fornecedores locais não conseguem ou não têm a permissão para satisfazer as necessidades dos turistas, de maneira que essas necessidades são satisfeitas pelas organizações externas (SWARBROOKE, 2000, p. 98).

Visando o planejamento adequado da atividade turística, através da interpretação confiável dos impactos econômicos específicos do turismo, tem-se atualmente a Conta Satélite do Turismo (CST). Ela realiza uma análise das despesas do turismo de um modo sistemático e vincula os gastos da demanda turística com a oferta de produtos e serviços turísticos.

É necessário considerar alguns aspectos importantes relativos à dimensão econômica para o turismo sustentável, tais como: redução da fuga de capital da economia local; distribuição dos benefícios econômicos do turismo para toda a comunidade local; não exploração dos turistas ao cobrar preços injustos; favorecer as empresas e fornecedores locais;

³ GOELDNER, Charles R; RITCHIE, Brent J. R; McINTOSH, Robert W. *Tourism: Principles, Practices, Philosophies*. 8ª ed. Ney York: John Wiley, 1999.

e explorar de forma racional os recursos naturais, não sobrepondo os lucros à conservação ambiental.

3.3 – IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO

A introdução de novos comportamentos e culturas ocasiona mudanças à comunidade local, que, muitas vezes, não é preparada para receber os turistas, e acaba não compreendendo que sua cultura e costumes são verdadeiros atrativos para o turismo.

Para Midaglia (2001, p. 44), “transformação – esta é palavra-chave que coloca o homem perplexo diante do meio que o cerca e sua constante sensação de incapacidade para acompanhar o ritmo com que as mudanças se processam, submetendo-o às novas situações”.

O desenvolvimento do turismo em certas regiões implica importantes conseqüências sobre o sistema sociocultural existente, incidindo sobre o modo de vida e comportamento da comunidade residente nas regiões receptoras. A rapidez da interrupção do turismo implica em uma falta de assimilação e adequação por parte da população local.

Conforme Salvà (2001, p. 188), o rápido desenvolvimento do turismo tem gerado conseqüências sobre os valores, os estilos de vida coletiva, as condutas morais e políticas, a cultura, a gastronomia, a língua, as tradições, a religião e também sobre os tipos de arquitetura predominante.

De maneira geral, os impactos socioculturais do turismo têm sido menos discutidos do que a dimensão ambiental. Contudo, é necessário considerar esta dimensão, pois uma vez alterados os aspectos sociais e culturais, em geral essas alterações permanecem, com possibilidades limitadas de reverter as mudanças ocorridas. Um dos principais estudos sobre este tipo de impacto do turismo foi lançado em 1982, por Mathieson e Wall: *Tourism – the Economic, Physical, and Social Impacts*.

De acordo com Mathieson e Wall⁴ (1982, *apud* SWARBROOKE, 2000, p. 115), o relacionamento entre os turistas e a comunidade local é traduzido em cinco características: transitório e de curta duração, pois o turista geralmente permanece no local de um ou dois dias a até algumas semanas; os turistas ficam sob pressão para desfrutar de uma enorme variedade de experiências em um período curto de tempo; normalmente os turistas são segregados pela população local e passam quase todo o tempo perto de outros turistas; a relação entre o turista

4 MATHIESON, A., WALL, G. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. Harlow, Longman: 1982.

e comunidade local tende a ser formal e planejada, desprovida de espontaneidade; as relações comunidade local-turista são desiguais e desequilibradas, tanto em termos de desigualdade material quanto em diferenças de poder, pois, geralmente, os turistas têm o controle e o poder, impondo suas vontades sobre os que o recebem, que são vistos como serviçais. Neste sentido, estes aspectos, quando relacionados ao conceito de turismo sustentável, são considerados impactos negativos.

Conforme Dias (2006, p. 23),

as interações entre a comunidade receptora e os turistas provocam modificações em todos os atores que participam desse processo, algumas perceptíveis e intencionais e outras não desejadas nem vislumbradas, embora existentes de qualquer modo. O fato é que os contatos interculturais promovidos pelo turismo modificam as sociedades de qualquer forma...

Entretanto, para Molina (2004, p. 27), a atividade turística passou da prática de férias convencionais, abordadas por Mathieson e Wall (1982)⁵, a busca de novas experiências. Os novos turistas e os novos modelos de consumo afirmam uma disposição maior dos turistas em manter uma relação mais estreita com a comunidade local e seu universo. Contudo, a população local deve estar precavida, pois quanto maior esta proximidade, maior poderá ser o sentimento, já destacado anteriormente, de controle e poder.

Entende-se que as comunidades receptoras devem se adequar às tendências sociais, mas em conformidade com seus aspectos originais e sua identidade, estabelecendo e respeitando seus limites para que não sejam perdidos seus valores culturais e morais, os quais normalmente caracterizam a atratividade específica do lugar.

Para Soldateli (2005, p. 520), os impactos socioculturais do turismo estão relacionados a fatores condicionantes dos visitantes e dos destinos visitados, conforme a afirmação a seguir:

As características dos visitantes que influenciam a magnitude, a frequência e o tipo de interação nas áreas de destino podem ser resumidas no perfil socioeconômico, na intensidade de uso, no tempo de permanência, no tipo de atividade e no nível de satisfação do visitante. Por outro lado, as áreas de destino são influenciadas em sua própria capacidade de absorver a demanda de visitação, em decorrência das características de seu ambiente natural e processos vinculados, da estrutura e organização social, da organização política e do nível de desenvolvimento turístico.

⁵ Ibidem.

4 – TURISMO E PARQUES NACIONAIS

4.1 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

As Unidades de Conservação (UCs) são criadas com o intuito inicial de conservar e proteger ambientes e recursos naturais, pois entende-se que, com a instalação dessas áreas protegidas, os recursos podem ser utilizados de forma coerente e as possibilidades de desaparecimento de áreas naturais importantes seja diminuída. De acordo com o WWF (2004, p. 22),

as áreas naturais protegidas resultam de uma atividade de zoneamento ambiental, considerado atualmente como principal instrumento de proteção e conservação do meio ambiente. A implantação de áreas naturais protegidas é um dos primeiros passos para o aproveitamento racional dos recursos naturais em determinada região.

No Brasil, a criação de UCs tem sido a principal prática na conservação dos recursos naturais. Para Rabinovici (2002, p. 51), “essa iniciativa tem origem e se apóia em conceitos, recursos orçamentários, formato e políticas públicas importados, principalmente dos Estados Unidos da América”. Entretanto, Cury (2005, p. 575) destaca que “as preocupações com a preservação ambiental acontecem desde a Idade Antiga, com a valorização da natureza pelas civilizações, ligada à religiosidade, até a criação de um mito de natureza intocada muito antes do moderno conceito estabelecido com a criação do Parque Nacional de Yellowstone”⁶.

A Constituição Federal brasileira (artigo 225, § 1º, inciso III) determina que o Poder Público (federal, estadual e municipal) deve definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais a serem protegidos, e determina que seja vedada a utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção (WWF, 2004).

No sentido de estabelecer normas de criação, manutenção e gestão das UCs foi instituído pela Lei nº. 9985, de 18 de julho de 2000⁷, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Conforme o artigo 2º, inciso I, da Lei citada, entende-se por unidade de conservação

qualquer espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público (estadual, federal e municipal) com objetivos de conservação, e com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

⁶ Primeiro parque nacional, criado em 1872.

⁷ BRASIL (2000).

No artigo 6º da referida Lei, o SNUC⁸ é gerido pelo órgão consultivo e deliberativo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); pelo órgão central, Ministério do Meio Ambiente (MMA); e por órgãos executores, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), bem como os órgãos estaduais e municipais.

A criação do SNUC possibilitou esclarecimentos quanto ao tipo e finalidade das Unidades de Conservação no Brasil. Nesse sentido, as UCs estão determinadas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Como finalidade básica desses dois grupos distintos, de acordo com a Lei nº. 9985/00⁹, artigo 7º, inciso II, tem-se que:

§ 1º. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O grupo das UCs de Proteção Integral é composto por Estações Ecológicas (EE); Reservas Biológicas (REBIO); Parques Nacionais (PARNAs), Estadual ou Natural Municipal; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. O grupo das UCs de Uso Sustentável é representado pelas Áreas de Proteção Ambiental (APAs); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs); Florestas Nacionais (FLONAs), Estadual ou Municipal; Reservas Extrativistas (RESEX); Reservas de Fauna; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (WWF, 2004, p. 53).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007), atualmente o Brasil tem 2,61% de seu território constituído de unidades de proteção integral (de uso indireto) e 5,52% de unidades de uso sustentável (de uso direto). A soma dessas categorias totaliza 8,13% do território nacional, “valor um pouco superestimado (...) mesmo assim, ele reflete um esforço considerável de conservação *in situ* da diversidade biológica”.

São 256 UCs de uso direto e indireto no Brasil, administradas pelo IBAMA, que somam 45 milhões de hectares, estabelecidas da seguinte maneira: 29 Áreas Federais de Proteção Ambiental (APAs), 34 Reservas Extrativistas (RESEX), 26 Reservas Biológicas, 30 Estações Ecológicas, 64 Florestas Nacionais (FLONA), 19 Áreas de Relevante Interesse

⁸ BRASIL (2000).

⁹ Ibidem.

Ecológico (ARIE), 53 Parques Nacionais (PARNAs), 364 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), 01 Refúgio da Vida Silvestre. “Existe também um grande número de unidades de conservação administradas pelos estados brasileiros, perfazendo uma área total de aproximadamente 22 milhões de hectares” (MMA, 2007).

Entretanto, conforme o IV Congresso Internacional de Áreas Protegidas, realizado em Caracas em 1992 (MELO, 1999), o mínimo de proteção integral por bioma deve ser de 10%. Com isso, os números acima apresentados são insuficientes para a conservação da biodiversidade. E, ainda, outro problema relacionado às UCs no Brasil é que “as áreas já criadas ainda não atingiram plenamente os objetivos que motivaram sua criação” (MMA, 2007).

Vários são os entraves para o alcance dos objetivos propostos. Um desses é a maneira como ocorre a criação de determinadas Unidades de Conservação, especialmente, aquelas que visam à “conservação tradicional da natureza” e não a “conservação da biodiversidade” (MELO, 1999), ou seja, há uma clivagem entre conservação e populações autóctones. Diegues¹⁰ (1996, *apud* MELO, 1999, p. 7) afirma que a base dos problemas está na transposição do modelo Yellowstone de parques sem moradores para países do Terceiro Mundo, “cujas florestas são habitadas por populações tradicionais”. Também é necessário destacar que outros fatores como “graves conflitos fundiários, noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa compõem a crise da conservação”.

O artigo 27 do SNUC determina que as UCs disponham de um Plano de Manejo que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, “incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”.

Nesse sentido, surgem os estudos sobre a relação das comunidades vizinhas com as UCs, especialmente no caso de PARNAs, pois “o Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas...” (Art. 11, §1º., Lei nº. 9985/00).

A desapropriação de áreas para a criação de Parques Nacionais tem gerado situações conflitantes entre comunidades e o poder público responsável pela criação de Unidades de Conservação. Entende-se que tal relação tem sido tratada de forma equivocada, pois é sabido

10 DIEGUES, Antonio Carlos S. O mito da natureza intocada. São Paulo: Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia, HUCITEC Ltda, 1996.

que a maneira mais promissora de proteger o ambiente e seus recursos é quando os “proprietários nativos” o fazem.

4.2 – PARQUES NACIONAIS, COMUNIDADES E O TURISMO

O primeiro Parque Nacional do Brasil foi estabelecido em julho de 1937 e é denominado PARNA do Itatiaia, localizado entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1939, “estabeleceram-se os parques nacionais do Iguaçu (Paraná) e Serra dos Órgãos, localizados no Rio de Janeiro (CURY, 2005, p. 572)”. Contudo, nessa época, não existiam critérios na criação e gestão de um PARNA conforme destaca Pádua¹¹ (1997, *apud* CURY, 2005): “... entre 1937 a 1970, os Parques Nacionais estabelecidos, foram criados sem critérios técnicos e científicos e muito menos com a idéia de um sistema. As áreas foram estabelecidas muito mais pelas belezas cênicas”.

Cury (2005, p. 572) destaca que os parques brasileiros foram criados seguindo o modelo dos parques americanos, “desconsiderando as comunidades locais que vivem dentro ou no seu entorno” fazendo a “comunidade ver o parque não como um patrimônio a ser protegido, mas como um inimigo (...)”. Com isso, é comum existir receio por parte da comunidade, pois a criação de um PARNA gera transformações inevitáveis no modo de viver das comunidades locais, especialmente em relação às atividades econômicas de subsistência.

Contudo, baseado em um pensamento contrário ao modelo proposto inicialmente pelos americanos, o WWF (2004, p. 54) aborda que “muitas vezes as próprias populações tradicionais são a garantia de que as áreas continuarão sendo conservadas”. E, ainda, a permanência da população nativa, culturalmente ligada à região, representa o valor histórico e cultural que precisa ser preservado. Cury (2005, p. 569) destaca que

a preocupação em criar reservas partiu, muitas vezes, dos povos que habitavam locais específicos antes dos colonizadores, propondo a instalação de reservas naturais. Os Maoris, por exemplo, solicitaram a criação do Parque Nacional de Tongariro na Nova Zelândia para a proteção da extração de madeira e o pisoteio de ovelhas. O estabelecimento do Parque Nacional de Kakadu foi reivindicado pela comunidade aborígine da Austrália como meio de proteção aos seus lugares sagrados, pinturas rupestres e belas paisagens contra a mineração e outras formas de exploração.

No Brasil, o SNUC determina que “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou

¹¹ PÁDUA, M. T. J. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos para onde vamos? In: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol 1. Editora IAP/UNILIVRE, 1997.

compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas”. Contudo, o processo de realocação torna-se burocrático à medida que o processo indenizatório pode demorar anos. Neste sentido, após a “realocação” da população local, que geralmente é instalada na zona de amortecimento do PARNA, as atividades de subsistência são também readequadas a essa nova realidade. Wallace (2002, p. 131) salienta que

em muitas áreas de terras virgens, a população local é solicitada a renunciar ao uso dos recursos naturais a fim de protegê-los para o público em geral. Em tais áreas, é grande a obrigação moral de fornecer compensações e benefícios gerados pela conservação aos habitantes locais, especialmente aos indígenas ou habitantes antigos.

Rabinovici (2002, p. 41) destaca que a gestão dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade “muitas vezes colidem com o interesse e a aceitação das mesmas por parte de comunidades privadas direta ou indiretamente do acesso e uso destas áreas”. Desta forma, como possíveis fontes de recursos das comunidades vizinhas instaladas no entorno do PARNA, têm-se algumas maneiras previstas em Lei. Dentre elas, destacam-se a cobrança de ingresso para a exploração de produtos, subprodutos ou serviços desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais (WWF, 2004, p. 55), ou seja, inicia-se o processo de abertura do Parque para visitação pública.

Segundo o SNUC, “a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento” (Art. 11, §2º., Lei nº. 9985/00). Conforme Cury (2005, p. 567), a visitação pública em um parque nacional pode ser compreendida como

um conjunto de atividades educacionais, recreativas e de interpretação ambiental realizadas em contato com a natureza, obedecendo às diretrizes dos planos de manejo, nas quais o objetivo é propiciar ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e valores ambientais protegidos por uma unidade de conservação.

Ao longo dos anos, a relação do homem com a natureza tem sido intensificada, pois a busca pelo contato direto com a natureza e lugares privilegiados pela beleza cênica tem gerado um volume maior de visitantes nos parques nacionais. Nesse sentido, com a visitação pública voltada para a interpretação ambiental e práticas de lazer, surge a atividade turística fortemente desenvolvida neste tipo de UC. Conforme Cury (2005, p. 568), “as atividades turísticas em áreas naturais, protegidas ou não por leis, vêm crescendo nos últimos anos,

conceituadas há muito pouco tempo como ecoturismo e amplamente discutidas na academia”. Boo (2002, p. 54) aborda que

os parques são cada vez mais visitados por interessados no ecoturismo. Não só estão recebendo um número maior de visitantes a cada ano, como também seus administradores estão começando a ver o turismo como uma nova fonte de renda e emprego. Mas, para incorporar o ecoturismo e manter o equilíbrio entre custos e benefícios, os parques precisam estar preparados...

O aumento dos visitantes nos parques nacionais ocasionou a necessidade de construir infra-estrutura adequada para o conforto deles. Assim, as comunidades vizinhas tornaram-se imprescindíveis para a realização da visita pública nos PARNAs e começaram a conceber essa visita como importante atividade econômica para a localidade, ou seja, o turismo em áreas protegidas.

Na prática, as comunidades vizinhas de Parques Nacionais representam a base para a realização das atividades turísticas, especialmente no que concerne à infra-estrutura inerente ao desenvolvimento do turismo. A relação das populações com as Unidades de Conservação, neste caso os Parques Nacionais, tem ocorrido com a evolução do conceito de conservação, que passa a considerar as comunidades nativas. Entretanto, mesmo que esse conceito não aceite a presença definitiva das comunidades nativas dentro da área delimitada da UC, compreende que a visita pública, ou seja, a atividade turística, pode oferecer recursos de compensação econômica à comunidade, que provavelmente teve que abdicar da produção agropecuária nas terras que antes lhe pertenciam.

Neste sentido, Wallace (2002, p. 132) defende que a comunidade deve participar efetivamente na conservação dos recursos naturais, mas, para tal, é necessário que os administradores dos PARNAs utilizem algumas estratégias, tais como

exposições educativas para a comunidade; informações nas escolas; viagens de campo; ocasiões especiais para convidar os habitantes para visitar o parque; áreas de uso especial para os moradores; a inclusão de representantes locais no planejamento do parque; o treinamento e o emprego dos habitantes como funcionários do parque, como concessionários ou como guias turísticos; e a solicitação aos funcionários do parque para que lutem pelos interesses locais...

A comunidade vizinha de um parque nacional tem papel fundamental na conservação dos recursos naturais da área protegida e sua zona de amortecimento. Desta forma, é importante que as comunidades compreendam a finalidade da criação da UC e seja integrada em todo o processo de proteção e conservação da área. Brandon (2002) exemplifica a importância do envolvimento da comunidade local na conservação dos recursos naturais protegidos, com o caso das Áreas de Refúgio de Invernagem das Borboletas-Monarcas, no

México. O local é ideal para o turismo voltado à natureza, pois as espécies podem ser facilmente observadas e há um grande fluxo de visitantes. Mas, “infelizmente, o projeto teve pouca participação da comunidade e não proporcionou estímulo suficiente para pôr fim à destruição do refúgio” (BRANDON, 2002, p. 233).

O exemplo acima abordado destaca que as comunidades devem ser inseridas e educadas para o turismo em áreas protegidas, no sentido de fazer valer o objetivo de criação do Parque, ou seja, a conservação dos recursos naturais. Horwich *et al.* (2002) aborda um caso em que a comunidade passou a ser inserida no planejamento da Unidade de Conservação e os impactos positivos começaram a surgir.

Conforme Horwich *et al.* (2002, p. 267), em 1984, após estudos sobre a onça-pintada realizados pelo doutor Alan Rabinowitz, da Sociedade de Zoologia de Nova York, o Santuário da Vida Selvagem, da Bacia de Cockscomb, foi declarado como área protegida. “Com o sucesso do parque e o aumento geral do ecoturismo em Belize, o santuário foi ampliado para 102 mil acres, um tamanho apropriado para as onças-pintadas”. Com esta ampliação da área, o novo centro de visitação pública do parque passou a situar-se em Quam Bank. Entretanto, foi localizada nessa região uma pequena comunidade de índios maias, que foram obrigados a desocupar a área, “sem nenhuma explicação adequada”. O administrador do parque era estrangeiro e não teve preocupação com o remanejamento dos índios maias. Desta forma, houve ressentimento por parte dos aldeões em relação aos visitantes do local, que não demonstravam interesse pela comunidade local. “Além disso, os aldeões estavam proibidos de caçar ou pescar na área recém-protegida”. Somente em 1984, com um professor maia local, é que a comunidade começou a ser introduzida na gestão do Santuário. Os jovens foram treinados para trabalhar como guias nos roteiros de visitação e, com o tempo, os benefícios econômicos para os aldeões começaram a surgir, tornando possível a verdadeira conservação dos recursos naturais e o envolvimento da comunidade local, como guardião da área protegida.

Neste sentido, entende-se que, com o turismo, a relação entre comunidade e parques nacionais esteja ficando mais estreita, já que existe uma relação de dependência neste caso. Ou seja, um detém os atrativos que chamam a atenção dos visitantes, ao mesmo tempo em que os conserva, e a outra oferece a mão-de-obra necessária à viabilização do turismo na região.

Contudo, é possível observar casos em que as comunidades são preparadas para receber os turistas, a gestão do parque nacional acontece pautada nas orientações do Plano de Manejo, e os turistas recebem educação voltada para a conservação do meio ambiente, mas

acabam ocorrendo impactos negativos para os recursos naturais, assim como para a comunidade local e seus aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Como exemplo, tem-se a Unidade de Conservação de Annapurna, no Nepal, que abrange um território grande e é geograficamente privilegiado, mas que, conforme Brandon (2002, p. 230),

o grande fluxo de turistas levou à criação de muitas pousadas e cantinas, propiciando renda para muitos membros da comunidade local. O turismo tornou-se importante para a economia local, mas também provocou sérios problemas ambientais. Florestas foram desmatadas a fim de prover combustível para o cozimento de alimentos e o aquecimento dos visitantes. A expansão agrícola, a poluição das águas, as instalações sanitárias precárias e o lixo nas rotas para trekking, tudo isso aumentou consideravelmente, acompanhado de um rápido crescimento da população local.

De início, pode-se afirmar que os impactos positivos desta relação de troca das comunidades vizinhas com os parques nacionais sejam o fomento econômico da localidade, pois atualmente os parques recebem um grande fluxo de turistas nacionais e internacionais. Entretanto, é válido analisar até que ponto essa relação tem sido benéfica para as comunidades locais e para a conservação dos recursos naturais. Brandon (2002, p. 232) afirma que

o turismo é o tipo de desenvolvimento que tende a modificar rapidamente a situação social e econômica das comunidades, com impacto tanto positivo quanto negativo. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, as comunidades geralmente sentem que não têm poder para influenciar esses padrões de desenvolvimento. Os projetos de turismo voltados para as comunidades locais procuram deixar que elas decidam o tipo de crescimento que gostariam de ter, para então ajudá-las a implementar seus planos.

Neste sentido, Boo (2002, p. 54) destaca que “a indústria do ecoturismo só terá sucesso se os recursos naturais forem protegidos. E isso só acontecerá se houver uma estratégia correta de gestão, e se os administradores de parques e as comunidades locais assumirem o papel de liderança no processo”.

5 – A VILA DE SÃO JORGE NO CONTEXTO DA CHAPADA DOS VEADEIROS E DO PARQUE NACIONAL

5.1 – HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA CHAPADA DOS VEADEIROS

A ocupação da região da Chapada dos Veadeiros começou no século XVIII e “já é enciclopédica a versão que atribui a Francisco de Almeida o pioneirismo de se estabelecer como fazendeiro por volta de 1750, num sítio que passou a ser conhecido como Veadeiros” (LUIZ, 2001, p. 73 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 41). Mas é válido citar que os primeiros habitantes da Chapada dos Veadeiros foram os índios Ava-Canoeiro, que em um massacre, em 1960, foram praticamente dizimados (ALBUQUERQUE, 1998).

Conforme Behr (2001), o povoado de Veadeiros, que surgiu em 1750, é hoje o município de Alto Paraíso de Goiás, conhecido nacionalmente pela diversidade de crenças, doutrinas e seitas religiosas. Tempos atrás, o povoado de Veadeiros era um Distrito de Cavalcante, que, por mais de duzentos anos, representou a sede político-administrativa da região¹². Segundo dados do primeiro mapa da Capitania de Goiás, de 1750, a região hoje chamada de Chapada dos Veadeiros denominava-se Chapada Cavalcante (MELO, 1999, p. 27). Em 1953, por meio de uma lei estadual, Alto Paraíso emancipou-se de Cavalcante, passando a ser um município independente e vizinho (SILVEIRA, 1997, p. 9). Além desses dois municípios, a região da Chapada contempla outras localidades importantes, tais como: Colinas do Sul, São João D’Aliança, Nova Roma e Teresina de Goiás. A Figura 1 apresenta a localização da Chapada dos Veadeiros no estado de Goiás e, em seguida, a Figura 2 mostra os municípios que formam a região da Chapada dos Veadeiros.

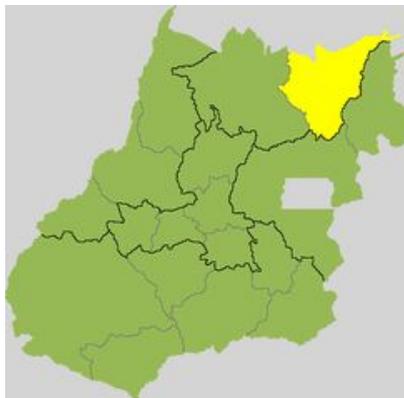


Figura -1 Localização da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_da_Chapada_dos_Veadeiros

¹² Conforme Behr (2001), o município de Cavalcante foi criado em 1835.

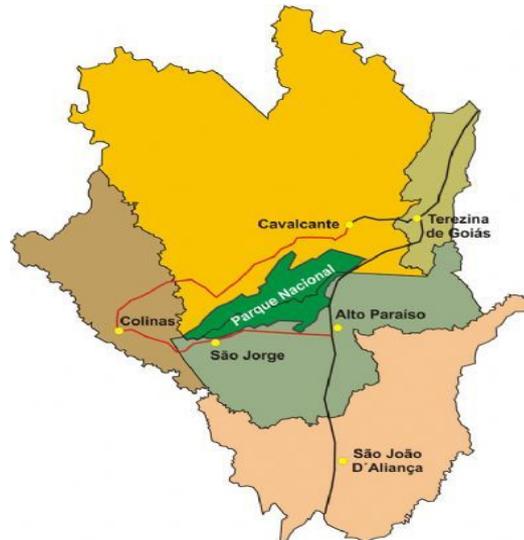


Figura 2 - Municípios da Chapada dos Veadeiros

Fonte: <http://www.travessia.tur.br/upload/images>

A ocupação do chamado Brasil Central,

envolvendo especialmente os hoje estados do Tocantins e de Goiás, começou efetivamente no Século XVIII, com a organização de expedições (denominadas "Bandeiras") que, saindo de São Paulo, percorriam a região em busca de minérios (implantando garimpos de ouro e de pedras preciosas) e de escravos indígenas (BRASIL, 2001).

Rocha¹³ (1984, *apud* SILVEIRA, 1997, p. 5) aborda que a garimpagem no Brasil envolveu diferentes grupos:

Ministros, empresários, donos de garimpo, atravessadores, contrabandistas, arrivistas endinheirados e políticos oportunistas compõem a cruzada invasora. Na retaguarda, um exército de 300 mil homens desfigurados, foras-da-lei, tangidos pela fome e o desemprego, expulsos da terra, induzidos a buscar a única alternativa de trabalho e de vida que lhes resta: a ilusão, a sorte e o logro...

Neste sentido, o garimpo foi o principal motivo da vinda de pessoas de diversas localidades, especialmente da Bahia, para o norte do Estado de Goiás, no início do século XX. A atitude desbravadora, sempre em busca de algo, é característica marcante dos garimpeiros ou descendentes destes que hoje moram na localidade¹⁴. Entretanto, essa é uma profissão difícil e desgastante, conforme relata Oliveira (2003, p. 12):

¹³ ROCHA, Gerônimo de A. Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

¹⁴ No ano de 2003 foi publicado o livro **História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros**, que reuniu vários manuscritos do garimpeiro, lavrador e sertanejo José Raimundo de Oliveira (Seu Zé Raimundo). O autor desse livro faleceu no ano de 2006, com 92 anos de idade, na Vila de São Jorge. Entende-se que esta obra,

(...) garimpo é difícil, mas garimpar é muito bom. Quando dá certo de acertar com este minério, com este bojo de pedra forte... Tem muito aventureiro feliz na sorte das aventuras, mas o tal dinheiro tem o dono. Muitos vivem miseráveis nesta vida e não desconfiam que a estrela dele não dá sorte nesta profissão, de mineração... Ver os outros companheiros bamburrando, enchendo o bolso do dinheiro do minério e fazendo farra mais os amigos... E tudo bem... E ali fica entusiasmado com aquilo, dizendo estes são filhos de Deus e eu também sou, logo o meu dia chega. Ali continua na ilusão, encachaçado por este vício e sonhando com a riqueza do garimpo e termina na esperança “o meu dia chega”. Fica viciado, que é a cachaça mais desgraçada que pode existir. Enfrentando dificuldade da vida, trabalhando no mal conforto, se entregando a tal vício, andando pelos matos, nos desertos, procurando aquilo que não guardou debaixo da terra, esperando um dia ser feliz, que a sorte possa protegê-lo (...).

Conforme Oliveira (2003, p. 20), o início do garimpo na região de Veadeiros, onde hoje está localizado o município de Alto Paraíso e o Distrito de São Jorge, aconteceu no início do século XX:

Saíram em busca de cristal, Manoel Caboclo, morador da Volta da Serra e Júlio Moreira, residente em Damianópolis (antiga Santa Catarina de Goiás), levando despesa¹⁵ e ferramenta a lombo de burro. Foi estes e outros mais que fizeram as primeiras pesquisas à direita do Rio Preto e deram o nome de Garimpinho, isto em 1911.

Em 1912, à esquerda do Rio Preto, os garimpeiros descobriram uma grande concentração de cristal de rocha, o famoso Garimpão, conforme a citação a seguir:

(...) depois do primeiro Salto do Rio Preto, numa planada muito bem configurada, acharam cristal. Ali fizeram a primeira exploração, muitas descobertas, jazidas riquíssimas, muito cristal. Jazidas descobertas em lugares que não tinham nome ainda. Decorrido um ano, eles deram um salto à esquerda do Rio Preto, acima dos Saltos da Cachoeiras, na serra à frente. E fizeram a primeira exploração, já no ano de 1912 (...). Nome do lugar: Garimpão. Ali descobertas foram muitas, jazidas riquíssimas. O cristal era achado em cima da terra e na escavação para extrair a pedra era serviço baixo, conforme dizem, “na raiz do capim”. Cristal grosso e pesado dava muito. Informavam que a despesa e a ferramenta eram levadas nas costas porque tinham lugares que não tinha jeito de levar nem a lombo de burro (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

Depois da descoberta do Garimpão, começaram a chegar pessoas de diversas partes do Brasil, que foram em busca de riqueza naquela região:

(...) a notícia abrangeu por todos os lugares: nordeste goiano, Bahia, Minas Gerais e assim quase em todo o território nacional. O povo das cidades do nordeste goiano vinha com tropas. Povo de São João d’Aliança, Guarani, Posse, Formosa... foi o povo que mais freqüentou este garimpo (OLIVEIRA, 2003, p. 22).

somente encontrada na biblioteca do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), seja uma importante referência bibliográfica para pesquisas realizadas na região da Chapada dos Veadeiros.

¹⁵ Comida, como, por exemplo, feijão, carne de sol, farinha de mandioca, rapadura, café, e às vezes, milho e cachaça.

Muitos foram para o Garimpão, mas eles não moravam na localidade, iam somente “fazer riqueza” e depois voltavam para suas terras, para cuidar da lavoura. Os garimpeiros não faziam casas, mas sim barracos que cobriam com palha, quando podiam, ou com capim. O garimpo naquela região era somente uma forma de ganhar dinheiro rápido, mas sem compromisso, até mesmo porque se tratava da extração de um produto finito. “Depois que se recursava¹⁶, quando dinheiro acabava, voltava ao garimpo de novo. Ele sabia aonde adquirir o recurso, vinha bamburrar”¹⁷ (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

O fato de o valor do cristal de rocha ser manipulado pelo mercado internacional, já que o Brasil era quase exclusivamente o único produtor de cristal natural, fazia com que o preço variasse constantemente. No começo da Segunda Guerra Mundial, a indústria bélica criou a primeira grande demanda. Utilizou-o na fabricação de sonares, transmissores de rádio, telegrafia e telefonia e também minas de defesa (SILVEIRA, 1997, p. 10).

De 1930 a 1948, o cristal era bem aceito, mas sofria alterações no preço. De 1948 a 1949, o cristal perdeu valor e a atividade garimpeira ficou enfraquecida. Os garimpeiros realizaram muitas descobertas na região, uma delas foi a 3000 metros do Garimpão. Uma região plana, cercada pelas serras, que se chamava Baixa, região que, até então, era despovoada.

Na mesma época em que o cristal havia sofrido uma queda, devido ao preço baixo e a pouca demanda, em 1949, aconteceu também um incêndio no único armazém do Garimpão. Assim, depois do incidente, o proprietário do armazém, Matias Brasil, construiu um “barracão” e mudou-se para a planada da Baixa, estabelecendo-se naquele local.

Em 1952, o garimpo entrou em ascensão novamente, conforme Silveira (1997, p. 10):

A Chapada viveu, conforme falam, outros períodos de “influência” do garimpo, ou seja, momentos de expansão da atividade. Um dos mais citados é o de 1952, que pode ter envolvido quase 3.000 garimpeiros na região. Essa nova demanda e conseqüente aumento de preços pode ser explicada pelo início da Guerra da Coreia em 1950.

Tal fato é confirmado pelo relato de Oliveira (2003, p. 33): “De 1951 a 1952, saía a maior notícia da grandeza destas minas de cristal de rocha, muita gente enriquecendo (...) o povo começou a fazer casa a alicerce, ranchões para pousada dos garimpeiros (...)”.

¹⁶ Recursar: ficar rico, cheio de dinheiro, derivado de recurso (dinheiro). Não existe no dicionário.

¹⁷ Bamburrar: tirar a sorte grande; achar uma quantia ou qualidade de mineral que vale muito dinheiro.

Nesta época, a Baixa da Chapada dos Veadeiros virou a “sede” dos garimpeiros, nascendo, assim, a atual Vila de São Jorge. Não existe um único fundador da Vila, mas sim algumas pessoas importantes, que iniciaram o povoamento da localidade, tais como: Domingos Barreto, que chegou em 1948; Antoninho Baiano, também chegou na Baixa em 1948; depois, conforme citado acima, Matias Brasil, em 1950; Claro Machado, em 1952. A respeito do nome da Vila foram encontrados alguns relatos.

No primeiro, conforme Silveira (1997, p. 8), “o padre Beno Bakermans, holandês, desde 1958 na Chapada, conta-nos que os garimpeiros arranjaram uma imagem de São Jorge e por iniciativa de Severiano da Silva Pires batizou-se com este nome a localidade (...). Esta mudança encontra-se no livro de registros da paróquia, pela primeira vez, no ano de 1954”.

O segundo, conforme os relatos de Oliveira (2003, p. 35) conta que

o doutor Borges veio garimpar (...) isto já de 1952 para 1953. Ele foi a São Paulo e lá lembrou dos garimpeiros, trocou ou tirou uma foto da imagem de São Jorge para oferecer aos garimpeiros. Aqui entregou em 1954. Severiano Pires e família tinham chegado do Garimpo da Santana. Ele e os filhos construíram a igreja para São Jorge, deram como padroeiro do local e, mais tarde, mudaram o nome da Baixa da Chapada dos Veadeiros para São Jorge.

Existem rumores sobre a “cassação” de São Jorge pela Igreja Católica, mas, conforme a citação seguinte, a igreja somente tornou opcional a celebração:

No dia 9 de maio de 1969, a observância do Dia de São Jorge tornou-se opcional, com a reforma do calendário litúrgico, realizada pelo papa Paulo VI. A reforma retirou do calendário litúrgico as comemorações dos santos dos quais não havia documentação histórica, mas apenas relatos tradicionais. Daí ter-se falado, naquele tempo, em “cassação de santos”. Mas o fato da celebração do Dia de São Jorge tornar-se opcional não significa o não reconhecimento do santo (PARÓQUIA SÃO JORGE MÁRTIR, 2007).

Mesmo após a igreja católica considerar opcional a celebração a São Jorge, todos os anos o povoado comemora o dia do santo padroeiro, 23 de abril, realizando uma grande festa, em comemoração também ao aniversário da Vila de São Jorge, que, para alguns dos antigos garimpeiros e ainda moradores da Vila, é chamada apenas de Baixa.

Em 1956 o cristal perdeu o valor novamente, gerando uma verdadeira crise para os garimpeiros. Muitos voltaram para suas terras de origem, outros foram “ajudar” na construção da nova Capital, Brasília; e outros poucos ficaram em São Jorge, assim como a família Pires. “Severiano Pires, o Velho Severo, sustentou este povoado. Ele que calçava a estrada, forrando

com canela d'ema¹⁸ para não atolar, a fim de não acabar o povoado (OLIVEIRA, 2003, p. 37)".

Durante quatro anos o garimpo ficou totalmente estagnado, somente em julho de 1961 o cristal teve aceitação. Como sempre acontecia, a notícia logo se espalhou e, em seguida, a região estava novamente cheia de garimpeiros. Tal fase durou até 1968, quando novamente o preço do cristal diminuiu, ficando desvalorizado. Daí, começaram a comercializar a lasca, cristal de quartzo, aproveitando os resquícios do garimpo iniciado em 1912. Com a renda da lasca, começaram a construir suas casas de adobe, cobertas de telha; não existiam mais os antigos casebres cobertos de buriti ou outros tipos de palhas.

Em meados dos anos 1980 desapareceram os compradores de lasca da Chapada dos Veadeiros, fechando um ciclo¹⁹ que se iniciou, conforme os relatos, em 1911, na região do Garimpinho, passando depois por Garimpão, depois Baixa, até chegar à atual Vila de São Jorge. E assim, conforme Oliveira (2003, p. 39), "foi chegando muito visitante e o povo de São Jorge começou a crescer os passos, foram melhorando (...). Os moradores sobreviviam de garimpagem e hoje vivem da associação²⁰. De 1990 para cá, o recurso é este: receber o turista".

5.2 – O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS – PNCV

A proposta de se criar uma Unidade de Conservação na região da Chapada dos Veadeiros ocorreu em outubro de 1960. Mas somente em 11 de janeiro de 1961, por meio do Decreto nº. 49.875, foi criado, pelo então Presidente da República Doutor Juscelino Kubitschek, o Parque Nacional do Tocantins, com área aproximada de 625.000 hectares. Nos art. 1º. e art. 2º. do Decreto acima citado, foram determinados o ato de criação do PARNA e seus limites iniciais:

¹⁸ Vegetação típica do cerrado.

¹⁹ Até o início de 1930, o quartzo incolor, conhecido como hialino ou cristal de rocha, tinha finalidades mais estéticas e era usado na fabricação de objetos diversos. Depois a demanda passou a ser científica, voltada para a composição de radares e rádios. Isto explica a grande procura na época da Segunda Guerra Mundial. Do final da década de 1940 ao final da década de 1960, a procura continuou, mas de forma instável. As oscilações eram causadas por acontecimentos internacionais, tal como a Guerra da Coréia. Em seguida, vários países começaram a realizar pesquisas para desenvolver o cristal artificial, e, com isso, após encontrarem a fórmula, na década de 1970, o cristal de rocha perde seu valor e o Brasil, dono de 95% das reservas mundiais, ficou sem mercado. Em 2000, Japão, Estados Unidos e China foram considerados os maiores produtores de quartzo artificial.

²⁰ Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV). Muitos dos condutores são ex-garimpeiros. Essa associação foi criada no início da década de 1990 e os associados são os únicos autorizados a conduzir visitantes dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Atualmente a ACVVCV conta com mais de 150 condutores associados.

Art. 1º. – Fica criado no Estado de Goiás, na chapada dos Veadeiros, o Parque Nacional do Tocantins, subordinado à Seção de Parques e Florestas Nacionais, do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2º. – Os limites do Parque ora criado começam na margem direita do Rio Tocantins na confluência do Rio Tocantinzinho, seguindo por este até a sua nascente; daí através das vertentes contornando a cidade de Veadeiros²¹ até a nascente do Rio Preto; daí seguindo pela mesma vertente até a nascente do Córrego Santa Rita; daí pelo referido córrego até a confluência com o Ribeirão São Félix; daí pelo referido Ribeirão São Félix até a sua confluência com o Rio Tocantins; daí, rio acima, até o ponto de partida.

Sabe-se que talvez a principal razão para a criação desta UC no cerrado tenha sido a preocupação com a preservação da natureza na região próxima à nova Capital, já que tal ato foi sugestão da “Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil” (SILVEIRA, 1997, p. 11). Conforme o IBAMA (2007) a unidade foi criada para proteger os mananciais hídricos da região, asilo natural de uma infinidade de microorganismos e diversas espécies da flora e fauna. No anteprojeto do Regimento Interno do Parque Nacional do Tocantins, foi definido, no seu Art. 2º, a finalidade específica desse Parque, como sendo

a preservação da flora, da fauna e das belezas naturais ocorrentes na região do Tocantins, visando, sobretudo, a educação, o turismo, bem como a conservação ao vivo de um patrimônio nacional dos mais legítimos e inestimáveis, como os representados pelos recursos naturais (Documento nº. 2, 1963, apud MELO, 1999, p. 29).

O atual nome do Parque e da região onde está localizado é referente ao veado campeiro (*ozotocerus bezoarticus*), que, tempos atrás, tinha grande presença na região, quando esses animais eram vistos em grande número pelo povo da Vila (SILVEIRA, 1997, p. 12). Ou então, pode ser uma referência ao predador, o caçador de veados. E ainda, conforme o Dicionário da Língua Portuguesa (EDITORIAL LAROUSSE DO BRASIL, 2000), veadeiro é o cão adestrado para a caça ao veado. A atividade de caça representava um grande valor de uso e de troca. Os fardos de couro de veados eram enviados para o porto de Belém ou comprados por mineiros, fabricantes de botas. Conforme Martins (1997 apud Melo, 1999, p. 28), o Rio dos Couros, que está localizado na divisa leste do PNCV, era ponto de enfardamento, ou seja, o rio recebeu o nome da atividade realizada no local.

O Parque Nacional (PARNA) é uma Unidade de Conservação de proteção integral, que tem como objetivo preservar a natureza não permitindo a exploração direta dos recursos naturais, ou seja, a extração desses recursos. A visitação deve ser restrita, mas permitida quando estiver em conformidade com o plano de manejo da área e mediante autorização do

²¹ Atual município de Alto Paraíso de Goiás.

órgão reponsável (WWF, 2004, p. 53). Para o SNUC²², que foi instituído pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, pode-se entender como Unidade de Conservação o

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Entre 1959 e 1961 foram criados, por Juscelino Kubitschek, cinco Parques Nacionais, entre eles o do Araguaia, o das Emas e o do Tocantins (MELO, 1999, p. 28). Em 1972, o então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, mediante o Decreto nº. 70.492 de 11 de maio²³, alterou o nome do PARNA para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e sua área foi reduzida para 171.924,54 hectares, conforme os artigos abaixo:

Art. 1º. – O Parque Nacional do Tocantins, criado pelo Decreto nº. 49.875, de 11 de janeiro de 1961, passa a denominar-se Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Art. 2º. – Os artigos 2º, 3º e 4º do Decreto nº. 49.875, de 11 de janeiro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º. – O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado no Estado de Goiás, no local do mesmo nome, com a superfície de 171.924,54 hectares (...).

Em 1981 o PNCV sofreu novamente uma redução no tamanho de sua área. De acordo com o Decreto nº. 86.173, de 02 de julho de 1981, em seu artigo 1º. diz que: “Os limites do Parque Nacional da Chapada Veadeiros, estabelecidos pelo Decreto nº. 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e alterados pelo Decreto nº. 70.492, de 11 de maio de 1972, passam a ser (...) de 60.000 ha (...)”. No mesmo ano, o Decreto nº. 86.596, de 17 de novembro, mantém a área de 60.000 hectares, mas retifica as coordenadas geográficas do PARNA.

Em 1990, por meio do Decreto nº. 99.279, de 06 de junho, a área do PNCV foi novamente alterada, sendo desta vez aumentada para 65.514,725 hectares. Contudo, dados recentes do IBAMA (2006) citam a área atual do Parque como 65.038,00 hectares.

A atual área do Parque Nacional está inserida dentro do polígono de extrema importância biológica do bioma Cerrado e do corredor ecológico Paranã-Pirineus, sendo considerada como área núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado (PMAPGO, 2006, p. 15). O Parque Nacional está inserido na Bacia hidrográfica do Rio Tocantins, que possui uma área de

²² Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

²³ BRASIL. Decreto Nº. 70.492 de 11 de maio de 1972. Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal>>. Acesso em 10 jun. 2007.

236.570 ha e está localizada no nordeste do estado de Goiás, nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, São João da Aliança, Teresina de Goiás e Nova Roma.

Em 22 de março de 1991, o PNCV foi fechado à visitação pública, pois o IBAMA acreditava que o Parque não tinha condições de receber um número tão grande de turistas. Faltava infra-estrutura para receber visitantes e fiscalização nos períodos de maior fluxo. Alegava-se também que os usuários eram desinformados sobre a finalidade de um Parque Nacional, normas e regulamentos internos, pois jogavam lixo em qualquer lugar, usavam armas de fogo e bebidas alcóolicas (MELO, 1999, p. 37).

Em 20 de dezembro de 1991, foi apresentada ao IBAMA uma Exposição de Motivos para reabertura do PNCV aos turistas. Nesta exposição foram registradas algumas medidas que seriam tomadas, tais como: a nomeação do Dr. Adílio Valadão de Miranda para Diretor do Parque; a elaboração do documento “Orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO”; e a realização do “Treinamento para Condução de Visitantes junto ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO”, que qualificou os moradores de São Jorge para conduzir os turistas na área do Parque.

Atualmente, os antigos garimpeiros e moradores locais, além de atuarem como condutores de visitantes no PNCV, participam da gestão da Unidade de Conservação, por meio do Conselho Consultivo. Conforme o WWF – Fundo Mundial da Natureza (2004, p. 55), o poder público responsável pela administração das unidades de conservação deve criar conselhos gestores com a participação ampla e efetiva da população local. As unidades de proteção integral devem formar conselhos com caráter consultivo e as unidades de conservação de uso sustentável, conselhos deliberativos.

Desta forma, em 2001, foi criado o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros por meio da Portaria nº. 82, de 26 de junho, depois alterado pela Portaria nº. 113/02-N, de 22 de agosto de 2002, e alterado novamente pela Portaria nº. 077, de 09 de agosto de 2004. O Conselho Consultivo é um órgão integrante da estrutura da Unidade de Conservação, exercendo sua competência conforme disposições estabelecidas em Regimento Interno, como órgão normativo, consultivo, fiscalizador e de assessoria à administração da unidade²⁴.

De acordo com o artigo 3º. do Regimento Interno, o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é composto pelo Diretor do PNCV; um representante do

²⁴ Conforme entrevista realizada no dia 16 de março de 2007, com o Conductor de Visitante Luciano, há mais de um ano não acontece a reunião do Conselho. A próxima está marcada para o dia 23 de abril de 2007, em São Jorge. O tema principal será o acompanhamento da Revisão do Plano de Manejo.

IBAMA; do INCRA; do setor universitário da região; do Governo Estadual de Goiás; das Prefeituras de Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás e São João D'Aliança; dos representantes de ONGs locais, um representante da Associação de Condutores de Visitantes das localidades próximas; um dos proprietários das RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; entre outros.

No dia 13 de dezembro de 2001, o Parque Nacional foi reconhecido como Patrimônio Natural Mundial pela Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. O Parque é considerado Patrimônio Natural Mundial, pois está localizado na segunda maior vegetação brasileira, o Cerrado.

De acordo com o IBAMA (2006), o Cerrado representa 2.000.000 km² (dois milhões de quilômetros quadrados) espalhados por 10 (dez) Estados, ou seja, 23.1% do território brasileiro. As unidades de conservação federais no Cerrado compreendem dez Parques Nacionais, três Estações Ecológicas e seis Áreas de Proteção Ambiental.

Na área preservada pelo PNCV existem muitas espécies endêmicas, ou seja, próprias dessa região. A flora da localidade é bastante diversificada. Já foram encontradas mais de 1.000 espécies de plantas no Parque. Conforme o AmbienteBrasil (2007), existem plantas medicinais, árvores frutíferas e flores raras a compor o cenário dividido em campos limpos, campos sujos, campos rupestres e veredas acompanhadas de matas ciliares. Devem-se destacar a palmeira buriti, a canela-de-ema, o ipê-amarelo, a mangabeira e orquídeas das mais variadas formas e cores.

A fauna encontrada no PNCV é diversificada, merecendo atenção especial o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*). Das aves, podem-se citar a ema (*Rhea americana*), o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*) e várias espécies de gaviões, entre os quais se destaca a águia-cinzenta (*Harpyalaetus coronatus*). Existem registros do raríssimo pato mergulhão (*Mergus octocetaceus*), espécie criticamente ameaçada de extinção (PMAPGO, 2006, p. 11).

A visitação no Parque ocorre de terça-feira a domingo, de 08:00 até as 17:00 horas. Só é permitida a entrada com acompanhamento de um condutor de visitantes.

São restrições no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (IBAMA, 2007):

- O acesso de crianças com idade menor que cinco anos, tendo em vista a dificuldade de deslocamento;

- A entrada nas áreas de visitação com bebidas alcoólicas ou qualquer outra droga, legal ou não, que limite os reflexos e a capacidade de coordenação motora do indivíduo;
- A entrada de animais domésticos;
- São proibidos o ingresso e a permanência na Unidade de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados a corte, caça, pesca ou quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora;
- É proibido fumar nas dependências das Áreas de Visitação;
- Não é permitida utilização de aparelhos ou instrumentos sonoros dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, excetuando-se os casos necessários à fiscalização, busca e salvamento, mediante autorização expressa da administração do Parque.

O Distrito Federal, que fica a 260 quilômetros, e Goiânia, que está a 480 quilômetros, são os principais pólos emissores de turistas para a região, especialmente para o PNCV. Conforme a Figura 3, o acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros ocorre pela BR-020, saindo de Brasília e seguindo por 220 quilômetros pela GO-118 em direção a Alto Paraíso. Em seguida, virando à esquerda pela GO-239 e seguindo por 36 quilômetros, dos quais grande parte já asfaltada, chega-se à Vila de São Jorge, portal de entrada do PNCV.

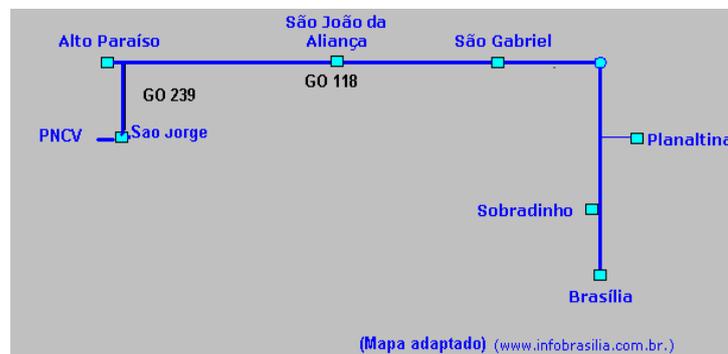


Figura 3 – Acesso de Brasília ao PNCV – GO (mapa adaptado pela autora)

Fonte: www.infobrasilia.com.br/como_chegar_na_chapada

5.2.1 – Reserva da Biosfera Goyaz-Cerrado

Biosfera é a porção da Terra onde a vida se faz presente. Envolve a crosta terrestre, as águas, a atmosfera e, hoje, sofre alterações significativas, rápidas e desastrosas, com a destruição sistemática de seus habitats e recursos naturais de que depende a comunidade planetária (IBAMA, 2002, p. 8).

Em 1968, ocorreu a Conferência da UNESCO sobre a Conservação e Uso Racional dos Recursos da Biosfera. Nesse encontro iniciou-se a divulgação da idéia de se formar uma rede mundial para proteger áreas expressivas na biosfera. O resultado dessa nova idéia foi a implantação do Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB), desenvolvido pelo PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e com agências internacionais de desenvolvimento. Esse programa tem como meta a criação de reservas da biosfera, no sentido de preservar as porções representativas de ecossistemas, terrestres ou costeiros, reconhecidos mundialmente (AMBIENTE BRASIL, 2007). É relevante destacar que nessas áreas estão incluídos biomas²⁵ naturais, comunidades e reservas naturais de grande interesse para a humanidade.

A Reserva da Biosfera ou Resbio, como também é chamada, caracteriza-se por ser

um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (Decreto 4.340 de 2002, art. 41).

No total são 368 Reservas da Biosfera, distribuídas em 91 países, com uma área total superior de 268 milhões de hectares, que têm como objetivo a proteção dos ecossistemas e da sua biodiversidade (IBAMA, 2002, p. 12). São considerados os ecossistemas já alterados pela ação humana, entretanto, é necessário existir a possibilidade de recuperação de suas condições naturais originais. Assim, são incluídos como Unidades de Conservação os parques, as florestas, as reservas e áreas alteradas pelo homem.

No Brasil existem cinco Reservas da Biosfera: Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Cerrado. A Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” (COBRAMAB) é responsável pelo gerenciamento das Reservas da Biosfera, tendo como competência planejar, coordenar e supervisionar atividades relacionadas ao Programa (IBAMA, 2002).

Em novembro de 2000, o nordeste do estado de Goiás foi intitulado Reserva da Biosfera de Goyaz-Cerrado, sendo caracterizado como uma das áreas de maior biodiversidade do Brasil. A Resbio do Goyaz-Cerrado está localizada ao longo do Vale do Rio Paranã, tendo como zonas-núcleo o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (município de Alto Paraíso

²⁵ Grande região ecológica e todos os seres vivos contidos nela. Um bioma pode conter vários ecossistemas.

de Goiás), o Parque Estadual de Terra Ronca²⁶ (município de São Domingos) e o Parque Municipal de Itiquira²⁷ (município de Formosa). Conforme o IBAMA (2002, p. 18),

a zona de amortecimento abrange o entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Parque Municipal de Itiquira, conectando os dois através do Vão do Paraná, e se estendendo até as margens da Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa, na bacia do Rio Tocantins, e até o Sítio Histórico Kalunga, um remanescente de quilombos reconhecido. A outra zona de amortecimento abrange o entorno do Parque Estadual de Terra Ronca, incluindo a APA Estadual da Serra Geral. Já a zona de transição abrange quase a totalidade do Nordeste Goiano, demonstrando a intenção de desenvolver em bases sustentáveis toda esta região.

A importância desse título se dá pelo reconhecimento do valor do Cerrado e pelo potencial de desenvolvimento da região do Nordeste Goiano, pois “as possibilidades de melhor planejamento e captação de recursos para projetos na região se tornam bem maiores” (IBAMA, 2002, p. 27).

A Tabela 1 apresenta a ordem e data dos acontecimentos referentes à criação da Reserva da Biosfera Goyaz – Cerrado.

Tabela 1 – Cronologia da Reserva da Biosfera Goyaz-Cerrado

CRONOLOGIA - RESERVA DA BIOSFERA GOYAZ - Cerrado	
1993	Criada a Reserva da Biosfera do Cerrado - Fase I no Distrito Federal, o que foi um marco importante no reconhecimento internacional do Cerrado, como área de grande interesse biológico. Com esta iniciativa, tornou-se necessária a participação dos outros Estados situados em área do Cerrado, no sentido da criação de outras fases, objetivando a reintegração deste bioma com os biomas do Pantanal, Floresta Amazônica e Mata Atlântica.
1995	Formou-se um Comissão Estadual com a finalidade de encaminhar subsídios para a proposta da Reserva da Biosfera Goiás à Secretaria do Meio Ambiente do Estado e UNESCO (D.O.U. do dia 28/06/1995, Decreto nº 4479, de 23/06/1995; D.O.U. do dia 04/09/1995, Decreto nº 4529, de 30/08/1995).
2000	Foi elaborada a proposta da Reserva da Biosfera Goyaz - Cerrado Fase II, pela Secretaria de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e de Habitação do Estado de Goiás, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e do WWF - Fundo Mundial para a natureza, a partir de discussões que se originaram nas próprias comunidades, sobretudo através de organizações da sociedade civil, principalmente da região da Chapada dos Veadeiros.
2000	Em novembro de 2000, foi aprovada a proposta da Reserva da Biosfera Goyaz - Cerrado, pela UNESCO.

Fonte: adaptado dos dados do Relatório da Reserva da Biosfera Goyaz - Cerrado Fase II. IBAMA, 2002.

5.3 – A VILA DE SÃO JORGE

O Município de Alto Paraíso de Goiás, com área total de 2.603,4 Km², está localizado no nordeste goiano, inserido na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás.

²⁶ Complexo de cavernas.

²⁷ Principal objetivo é a proteção da cachoeira de Itiquira.

Em seu território encontra-se 40% da área do PNCV, o que corresponde a 10% da área do Município (PEREIRA, 2000, p. 18). A Vila de São Jorge é um distrito do município de Alto Paraíso de Goiás. De acordo com a PMAPGO (2006, p. 4), o Distrito de São Jorge foi criado

pela Lei 499/96 de 06 de dezembro de 1996, está localizado no município de Alto Paraíso de Goiás, sendo que o acesso se dá pela rodovia GO-118 até o município de Alto Paraíso. A partir daí, toma-se a rodovia GO-239 no sentido Alto Paraíso/Colinas do Sul por uma distância de aproximadamente 36 km em estrada parte pavimentada, parte de terra, chegando à vila, que fica adjacente a esta rodovia.

Conforme a lei acima citada, o Distrito de São Jorge é representado na Administração Municipal por um Sub-Prefeito²⁸, que é indicado pelo Prefeito Municipal de Alto Paraíso. A área do distrito corresponde aos seguintes dados²⁹:

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) ocupa uma área de 54 Km² dentro do distrito, representando cerca de 18% da área total do distrito de São Jorge. O núcleo urbano de São Jorge apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 47° 48' 55" de longitude oeste e 14° 10' 35" de latitude sul. O Distrito do São Jorge ocupa uma área territorial de 97,00 ha, sendo que esse total compõe-se das seguintes parcelas: 30,60 ha dentro do perímetro urbano, 61,40 ha dentro do recém-criado Parque Municipal, e 5,00 ha dentro de áreas diversas.

O Distrito de São Jorge começa à margem esquerda do Rio Preto no ponto de divisa da linha que divide o município de Alto Paraíso com Colinas do Sul; daí segue Rio Preto acima até a barra do Córrego Estiva; do Estiva acima até sua cabeceira; daí, rumo reto até a cabeceira do Córrego Cordoviu; daí, rumo reto até a cabeceira do Córrego Matãozinho; deste abaixo até sua barra no Rio dos Couros; Rio dos Couros abaixo até a linha geográfica que divide com o município de Colinas do Sul; segue por esta divisa até o ponto inicial no "Rio Preto" (ALTOPARAISO.NOM, 2006).

O Parque Municipal do Distrito de São Jorge foi criado em 16 de dezembro de 1999, pela Lei n°. 597/99, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A criação desta Unidade de Conservação é de extrema importância para a comunidade de São Jorge, pois caracteriza um elo com a Unidade de Conservação Federal o PNCV. Entende-se o PMSJ como um instrumento importante na educação ambiental, no sentido de minimizar os impactos ambientais negativos inerentes ao desenvolvimento urbano da Vila. A visitação no PMSJ ocorre com maior freqüência nas épocas de chuva, devido à ocorrência da bica d'água

²⁸ Conforme entrevista realizada com o Prefeito de Alto Paraíso no dia 15 de abril de 2007, não foi nomeado ninguém para ocupar este cargo, pois ele acredita que não há necessidade, devido ao fato de ele ser nascido em São Jorge e estar na Vila quase todos os finais de semana.

²⁹ Ibidem.

neste período, que é bastante procurada pelos turistas e moradores locais (PMAPGO, 2006, p. 15).

Conforme o Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge (PMAPGO, 2006), foram identificadas as seguintes características físicas, bióticas e socioeconômicas do distrito e região da Chapada dos Veadeiros:

A) Quanto ao meio físico

Devido ao fato de a região estar inserida em uma zona de transição, o clima é compreendido em dois domínios: Climas úmidos da região Amazônica e Climas semi-áridos da região da Caatinga do Nordeste brasileiro.

Nas chapadas, a média anual da temperatura varia de 20° C e 23° C, sendo inferior a 20° C nas superfícies mais elevadas. Durante a primavera e o verão, estações quentes, é comum as médias serem elevadas, oscilando nos meses de setembro ou outubro, entre 26° C e 28° C. No outono e no inverno, são registradas, com frequência, temperaturas baixas em razão da invasão de massa de ar polar, o que provoca as friagens comuns nessa época do ano.

A caracterização da pluviosidade da região se deve quase que exclusivamente ao sistema de circulação atmosférica. A média anual da região da Chapada dos Veadeiros é de 1.600 mm, sendo bem provida de chuva e sua sazonalidade tipicamente tropical, com máxima no verão e mínima no inverno.

Em relação à geomorfologia, a região, especificamente o município de Alto Paraíso, está localizado nas terras mais altas do Brasil Central, sendo sua área distribuída em altitudes que variam de pouco mais de 490 metros (lado este na confluência dos rios São Bartolomeu e Macacão) a 1.670 metros (lado norte – Serra de Pouso Alto).

A topografia do município é bastante acidentada, apresentando inúmeros morros que sobressaem de trechos planos e escarpas nas vertentes dos rios e córregos da região. As declividades são muito suaves no alto de morros e chapadões, variando de menos de 5 % até 15 %. Nos recortes provocados por fenômenos geológicos (falhas) e nos processos erosivos (margeando os cursos d'água em especial) observam-se declividades muito altas, chegando muitas vezes a mais de 75 %.

A região pertence ao domínio geomorfológico denominado Planalto Central Goiano, o qual é limitado a norte e nordeste pela Depressão do Tocantins, a leste pelo Vão do Paranã e a sul e oeste estendendo-se além dos limites da microrregião da Chapada dos Veadeiros.

A Vila de São Jorge possui terreno plano a suavemente plano, conforme mostrado nas Figuras 4 e 5.



Figura 4 – Relevo de São Jorge
Fonte: PGA (PMAPGO, 2006).



Figura 5 – Vista aérea de São Jorge
Fonte: <http://br.geocities.com/zostratus21/sao-jorge.htm>

Em relação à hidrografia, a Chapada dos Veadeiros constitui-se em um centro dispersor de águas local e regional. A rede hidrográfica dessa região é constituída pelos rios Preto e Tocantzinho, e seus afluentes: Córrego Piçarrão, Ribeirão São João, Rio dos Couros e Ribeirão São Miguel, que deságuam no Rio Maranhão e pelos rios Macacão, São Bartolomeu e Pedras, componentes da Bacia do Paraná. Os rios Maranhão e Paranã são componentes da Bacia do Rio Tocantins.

O Distrito de São Jorge começa à margem esquerda do Rio Preto no ponto de divisa da linha que divide o município de Alto Paraíso com Colinas do Sul, seguindo o Rio Preto acima

até a barra do Córrego Estiva na sua cabeceira. Seguindo até a cabeceira do Córrego Cordoviu e posteriormente até a cabeceira do Córrego Matãozinho. Deste até sua foz no Rio dos Couros e a linha geográfica que divide com o município de Colinas do Sul, segue-se até o ponto inicial no Rio Preto. No entanto, sua hidrografia é caracterizada principalmente pela microbacia do Rio Preto.

A vila de São Jorge possui um solo que tem como características a coloração cinza com tons amarelos e avermelhados, pouco profundo, elevada capacidade de desenvolvimento de processos erosivos e de boa permeabilidade.

B) Quanto ao meio biótico

O Distrito de São Jorge encontra-se inserido em uma área onde a vegetação se apresenta na forma de Campo Cerrado, composto por arvoretas tortuosas típicas do cerrado e plantas herbáceas de pequeno porte. Na fronteira com o PNCV existe uma vereda e uma mata ripária, além de cerrado entre rochas.

Dentre as espécies arbóreas de maior ocorrência podemos citar: Sucupira Branca (*Pterodon emarginatus*); Caju do Cerrado (*Anacardium humile*); Lobeira (*Solanum lycocarpum*); Pequi (*Caryocar brasiliense*); Vassoura-de-Bruca (*Ouratea hexasperma*). Dentre as espécies herbáceas observadas com maior frequência no local, podemos citar: Araticum (*Anona sp*); Angelim e Canela-de-Ema (*Vellozia sp*). Destaca-se ainda a ocorrência de espécies arbóreo-arbustivas como: Pau-Terra (*Qualea spp*); Pau-Santo (*Kielmeyer cariacea*); Jatobá do Cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*).

A fauna local caracteriza-se por indivíduos que se adaptaram ao desenvolvimento urbano, à descaracterização proporcionada à fisionomia original, em decorrência principalmente da retirada de espécies vegetais e o aumento da população humana local. Essas transformações geraram a diminuição de vegetação nativa, o aumento na quantidade de ruídos e a iluminação artificial noturna. Eventualmente aparecem indivíduos da fauna regional, como o Calango Verde (*Ameiva ameiva*), a Seriema (*Cariama cristata*), e o Lobo Guará (*Chrysocyon brachyurus*).

C) Quanto ao meio socioeconômico:

Após o esgotamento da atividade garimpeira o turismo passou a ser desenvolvido como principal atividade econômica da localidade. Em termos de comércio ligado ao turismo e leitões, pode-se subdividir as atividades conforme mostrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Meios de hospedagem

Número total de pousadas	23
Número total de leitos em pousadas	492
Número total de campings	14
Número total de leitos em campings	480
Casas de temporada	2
Lotação total	20
Total de leitos	1.000

Fonte: PGA (PMAFGO, 2006).

5.3.1 – Relação da Vila de São Jorge com o PNCV

Até a criação do Parque Nacional, os moradores da região tinham como atividade de subsistência a exploração garimpeira de cristal de rocha, complementada pela extração da vegetação do cerrado e a agricultura. Assim, a partir da data de criação do Parque, ficaram proibidas as atividades de mineração na região. Conforme Albuquerque (1998), apesar da importância de preservação da área ambiental com a criação do Parque Nacional, a instalação desta UC gerou “prejuízos” econômicos e sociais para a comunidade local, pois retirou a possibilidade da atividade produtiva, a posse de terra e a exploração dos recursos naturais.

De acordo com Melo (1999), em 1966 foi constituída uma comissão do Ministério da Agricultura com a finalidade de identificar os principais problemas que dificultavam a implantação efetiva das UCs. Quanto ao Parque Nacional de Tocantins (PNT)³⁰, a comissão apontou a existência de fazendas de criação, lavouras e atividades de mineração. Desta forma, foi sugerido um novo estudo da área do PARNA, especificamente na região da Chapada dos Veadeiros, considerando o problema socioeconômico advindo com a criação do parque.

Com as reivindicações de proprietários para a regularização fundiária, o alto custo que seria necessário para as desapropriações e argumentações dos gestores públicos da região, o PARNA sofreu alterações em suas delimitações, sendo reduzido aos seus atuais 65.038,00 hectares.

Desta forma, após o ano de 1990, quando o Parque começou a receber turistas para visitação, os antigos garimpeiros começaram a se qualificar para exercerem a atividade de condutores de visitantes dentro da área da Unidade de Conservação, conforme coloca Rodrigues (2001, p. 68):

³⁰ Atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

A regulamentação estabeleceu a obrigatoriedade da presença do guia na visitação aos atrativos do Parque e deu início a formação da Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACV-CV). Hoje esta atua juntamente com outra associação, a SERVITUR, e tem sido exemplo para muitas Unidades de Conservação no Brasil que recebem visitantes.

Desta forma, além dos serviços de guiamento, os moradores começaram a receber os turistas e explorar o ecoturismo como fonte de renda para a localidade, já que o garimpo e as atividades agrícolas não eram mais possíveis na área do parque.

A abertura do PNCV para visitação pública beneficiou, em especial, o Distrito de São Jorge, devido sua proximidade de um quilômetro apenas da única portaria de acesso ao PNCV, conforme relata Silveira (1997, p. 6):

(...) Dá-se pela Vila o acesso de turistas aos principais pontos de visitação do Parque, este, por sua vez, guarda uma parte do universo simbólico e dos produtos da sobrevivência daqueles moradores. Essa intimidade específica é ponto de partida para entender em um nível mais amplo, em que medida cultura e preservação ecológica condicionam-se, conflitam ou se complementam...

Outras localidades próximas do PNCV como Cavalcante, Alto Paraíso e Colinas do Sul também foram beneficiadas, pois, com o conseqüente fluxo de turistas para a região da Chapada dos Veadeiros, essas cidades tornaram-se destinos turísticos.

A relação entre a Vila e o Parque intensificou-se ainda mais em 1991, após a abertura da UC, fechada no início do mesmo ano, devido aos acampamentos e enorme quantidade de lixo deixada no lugar. Com a proibição de pernoitar no Parque, a Vila, de forma incipiente, começou a servir de apoio, tornando-se imprescindível na realização da atividade turística no Parque, “gerando um dos mais importantes exemplos no Brasil de relação entre uma comunidade e uma unidade de conservação” (PMAPGO, 2006).

Na Vila os visitantes podem dormir, comer e comprar *souvenirs*³¹ da região. E é também pela Vila que ocorre o acesso dos turistas aos mais belos atrativos naturais do Parque. Em São Jorge, por onde se passa é possível ver placas de “café da manhã”, “camping”, “pousadas” e “restaurantes”. Isto demonstra a transformação ocorrida no lugar, após a abertura do Parque Nacional aos turistas.

Observa-se que atualmente a principal atividade econômica desta localidade é o turismo. Grande parte dos moradores são donos de pousadas, campings, restaurantes, bares, e participam, direta ou indiretamente, da atividade turística. Esta proximidade entre o Parque e

³¹ Camisetas com imagens dos atrativos, artesanatos, mapas, fotos, outros.

a Vila tem trazido, ao longo destes anos, benefícios e desenvolvimento para o vilarejo, que conta atualmente com aproximadamente 600 habitantes.

A “troca” entre o Parque Nacional e a Vila é por um lado benéfica, pois oferece infraestrutura de apoio à realização do ecoturismo no Parque, fomentando automaticamente a renda da Vila. Mas, por outro lado, pode estar ocasionando conflitos ambientais e sociais para o povoado. O desafio é encontrar o equilíbrio nesta “troca”, pois de nada adianta preservar os recursos do Parque, se a comunidade vizinha sofrer danos.

Na tentativa de preservar a área de São Jorge e limitar o crescimento desordenado, foi criado o Parque Municipal do Distrito de São Jorge, por meio da Lei 597, de 16 de dezembro de 1999, com uma área total de 29,78 hectares (ALTOPARAISO.NOM, 2007). Tentou-se precaver esse crescimento desordenado com a proibição, em 22 de junho de 1996, de implantação de novos loteamentos num raio de 10 quilômetros do entorno do Parque Nacional, a menos que fosse apresentado Relatório de Impacto Ambiental-RIMA (BEHR, 2001).

Outra relação que envolve a Vila de São Jorge ocorre com os turistas dos atrativos do entorno, especialmente das cachoeiras próximas da rodovia estadual GO-239, tais como: Vale da Lua, Raizama, Morada do Sol, entre outras.

A trilha no Parque é feita em um dia. Com isso, é comum ver, nos feriados prolongados, os turistas escolhendo em qual das cachoeiras próximas irão passar o dia. Há também aqueles que acham o percurso do PNCV longo e desgastante, e acabam visitando somente os atrativos do entorno. Esses turistas “do entorno” também usufruem da infraestrutura da Vila, como hospedagem, alimentação, entretenimento e compras.

Observa-se que o perfil dos turistas “do Parque” e “do entorno” são diferentes. Entende-se que os visitantes que vão especialmente para conhecer ou rever os atrativos da UC são mais conscientes sobre questões como lixo e degradação, pois recebem, impreterivelmente, o guiamento dos condutores de visitantes, aumentando, assim, a conscientização ambiental.

Por outro lado, os turistas “do entorno”, normalmente não são guiados nos atrativos. E são exatamente nestes atrativos “do entorno” que é possível ver lixo pelas trilhas e cachoeiras, pedras riscadas, pontas de cigarros e latas de cerveja no chão. É nítida a oportunidade de educação ambiental desperdiçada nestes empreendimentos, já que tais atrativos “do entorno” estão inseridos em fazendas de propriedade privada. Contudo, não se pode generalizar tal fato, pois é válido citar que algumas, ainda a minoria, das propriedades privadas têm exercido um papel satisfatório de educação ambiental com os turistas.

5.3.2 – Aspectos ambientais, sociais e econômicos da Vila de São Jorge

a) *Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)*

Tão importante quanto tornar potável a água captada é devolvê-la ao meio ambiente em condições de uso. O despejo, nos cursos d'água, dos esgotos sanitários ou efluentes sem tratamento, traz sérios riscos à saúde do meio ambiente e das populações (WWF, 2006, p. 51).

Atualmente, grande parte das casas, pousadas e demais estabelecimentos de São Jorge não possui tratamento de esgoto adequado. São utilizadas fossas de infiltração, ou seja, sumidouros, que poderão se transformar em fossas negras, caso atinjam o lençol freático. Caso isto aconteça, as águas subterrâneas poderão ser contaminadas, prejudicando a qualidade da água. Conforme a PMAPGO (2006, p. 21), “não há registros dessas ocorrências, mas, a favor da segurança, é conveniente o tratamento adequado, como recomendado pelas normas da ABNT”.

O Prefeito de Alto Paraíso propôs uma ETE para São Jorge. Entretanto, conforme a Vereadora local³² e um Conductor de Visitante³³ do PNCV, a problemática desta proposta encontra-se no fato de que a ETE ficará pouco mais de 40 metros de distância do Córrego Preguiça, que está localizado no Parque Municipal. Outro fato relevante é que esse Córrego é afluente do Rio Preto, que forma os principais atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Entretanto, o Prefeito de Alto Paraíso de Goiás³⁴ nega a existência de tal problema e afirma que o projeto da ETE é excelente, e inclusive tem sido defendido em teses de doutorado no exterior. Ele afirma que os resíduos ou sobras do tratamento não serão depositados no Riacho Preguiça, mas sim bombeados para uma outra área distante, onde serão novamente filtrados pelo cascalho e demais propriedades do solo.

O PMAPGO (2006) destaca que a problemática envolve uma “luta” entre a legislação municipal e a moderna técnica contra a resistência da tradição cultural local. Contudo, é possível observar que a preocupação da comunidade procede, pois caso o Riacho Preguiça seja prejudicado, todos os atrativos do PNCV, conseqüentemente, também o serão, desestruturando, assim, a atividade turística na localidade.

³² Entrevista realizada no dia 24 de março de 2007.

³³ Entrevista realizada no dia 15 de abril de 2007.

³⁴ Entrevista realizada no dia 15 de abril de 2007.

O projeto da ETE foi apresentado, em audiência pública, para toda a comunidade de São Jorge. Contudo, a questão da possível contaminação do Riacho Preguiça ainda preocupa muitos moradores locais.

É colocada, como sugestão no Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge–PGA (PMAPGO, 2006), “a construção de fossas sépticas por parte da comunidade, priorizando pousadas e restaurantes devido à maior produção de esgotos. Para as famílias carentes, propõe-se a possibilidade de financiamento ou a realização de mutirões”.

De acordo com o WWF (2006, p. 51),

as Estações de Tratamento de Efluentes existem para reduzir, ao mínimo, a situação de risco. O efluente bruto de casas, prédios, escolas, indústrias e demais locais, coletado, por meio de redes coletoras, é levado até uma estação de tratamento, a fim de se remover os focos de contaminação, o odor, a cor, os óleos e outras substâncias, que causem danos aos seres humanos, ao meio aquático, à fauna e à flora.

A ausência de tratamento dos efluentes – água com resíduos domésticos – é uma das problemáticas mais preocupantes, quando analisados os impactos ambientais consequentes. Conforme o WWF (2006, p. 39), a problemática ocorre quando

as cidades cresceram sem planejamento e muitas delas, situadas nas margens dos rios, passaram a jogar mais efluentes do que normalmente, as águas conseguem degradar. O sistema público de redes coletoras de esgoto ainda é insuficiente para atender a maior parte da população brasileira e o esgoto coletado, em algumas regiões, ainda carece de tratamento adequado (...).

Conforme Mendonça (2001, p. 22),

as localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, à vezes, por cem, em épocas de temporada e fins de semana prolongados. Nesses períodos os efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam (...) comprometendo a balneabilidade de suas águas...

b) Abastecimento de água

Um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores e turistas é a falta de água em São Jorge, principalmente nos períodos de maior visitação, os quais coincidem com o período da seca. Entretanto, vale ressaltar que o problema não se deve somente ao turismo na região, mas sim à infra-estrutura de abastecimento inadequada, conforme aborda a Vereadora local³⁵:

³⁵ Entrevista realizada no dia 24 de março de 2007.

“... Eu não diria que é o turismo [o culpado], eu diria que é o fato de ter água insuficiente para abastecer, porque até mesmo quando não tem turista, falta água pra gente (...)”.

Em relação a isso, o PGA (PMAPGO, 2006, p. 18) aborda que

várias tentativas para solucionar o problema, por meio da abertura de poços semi-artesianos, mostraram-se ineficientes devido às características do subsolo local, sendo que cerca de vinte poços foram abertos e somente dois estão hoje abastecendo a comunidade local, com um significativo complemento proporcionado por uma nascente localizada no Parque Nacional.

O fato de São Jorge estar sobre embasamento cristalino acarreta a escassez de água subterrânea, sendo a fonte do Parque Nacional insuficiente para abastecer todo o Distrito, especialmente quando a localidade recebe um numeroso fluxo turístico.

c) Resíduos sólidos

Conforme o PGA (PMAPGO, 2006, p. 20), a Prefeitura Municipal adotou o seguinte sistema de coleta de lixo para São Jorge:

Um trator de porte médio com carreta acoplada faz a coleta do lixo nas lixeiras colocadas em todos os estabelecimentos e residências da vila. Após coletado, o lixo é depositado em um local determinado pela Prefeitura Municipal e pelo IBAMA, e depositado dentro dos containeres ali instalados, de onde é transportado posteriormente para o aterro controlado da cidade de Alto Paraíso.

Contudo, observa-se que a coleta programada para as terças e sextas-feiras não tem atendido o volume gerado de resíduos sólidos, principalmente nos feriados. Tal problema tem relação direta com os impactos ao meio ambiente local.

Esta questão está diretamente relacionada à qualidade da água no local, pois diferente da poluição causada pelos efluentes, que pode vir da cozinha, do banheiro, a chamada “poluição difusa” vem de tudo que está no ambiente, de todo o tipo de resíduo não orgânico. De acordo com a WWF (2006, p. 40),

uma embalagem de agrotóxico esquecida no chão, a graxa ou o óleo de um automóvel, o combustível vazando dos postos de gasolina, as garrafas de plástico jogadas por aí, os papéis e outros tipos de lixo que se acumulam nas ruas, as partículas de poeira e de outros materiais que contaminam o ar e refletem na formação da chuva ácida, entre tantas outras formas de poluição causadas pela presença do ser humano, contribuem para formar a poluição difusa num determinado ambiente. Tudo o que acaba sendo levado para dentro de uma represa ou manancial, pela ação do vento, da chuva ou de outro agente, afeta a qualidade de água.

O acúmulo de lixo é um dos fatores que funciona como um catalisador, capaz de transformar rapidamente uma localidade agradável, com excelentes qualidades ambientais (ar,

água e solo), em um enorme lixão, reduzindo drasticamente a sua atratividade e causando o distanciamento dos turistas. Desta maneira, “quando se examina a questão do lixo, além do aspecto estético a ser considerado deve-se enfatizar a questão da saúde pública e a falta de vontade política” (MIDAGLIA, 2001, p. 38).

d) Insuficiência de moradias

São Jorge está localizado entre o PNCV, o Parque Municipal e algumas Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs). Com isso, sua expansão urbana ficou delimitada, mas observa-se que já existe a necessidade de mais espaço para os nativos da localidade.

Conforme o Prefeito de Alto Paraíso de Goiás³⁶,

a comunidade precisa desta expansão, pois muitos jovens que estão casando, estão morando em “barracos” nos fundos do lote dos pais, já que não há lote disponível ou então, já que os lotes de São Jorge I e São Jorge II³⁷, quando colocados à venda, são vendidos por valores absurdos³⁸.

Atualmente existe uma nova área de expansão, São Jorge III, que está embargada judicialmente, devido ao fato de não possuir infra-estrutura básica necessária para a ocupação regular. Entretanto, o Prefeito afirma que vários estudos foram realizados e que os recursos necessários serão providenciados. Quando indagado sobre a possibilidade de ocorrer especulação imobiliária nesta nova área de ocupação da Vila de São Jorge, ele apresenta duas possíveis alternativas: entregar a escritura do lote somente quando o proprietário completar dez anos de moradia ou a venda do lote só poderá ser permitida quando o filho do morador atingir a maioridade.

Conforme o PGA (PMAPGO, 2006, p. 19), a Prefeitura nomeou uma Comissão para identificar os problemas de moradia,

resultando daí um cadastro de cerca de 75 famílias do local sem residências próprias e sem renda para aluguel, abrigados em casas de parentes, em prédios comerciais, em barracas de lonas etc. situação que se agravará futuramente podendo resultar em invasões e depredações ambientais. Após seleção, tomando-se por base as diretrizes do decreto 926 e 927/2003, foram identificadas pela comissão aproximadamente 32 famílias que se enquadram nos critérios propostos.

³⁶ Entrevista realizada no dia 15 de março de 2007.

³⁷ São Jorge I, primeira área ocupada, próxima ao PNCV e antigamente chamada de Baixa. São Jorge II, expansão da área de ocupação, tem aproximadamente 10 anos de existência.

³⁸ Especulação imobiliária.

e) Atendimento médico

Na Vila de São Jorge existe um Posto Médico, estruturado em um prédio novo, entretanto, conforme o PGA (PMAPGO, 2006), há carência de manutenção, equipamentos, remédios, ambulância e, principalmente, corpo técnico. Conforme declara o prefeito de Alto Paraíso, a comunidade de São Jorge tem toda semana um médico no posto de saúde, entretanto, isso não é o suficiente para atender a demanda da comunidade. Em casos mais graves, é necessário o deslocamento para Alto Paraíso, que fica a 36 quilômetros, ou então, para Brasília, a 260 quilômetros.

São destacadas como carências pelo PGA (PMAPGO, 2006, p. 19):

muro de segurança em seu perímetro para evitar a penetração de vadios e vândalos em sua área; uma ambulância nova; uma mesa ginecológica; conclusão do consultório dentário; uma auxiliar de enfermagem residente; farmácia básica e reativação do programa do leite gratuito para gestantes e lactentes.

f) Segurança pública

Existe um posto da Polícia Militar do Estado de Goiás, em São Jorge, que está situado no centro da Vila. Contudo, entende-se que exista a necessidade de se instalar um pelotão de polícia especializada no atendimento aos turistas. Atualmente têm ocorrido alguns casos de furtos, situações que antes não se imaginava que pudessem acontecer em São Jorge, devido ao ambiente pacato e tranqüilo do vilarejo.

g) Sazonalidade do turismo

A visitação dos turistas na Vila de São Jorge está concentrada, principalmente, nos feriados prolongados, tais como nos recessos de Carnaval, Semana Santa, entre outros. Isto tem ocasionado alguns problemas como infra-estrutura não compatível com a demanda, fluxo intenso de veículos, dificuldade de se manter a segurança na vila, poluição sonora (barulho) etc.

h) Urbanismo inadequado

Em relação ao sistema viário, São Jorge apresenta duas situações, uma referente à parte mais antiga (São Jorge I), onde é possível observar ruas com larguras e traçados variados; e outra que diz respeito à parte mais recente (São Jorge II), com ruas mais uniformes.

Conforme o PGA (PMAPGO, 2006, p. 18), existem alguns problemas nas vias públicas da Vila, tais como:

empoçamento de águas da chuva; desenvolvimento de processos erosivos; geração de áreas de empréstimo; poeira em excesso no período seco e acessos estreitos, entre outras. Inexiste calçamento para os pedestres e o paisagismo é desigual e inexistente em muitas partes do distrito.

i) Especulação imobiliária

Conforme os dados do PGA (PMAPGO, 2006), a área urbana está dividida em um total de 291 lotes, dos quais 183 são edificadas e 108 estão vagos. Nestes últimos estão incluídos 98 de propriedade da Prefeitura, para os quais não existe qualquer iniciativa de alienação enquanto não forem implementadas as estratégias do atual PGA. Desta forma, restam apenas 10 lotes de posse da iniciativa privada para futuras ocupações residenciais e/ou comerciais. Por isso, “esse baixo número de lotes particulares vagos tem acarretado uma grande especulação imobiliária, que favorece aos especuladores externos e desfavorecem a população local, elevando os preços dos lotes, casas e aluguéis” (PMAPGO, 2006, p. 19).

j) Pavimentação da Rodovia GO-239

A Rodovia GO-239 possui no total 69,42 quilômetros de extensão e liga Alto Paraíso a Colinas do Sul. O trecho da rodovia que liga Alto Paraíso a São Jorge, está com 22 dos seus 36 quilômetros asfaltados.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (CONFLORA, 2004, p. 6),

a rodovia em pavimentação foi designada por ato de Assembléia Legislativa como “Estrada Parque”, apresentando dois segmentos distintos de soluções de engenharia para cada sub-trecho devido às características que eles apresentam. O primeiro trecho tem início no perímetro urbano de Alto Paraíso com término no distrito de São Jorge, o segundo, desde São Jorge até Colinas do Sul.

Segundo relatos de alguns moradores, têm ocorrido acidentes no local onde termina o trecho de asfalto e inicia o trecho de terra, pois o condutor do automóvel vem em uma velocidade mais elevada, permitida em estradas pavimentadas, e, de forma súbita, entra em uma estrada sem nenhum tipo de pavimentação.

Lacerda *et al.* (2004), em um estudo sobre os possíveis impactos da pavimentação da única via de acesso a São Jorge, a rodovia GO-239, identificou, por meio de uma análise prognóstica, impactos como especulação imobiliária, aumento no fluxo de turistas e insegurança, como também, facilidade no acesso dos moradores locais à Alto Paraíso, para

estudar, fazer compras ou emergências médicas. De acordo com Lacerda *et al.* (2004, p. 83), “é evidente que esta obra facilitará a vida dos moradores da Vila, no entanto, a estrada de terra servia como um limitante aos números de turistas, o que é comum em áreas de ecoturismo”.

É válido ressaltar que a pavimentação da rodovia ainda não está completa, pois 22 (vinte e dois) quilômetros estão asfaltados, restando 14 (quatorze) para completar o trecho de Alto Paraíso até São Jorge. Desta forma, o presente estudo irá analisar os impactos já percebidos pela comunidade, considerando que a obra não está finalizada.

k) Parque Municipal de São Jorge

O Parque Municipal de São Jorge – PMSJ exerce a função de zona de amortecimento entre a comunidade de São Jorge e o PNCV. De acordo com o SNUC, Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a norma e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Entretanto, conforme o PGA (PMAPGO, 2006, p. 20), o Parque Municipal:

necessita de redefinição de seu perímetro, demarcação de seus ângulos e mesmo ampliação de sua área com a incorporação oficial de espaços desativados da área urbana, de modo a cumprir plenamente sua função de zona de amortecimento entre a comunidade de São Jorge e o PNCV.

l) Iluminação pública

A maior problemática do sistema de iluminação pública da Vila de São Jorge refere-se à “queda” de energia elétrica. Segundo os relatos dos moradores locais, a falta de energia na Vila não acontece somente nos períodos de fluxo intenso de turistas, como também nos dias normais. Isto demonstra a ineficiência do sistema de iluminação pública. De acordo com o PGA (PMAPGO, 2006, p. 21),

o sistema de iluminação existente, composto por luminárias suspensas por braços, com lâmpadas de vapor de mercúrio com 160 W, apresenta-se ineficiente gerando falhas e queimas constantes, bem como, não são adequadas à vocação turística, pois inibem a visualização do céu noturno.

m) O Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge

O Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge foi elaborado para atender o Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 11 de dezembro de 2003 pelo Ministério

Público Federal, o Ministério Público do Estado de Goiás e a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, com o intuito de

viabilizar a adequada Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge, do Município de Alto Paraíso, no Estado de Goiás, proporcionando equilíbrio entre as ações antrópicas ali existentes, com ênfase ao ecoturismo, e ao meio ambiente, garantindo qualidade de vida à população local, aos turistas, bem como às futuras gerações... (PMAPGO, 2006, p. 3).

O PGA tem como propósito aumentar os níveis de sustentabilidade ambiental da ocupação urbana e do ecoturismo atualmente praticado no Distrito de São Jorge. Esse documento foi aprovado pela comunidade da Vila por meio de uma audiência pública, realizada em 2006, quando todas as sugestões colocadas foram bem recebidas pelos residentes.

Foi um documento bastante utilizado no presente trabalho, pois entende-se que o conteúdo diagnosticado no PGA traduza a realidade atual da Vila de São Jorge.

5.3.3 – Impactos do turismo na Vila de São Jorge diagnosticados no Plano de Gestão Ambiental (PGA)

A criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, na década de 1960, ocasionou mudanças de comportamento dos autóctones e transformou antigos hábitos – como a exploração do cristal de rocha, a catação de flores e lenhas – que foram confrontados com a existência preservacionista da Unidade de Conservação. Nesse sentido, “os moradores que antes se voltavam para atividades agrícolas de subsistência ou extrativismo mineral de cristal se voltam cada vez mais ao atendimento do turista” (PMAPGO, 2006).

Conforme o Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge (PMAPGO, 2006, p. 16), “em São Jorge, nos últimos 15 anos, vêm ocorrendo mudanças de caráter ambiental, sócio-econômico e cultural. Estas mudanças são advindas do aumento de atividades relacionadas com o Ecoturismo”.

De acordo com o PGA (PMAPGO, 2006, p. 16), podem-se citar algumas mudanças ocorridas na Vila como positivas sobre o meio antrópico, tais como:

geração de emprego e renda; implantação de infra-estrutura (escolas, postos de saúde, posto da Polícia Militar, centros de vivências, iluminação pública etc.); importação de novos conhecimentos, tecnologia e hábitos, tidos como salutareis pela comunidade local.

Como impactos negativos sobre o meio antrópico, podem-se citar: “aumento da utilização de drogas ilícitas; mudanças culturais introduzidas pelos turistas; gravidez precoce;

aumento da insegurança; prostituição; aumento da geração de ruídos” (PMAPGO, 2006, p. 15).

E ainda, como impactos negativos sobre o meio natural, podem-se citar³⁹:

desmatamento e coleta de plantas; retirada de minerais, principalmente de cristais; afugentamento da fauna silvestre (diminuição de abrigo e alimento, geração de ruídos); interrupção de corredores ecológicos entre o PNCV e região; aumento da impermeabilização, provocando carreamento de partículas de solo para os corpos d’água (erosão e assoreamento dos corpos d’água vizinhos); contaminação do solo e das águas subterrâneas oriundas de fossas sépticas e negras; introdução de espécies exóticas ao cerrado ou à localidade de São Jorge; desvios de água dos recursos hídricos para abastecimento público de água; geração de poeiras na atmosfera.

³⁹ Ibidem.

6 – METODOLOGIA

6.1 – MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O presente estudo baseia-se em um estudo de caso, pois, para analisar os impactos do turismo em comunidades vizinhas de Parques Nacionais, utilizou-se como referência o caso da Vila de São Jorge, vizinha do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado no Estado de Goiás.

Quanto ao método de abordagem, o presente estudo baseou-se no método indutivo, sendo que, segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 87), para toda indução é necessário considerar três elementos fundamentais, que são: a observação dos fenômenos, a descoberta da relação entre eles e a generalização da relação.

Quanto aos métodos de procedimentos, pode-se considerar que este trabalho resulta no emprego do método histórico, pois foi necessário pesquisar o histórico da ocupação da localidade objeto de estudo, e do método estatístico, que foi empregado para identificar a percepção dos moradores da Vila de São Jorge sobre os impactos do turismo e correlacionar as variáveis em fatores comuns (MARKONI e LAKATOS, 2003).

O levantamento de dados necessários para a realização do presente estudo está fundamentado nas pesquisas documental e bibliográfica, que ocorrem por meio da técnica de documentação indireta (MARKONI e LAKATOS, 2003, p. 174). Neste sentido, foram pesquisados arquivos públicos, para a obtenção do Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás, do Relatório de Impacto Ambiental –RIMA, da Rodovia GO-239, do Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge, de legislações específicas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; e fontes estatísticas, junto à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso; além de fotografias que retratam o histórico da localidade objeto de estudo.

As principais dissertações que fundamentaram este trabalho foram encontradas na biblioteca do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, mas o trabalho utilizou também diversos livros relevantes para a fundamentação teórica dos assuntos: Unidades de Conservação e comunidades vizinhas; Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional e São Jorge; Turismo e Meio Ambiente; Impactos do turismo; e, ainda, o modelo estatístico da Análise Fatorial que foi utilizado no tratamento dos dados.

Em seguida, aplicou-se a técnica da documentação indireta, que “constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem” (MARCONI e

LAKATOS, 2005, p. 87). Esse tipo de técnica compreende a pesquisa descritiva que “trabalha sobre os dados ou fatos colhidos da própria realidade” (CERVO e BERVIAN, 2002, p. 67).

Desta forma, foi realizada uma pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritivo, baseada em um estudo de verificação de hipóteses, que “são aqueles estudos (...) que contêm, em seu projeto de pesquisa, hipóteses explícitas que devem ser verificadas (...) podem consistir em declarações de associações entre duas ou mais variáveis” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 187). Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas e aplicados questionários.

De acordo com Ander-Egg (1978, *apud* MARCONI e LAKATOS, 2003), pode-se considerar que a observação realizada foi do tipo estruturada, segundo os meios utilizados; não-participante, segundo a participação do observador; individual, segundo o número de observações; e efetuada na vida real, segundo o lugar onde se realiza a pesquisa.

6.2 – UNIVERSO E AMOSTRA

A determinação do tamanho da amostra utilizada está relacionada à utilização do modelo estatístico Análise Fatorial no tratamento dos dados, pois conforme Hair *et al.* (2005, p. 87), o pesquisador dificilmente realiza uma análise fatorial com uma amostra com menos de 50 observações, e, de preferência, o tamanho da amostra deve ser maior ou igual a 100.

A pesquisa em campo foi realizada com os moradores de São Jorge, por meio de questionários e com alguns representantes da administração pública e nativos, por meio de entrevistas semi-estruturadas.

Não existem dados atuais na Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás sobre o tamanho da população do Distrito de São Jorge, porém foram encontrados os seguintes dados referentes ao tamanho do universo: conforme o último censo realizado pela Vereadora Téia e divulgado no Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge (2006), o *Distrito* de São Jorge compreende um total de 595 habitantes; mas em notícia divulgada, em abril de 2007, no sítio do programa de inclusão digital do Governo Federal, denominado Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), afirma-se que a *Vila* de São Jorge tem aproximadamente 300 habitantes.

O presente estudo considerou o dado obtido no Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge (PMAPGO, 2006) que apresenta o total de 595 habitantes. Entretanto, é necessário destacar que grande parte desta população é representada por crianças, adolescentes e idosos. Sendo assim, a amostra utilizada foi de 100 habitantes.

6.3 – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Foram aplicados 100 questionários estruturados e não disfarçados, baseados na escala de Likert, que consiste em um método mais simples de construir escalas de atitudes.

O questionário (APÊNDICE 1) foi elaborado em três dimensões: Impactos do turismo na Vila de São Jorge, Impactos da pavimentação da rodovia GO-239 e Problemas, com 29, 08 e 21 variáveis, respectivamente, em cada uma das dimensões, totalizando 58 variáveis analisadas, conforme mostra a Tabela 3.

Para selecionar as variáveis a serem pesquisadas, utilizou-se como base o diagnóstico realizado pela equipe multidisciplinar do Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge (PMAPGO, 2006) e a pesquisa exploratória *in loco*, ocorrida no ano de 2006.

Tabela 3 – Dimensões e variáveis

Dimensões	Variáveis/Componentes
(P) Impactos do Turismo na Vila de São Jorge	29
(Q) Impactos da pavimentação da rodovia GO-239	8
(A) Problemas	21
Total	58

Fonte: Dados da pesquisa

O objetivo principal deste questionário foi verificar a percepção dos moradores da Vila de São Jorge em relação aos impactos causados pela atividade turística no local, aos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239 e, ainda, quanto aos problemas gerais da Vila de São Jorge, que podem ter relação direta ou não com o turismo. As variáveis foram analisadas a partir do grau de concordância ou discordância dos respondentes.

Neste sentido, fato da comunidade não perceber uma variável como um impacto não significa que o mesmo não exista, pois o presente trabalho analisa o ponto de vista da comunidade local, buscando identificar o olhar dos “de dentro” e verificar como a população percebe a atividade turística e os problemas locais.

6.4 – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

6.4.1 – Variáveis da dimensão (P): Impactos do Turismo na Vila de São Jorge

As variáveis da dimensão *Impactos do Turismo na Vila de São Jorge* estão relacionadas com os resultados positivos e negativos da atividade turística realizada no local.

Associou-se o turismo com o (a):

- P1) Implantação de infra-estrutura (escolas, posto de saúde, posto da Polícia Militar, iluminação pública etc.) na Vila;
- P2) Qualidade da água da Vila e entorno;
- P3) Falta de água em São Jorge, principalmente nos feriados e períodos de férias;
- P4) Poluição do Córrego Preguiça, conseqüentemente, do Córrego Rodoviária, e então, do Rio Preto, principal recurso hídrico do PNCV;
- P5) Poluição das cachoeiras (garrafas *pet*, sacos plásticos, cigarros etc.);
- P6) Urbanismo inadequado da Vila;
- P7) Geração de emprego e renda para a comunidade da Vila;
- P8) Paisagem construída da Vila de São Jorge;
- P9) Modificação da paisagem natural da Vila e entorno;
- P10) Especulação imobiliária;
- P11) Aumento de moradores na Vila, devido à possibilidade de postos de trabalho;
- P12) Desenvolvimento econômico da localidade;
- P13) Ocupação irregular de lotes;
- P14) Fluxo intenso de veículos na Vila;
- P15) Problemas de segurança na Vila;
- P16) Poluição sonora;
- P17) Poluição do ar;
- P18) Aumento no volume de lixo produzido na Vila;
- P19) Aumento na produção de esgotos;
- P20) “Queda” de energia elétrica em São Jorge;
- P21) Acúmulo de lixo nas ruas da Vila;
- P22) Acúmulo de lixo nas trilhas do PNCV e nas cachoeiras do entorno;
- P23) Compactação do solo e processos de erosão;
- P24) Diminuição ou desaparecimento da vegetação da Vila e proximidades;
- P25) Afugentamento da fauna silvestre da região;
- P26) Exclusão da comunidade local;
- P27) Mudanças culturais na comunidade da Vila;
- P28) Principal atividade econômica da Vila;
- P29) Desenvolvimento econômico e social.

Avaliou-se o grau de discordância ou concordância dos moradores locais, com a utilização da escala de Likert, adotando-se 05 (cinco) graus distintos, descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Níveis de concordância e discordância, escala de Likert.

- 1. Concordo totalmente**
- 2. Concordo**
- 3. Não sei**
- 4. Discordo**
- 5. Discordo totalmente**

Fonte: dados da pesquisa

6.4.2 – Variáveis da dimensão (Q): Pavimentação da Rodovia GO-239

As variáveis da dimensão *Pavimentação da Rodovia GO-239*⁴⁰ estão relacionadas aos impactos desta pavimentação asfáltica à Vila de São Jorge. A análise foi feita por afirmativas que abordaram a seguinte associação:

- Q1) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, o fluxo de turistas na Vila aumentou;
- Q2) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, o crescimento da Vila (construção de pousadas, restaurantes etc.) aconteceu de maneira desordenada e acelerada;
- Q3) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, o perfil dos turistas de São Jorge mudou;
- Q4) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, a quantidade de ônibus de excursão aumentou;
- Q5) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, aumentou a insegurança na Vila;
- Q6) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, aumentou o número de carros que circulam na Vila;
- Q7) A pavimentação da Rodovia GO-239 foi benéfica para a população local;
- Q8) A pavimentação da Rodovia GO-239 ocasionou impactos negativos para o meio ambiente e para a comunidade local.

Avaliou-se o grau de discordância ou concordância dos moradores locais, com a utilização da escala de Likert, adotando 05 (cinco) graus distintos, descritos no Quadro 1.

⁴⁰ Deve-se considerar que o trecho que liga Alto Paraíso a São Jorge não foi totalmente pavimentado, faltam 14 quilômetros para o asfalto chegar à Vila de São Jorge.

6.4.3 – Variáveis da dimensão (A): Problemas

As variáveis da dimensão Problemas estão relacionadas com a percepção dos moradores locais em relação aos problemas de São Jorge, tais como:

- A1) Vandalismo;
- A2) Superlotação;
- A3) Conflitos entre os turistas;
- A4) Conflitos entre os turistas e comunidade local;
- A5) Grande volume de lixo nas ruas;
- A6) Especulação imobiliária;
- A7) Sazonalidade do turismo;
- A8) Segurança pública;
- A9) Coleta de lixo;
- A10) Utilização de drogas ilícitas;
- A11) Escassez de água;
- A12) Falta de energia;
- A13) Poluição do Córrego Preguiça;
- A14) Esgoto doméstico (casas, pousadas, restaurantes etc.);
- A15) Pavimentação da Rodovia GO-239;
- A16) Aumento do fluxo de turistas na Vila;
- A17) Crescimento desordenado da Vila;
- A18) Paisagem natural modificada;
- A19) Atendimento médico;
- A20) Geração de ruídos (poluição sonora);
- A21) Poluição do ar.

Avaliou-se o grau de percepção dos moradores locais, com a utilização de uma adaptação da escala de Likert, adotando 05 (cinco) graus distintos, descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Níveis de percepção de problemas, adaptado da escala de Likert

1. Não é um problema
2. Indiferente (acontece, mas não incomoda)
3. Sem opinião
4. Problema
5. Problema grave

Fonte: dados da pesquisa

6.5 – COLETA DE DADOS

No dia 03 de março de 2007 foi realizado o pré-teste com 10 questionários, o que possibilitou observar a necessidade de algumas alterações para melhor compreensão das questões e posterior tabulação dos dados.

O instrumento de pesquisa (questionário) foi aplicado na Vila de São Jorge durante os meses de março e abril de 2007, conforme mostra a Figura 6.

As entrevistas foram realizadas exclusivamente com residentes locais. Foram entrevistados 100 moradores. Para participar da pesquisa o respondente teria que ser morador da Vila e ter idade mínima de 18 e máxima de 60 anos. A partir dos pré-requisitos acima citados a escolha ocorreu de maneira aleatória, ou seja, foram entrevistados proprietários e empregados de pousadas, campings, restaurantes e bares, donas de casa, entre outros.

Alguns moradores apresentaram resistência para o preenchimento do questionário, outros se negaram a participar, e a maioria pediu auxílio, pois sentiu dificuldades na compreensão das questões.

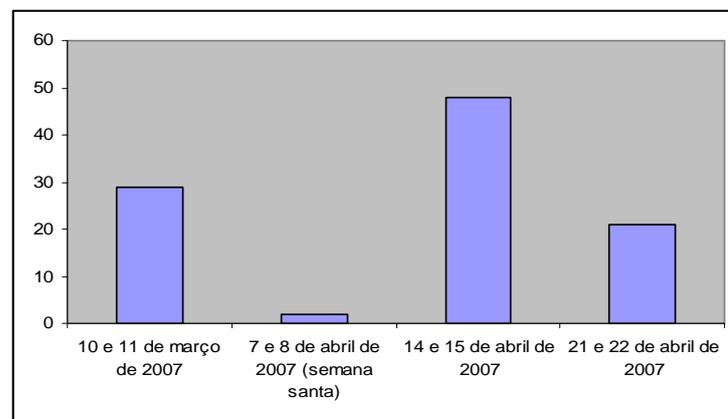


Figura 6 – Frequência de aplicação do instrumento de pesquisa
Fonte: dados da pesquisa.

6.6 – TRATAMENTO DOS DADOS

Após a realização da pesquisa *in loco*, os dados foram tabulados no ACCESS, versão 2007, e processados no pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences – SPSS 15.0, edição 2006.

No tratamento dos dados foi utilizada a técnica estatística multivariada de análise fatorial. De modo geral, podem-se considerar análise multivariada os métodos estatísticos que

analisam múltiplas medidas sobre cada indivíduo ou objeto sob investigação. “Qualquer análise simultânea de mais de duas variáveis de certo modo pode ser considerada análise multivariada” (HAIR et al., 2005, p. 26).

Considera-se que a análise fatorial foi introduzida por Spearman (1904). Os exemplos iniciais ocorreram na área da psicologia e das ciências sociais, como tentativa de identificar os fatores ligados à inteligência humana e relacioná-los com a etnia (MINGOTI, 2005, p. 33).

Para Mingoti (2005, p. 29), o objetivo principal da análise fatorial “é descrever a variabilidade original do vetor aleatório X , em termos de um número menor m de variáveis aleatórias, chamadas de fatores comuns e que estão relacionadas com o vetor original X através de um modelo linear”.

Mingoti (2005) explica que o primeiro passo para realizar a análise fatorial é estimar a matriz de correlação teórica, através da matriz de correlação amostral. Para estimar m (fatores), é necessário extrair os autovalores da matriz amostral e colocá-los em ordem decrescente. Um dos critérios que são utilizados para estimar quais autovalores serão considerados é o critério proposto por Kaiser (1958)⁴¹, onde o valor de m será igual ao número de autovalores maiores ou iguais a 1.

No presente estudo, a etapa inicial da análise dos dados foi feita através da média e do desvio padrão. Os resultados foram ordenados de forma decrescente pela média, que poderia variar entre 1 e 5. O grau de homogeneidade das percepções obtidas foi calculado pelo desvio padrão.

$$\text{Média } (\mu) \quad \left| \quad \bar{x} = \frac{\sum x_i}{n} \quad (1)$$

$$\text{Desvio padrão } (s) \quad \left| \quad s = \sqrt{s^2} \quad (2)$$

Em seguida, foi utilizada a técnica multivariada da análise fatorial. A extração adotada foi dos “componentes principais”, em seguida, aplicada a rotação “VARIMAX” normalizada, visando uma melhor interpretação dos dados. Neste momento, utilizou-se o critério de Kaiser (autovalores maiores que 1) para definição de quantos fatores seriam considerados.

Os modelos de análise de fatores comuns e análise de componentes principais são amplamente utilizados. Hair *et al.* (2005, p. 99) aborda que “a escolha sobre um modelo em vez do outro é baseada em dois critérios: os objetivos da análise fatorial e o montante de conhecimento prévio sobre a variância nas variáveis (...) As complicações da análise de

41 KAISER, H. F. The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, 1958.

fatores comuns têm contribuído para o amplo uso da análise de componentes”. O critério VARIMAX foi utilizado para simplificar a interpretação dos fatores da matriz fatorial.

Os coeficientes das equações lineares que compõem o espaço das componentes principais são denominados como cargas fatoriais, os quais correlacionam uma variável com um fator.

De maneira resumida, para examinar a matriz fatorial é necessário realizar os seguintes passos: examinar a matriz fatorial de cargas, identificar a maior carga de cada variável, avaliar as comunalidades⁴² das variáveis, e nomear os fatores (HAIR *et al.*, 2005).

7 – RESULTADOS

7.1 – PERFIL DOS RESPONDENTES

A Tabela 4 apresenta, em relação à faixa etária dos entrevistados, que 51% têm de 25 a 34 anos, 38% têm de 35 a 60 anos e 11% têm de 18 a 24 anos. Observa-se que a população da Vila está representada principalmente por pessoas adultas e que o percentual de habitantes com faixa etária de 35 a 60 anos é maior do que o quantitativo de jovens de 18 a 24 anos. Quanto ao sexo dos entrevistados a Tabela 5 mostra que 35% são do sexo feminino e 65% do sexo masculino. Com isso, observa-se que a maioria dos entrevistados são homens. E em relação ao tempo de moradia a Tabela 6 apresenta que 81% dos entrevistados moram na Vila de São Jorge há mais de 04 anos e 19% moram há menos de 04 anos, ou seja, grande parte dos entrevistados são antigos moradores da Vila e já conhecem bem a localidade. É comum encontrar destinos turísticos que são “tomados” por pessoas de fora, mas neste caso da Vila o quantitativo demonstra que tal fenômeno não está acontecendo, pois a população mais antiga é predominante na localidade.

Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	nº	%
18 a 24 anos	11	11%
25 a 34 anos	51	51%
35 a 60 anos	38	38%
Total	100	100%

Fonte: Dados da pesquisa

⁴² *Comunalidade* é a proporção da variância de cada variável explicada pelos fatores comuns. As *comunalidades* iniciais são iguais a 1, existindo tantas componentes principais quantas as variáveis. Após a extração, as *comunalidades* variam entre 0 e 1, sendo 0 quando os fatores comuns não explicam nenhuma variância da variável e 1 quando explicam toda a sua variância. Quando o valor das *comunalidades* é menor que 0,6, deve-se aumentar o número de amostras ou desconsiderar a variável.

Tabela 5 – Sexo dos entrevistados

Sexo	n°	%
Feminino	35	35%
Masculino	65	65%
Total	100	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6 –Tempo de moradia⁴³

Tempo de moradia	n°	%
mais de 04 anos	81	81%
menos de 04 anos	19	19%
Total	100	100%

Fonte: Dados da pesquisa

7.2 – IMPACTOS DO TURISMO

A percepção dos residentes da Vila de São Jorge sobre os impactos positivos e negativos do turismo foi avaliada considerando o grau de concordância e discordância em relação a 29 impactos do turismo, pré-selecionados⁴⁴. Foi utilizada a Escala de Likert com cinco níveis para medição da percepção.

Inicialmente, foi obtida a média e desvio padrão com o intuito de se descobrir os impactos do turismo mais percebidos pelos residentes e qual a homogeneidade das percepções, conforme apresentado na Tabela 7 e na Figura 7. Os impactos do turismo que obtiveram uma média maior (aproximada de 5) são os que a comunidade local discorda ou acredita que não existam; da mesma forma, os impactos que obtiveram uma média menor (mais aproximada de 1) são aqueles que a comunidade concorda ou acredita que existam. Entretanto, não se deve desconsiderar as variáveis que obtiveram médias maiores (discordância ou discordância total), pois a percepção dos moradores nem sempre alcança os impactos reais, já que em certos casos os resultados não são tão visíveis, especialmente no caso de impactos ambientais, ou seja, o fato da comunidade não perceber uma variável como um impacto não significa que o mesmo não exista.

⁴³ A referência de 04 anos de residência na Vila de São Jorge foi estipulada considerando a pavimentação da principal via de acesso ao local (Rodovia GO-239), há aproximadamente 03 anos. Neste sentido, a referência se torna importante na medida em que se analisa o possível aumento no número de moradores e também ao correlacionar esta variável com outras (exemplo: tempo de moradia x percepção dos problemas).

⁴⁴ A seleção das variáveis ocorreu baseada no diagnóstico apresentado no Plano de Gestão Ambiental da Vila de São Jorge (2006) e na pesquisa *in loco*, realizada no ano de 2006.

Tabela 7 – Níveis de percepção dos impactos do turismo
1) Concordo totalmente 2) Concordo 3) Não sei 4) Discordo 5) Discordo totalmente

	Média	Desvio Padrão
P26 - O Turismo tem provocado a exclusão da comunidade local.	4,27	1,02
P24 - o Turismo tem provocado a diminuição ou desaparecimento da vegetação da Vila e proximidades.	4,13	0,80
P22 - o turismo tem gerado o acúmulo de lixo nas trilhas do PNCV e das cachoeiras do entorno.	3,92	1,20
P13 - O turismo proporcionou a ocupação irregular de lotes.	3,90	1,36
P2 - O Turismo prejudicou a qualidade da água da Vila e entorno.	3,86	1,08
P17 - O turismo tem causado poluição do ar.	3,81	1,35
P4 - A atividade turística tem causado a poluição do córrego Preguiça, conseqüentemente, do córrego Rodoviária, e então, do rio Preto, principal recurso hídrico do PNCV.	3,47	1,36
P5 - O Turismo tem poluído as cachoeiras (garrafas pet, sacos plásticos, cigarros, etc).	3,44	1,30
P23 - O turismo tem causado a compactação do solo e processos de erosão.	3,40	1,23
P25 - O turismo tem causado o afastamento da fauna silvestre da região.	3,36	1,27
P20 - O turismo tem provocado a queda de energia elétrica em São Jorge.	3,09	1,41
P6 - O turismo influenciou no urbanismo inadequado da Vila.	3,07	1,31
P9 - O turismo modificou a paisagem natural da Vila e entorno.	2,91	1,36
P15 - o turismo tem gerado problemas de segurança na Vila.	2,81	1,41
P19 - O turismo aumentou a produção de esgotos, causando em certos casos mau cheiro na Vila.	2,74	1,38
P21 - O turismo tem gerado o acúmulo de lixo nas ruas da Vila.	2,59	1,29
P1 - O turismo proporcionou a implantação de infra - estrutura (escolas, posto de saúde, posto da Polícia Militar, iluminação pública, etc) na Vila.	2,28	1,16
P16 - O turismo tem causado poluição sonora.	2,05	1,27
P27 - O turismo ocasionou mudanças culturais à comunidade da Vila.	2,00	1,22
P8 - O turismo modificou a paisagem construída da Vila de São Jorge.	1,97	1,18
P3 - O Turismo provoca a falta de água em São Jorge, principalmente nos feriados e períodos de férias.	1,88	1,14
P18 - O turismo provocou um grande aumento no volume de lixo produzido na Vila.	1,68	1,01
P14 - O turismo gera um fluxo intenso de veículos na vila.	1,60	0,90
P10 - O turismo tem proporcionado a especulação imobiliária em relação aos lotes particulares, favorecendo os especuladores externos e desfavorecendo a população local, através dos preços dos lotes, casas e aluguéis elevados.	1,45	1,00
P11 - O turismo ocasionou o aumento de moradores na Vila, devido à possibilidade de postos de trabalho.	1,41	0,83
P12 - O turismo proporciona o desenvolvimento econômico na localidade.	1,35	0,72
P28 - O turismo é a principal atividade econômica da Vila.	1,26	0,66
P29 - O turismo trouxe desenvolvimento econômico e social para São Jorge	1,22	0,42
P7 - O turismo gera emprego e renda para a comunidade da Vila.	1,16	0,39

Fonte: Dados da pesquisa

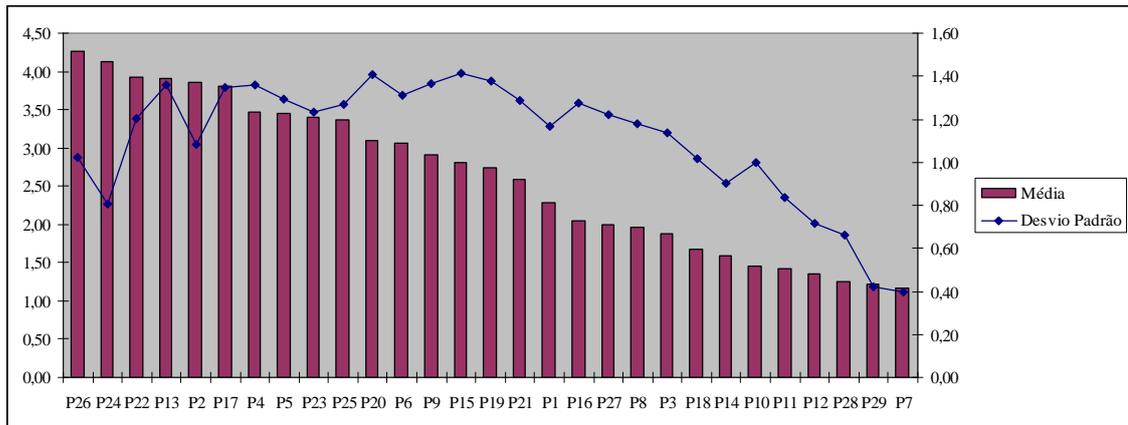


Figura 7 – Níveis de percepção por impacto do turismo

Fonte: Dados da pesquisa

As médias variam de 1 a 5, ou seja, quanto mais próxima de 5 “discorda totalmente” e quanto mais próxima de 1 “concorda totalmente”. Neste sentido, a partir do grau de concordância e discordância tem-se o seguinte:

a) *A comunidade local discorda totalmente ou discorda que o turismo:*

Tem provocado a exclusão da comunidade local; tem provocado a diminuição ou desaparecimento da vegetação da Vila e proximidades; tem gerado o acúmulo de lixo nas trilhas do PNCV e das cachoeiras do entorno; proporcionou a ocupação irregular de lotes; prejudicou a qualidade da água da Vila e entorno; tem causado poluição do ar; tem causado a poluição do Córrego Preguiça, conseqüentemente, do Córrego Rodoviária, e então, do Rio Preto, principal recurso hídrico do PNCV; tem poluído as cachoeiras (garrafas pet, sacos plásticos, cigarros etc.); tem causado a compactação do solo e processos de erosão; tem causado o afastamento da fauna silvestre da região; tem provocado a queda de energia elétrica em São Jorge; influenciou no urbanismo inadequado da Vila.

b) *A comunidade local concorda totalmente ou concorda que o turismo:*

Gera emprego e renda para a comunidade da Vila; trouxe desenvolvimento econômico e social para São Jorge; é a principal atividade econômica da Vila; proporciona o desenvolvimento econômico na localidade; ocasionou o aumento de moradores na Vila, devido à possibilidade de postos de trabalho; tem proporcionado a especulação imobiliária em relação aos lotes particulares, favorecendo os especuladores externos e desfavorecendo a população local, através dos preços dos lotes, casas e aluguéis

elevados; gera um fluxo intenso de veículos na vila; provocou um grande aumento no volume de lixo produzido na Vila; provoca a falta de água em São Jorge, principalmente nos feriados e períodos de férias; modificou a paisagem construída da Vila de São Jorge; ocasionou mudanças culturais à comunidade da Vila; tem causado poluição sonora; proporcionou a implantação de infra-estrutura (escolas, posto de saúde, posto da Polícia Militar, iluminação pública etc.) na Vila; tem gerado o acúmulo de lixo nas ruas da Vila; aumentou a produção de esgotos; tem gerado problemas de segurança na Vila; modificou a paisagem natural da Vila e entorno.

Algumas variáveis observadas durante as pesquisas *in loco* não conferem com a percepção da comunidade local. Nota-se que a população tem a tendência de concordar com os impactos positivos do turismo e discordar da maioria dos impactos negativos, especialmente os ambientais. O fato de dependerem economicamente do crescimento do turismo na localidade, pode ter influenciado na discordância dos aspectos negativos como uma forma de “esconder” os resultados ruins do turismo. Observa-se que o fator econômico determina a visão da comunidade em relação aos outros aspectos, pois a população acredita que os impactos negativos são, de alguma forma, compensados pelo desenvolvimento econômico da localidade.

Com a finalidade de compreender melhor os resultados, utilizou-se a técnica multivariada da análise fatorial. Desta forma, foi possível separar os fatores que mais contribuem para explicar a variabilidade dos dados. Tal procedimento permite segmentar os impactos do turismo, facilitando a análise e elaboração de sugestões para amenizar os impactos negativos ou valorizar os aspectos positivos.

Os resultados da Análise Fatorial estão demonstrados nas Tabelas 8 e 9.

Foram identificados 10 (dez) fatores principais que demonstram o nível de percepção dos impactos do turismo. A parcela da variabilidade dos dados, que cada um explica, está apresentada na Tabela 10 e na Figura 8 dos autovalores. Os 10 (dez) fatores utilizados explicam 74,2% da variabilidade dos dados.

Tabela 8 – Carga de fatores por impactos do turismo

	FATOR1	FATOR2	FATOR3	FATOR4	FATOR5	FATOR6	FATOR7	FATOR8	FATOR9	FATOR10
P1	-0,14	-0,04	-0,13	-0,01	0,12	-0,02	-0,20	0,78	0,06	0,15
P2	0,14	-0,04	-0,03	0,22	-0,80	0,12	0,00	-0,09	0,25	0,12
P3	0,54	-0,07	0,20	0,03	0,04	0,08	0,36	-0,01	0,26	-0,25
P4	0,45	-0,14	-0,03	-0,28	-0,17	0,45	-0,08	0,06	0,42	-0,16
P5	0,79	-0,10	0,18	-0,15	-0,18	0,07	0,27	-0,05	-0,11	0,06
P6	0,47	0,01	0,29	0,11	0,23	-0,22	-0,46	-0,03	0,06	0,01
P7	0,05	0,49	-0,02	0,06	0,17	-0,24	0,14	0,60	-0,14	-0,13
P8	0,19	0,28	-0,12	0,30	0,02	-0,47	0,11	-0,31	0,38	0,10
P9	0,32	0,04	0,68	-0,15	-0,02	0,01	0,21	0,41	0,03	0,09
P10	0,00	-0,02	-0,08	0,11	0,77	-0,01	0,00	0,16	0,12	0,36
P11	0,11	0,59	-0,07	0,13	0,27	0,00	0,25	-0,12	0,04	0,33
P12	-0,05	0,38	0,12	0,04	0,23	-0,15	0,11	0,15	-0,06	0,74
P13	-0,20	-0,18	0,65	-0,27	0,05	0,34	0,01	0,19	0,10	0,11
P14	0,03	0,28	-0,02	0,59	0,04	0,42	0,12	0,13	-0,28	-0,13
P15	-0,02	-0,06	0,19	0,30	0,07	0,08	0,76	-0,11	-0,05	0,14
P16	-0,04	0,17	0,22	0,78	0,03	-0,08	0,27	-0,08	0,19	0,06
P17	0,18	0,03	0,76	0,13	0,08	0,14	0,07	-0,26	-0,22	0,03
P18	0,17	0,04	-0,23	0,76	-0,24	-0,24	-0,11	-0,01	-0,16	0,06
P19	0,54	0,23	0,13	0,16	0,20	0,43	0,07	-0,21	0,06	0,17
P20	0,80	0,12	0,03	0,08	0,01	0,05	-0,13	-0,10	0,17	0,04
P21	0,67	-0,08	0,10	0,13	-0,46	-0,04	-0,03	0,12	0,04	-0,13
P22	0,13	0,07	0,20	-0,08	-0,13	0,74	0,05	-0,19	0,13	-0,06
P23	0,14	0,03	0,71	0,07	-0,35	0,07	-0,04	-0,20	0,06	-0,03
P24	0,15	-0,08	-0,01	-0,03	-0,07	0,07	-0,11	0,01	0,80	-0,03
P25	0,39	-0,04	0,55	0,16	0,26	-0,15	-0,19	-0,12	0,08	-0,35
P26	0,13	-0,58	-0,11	-0,40	0,00	0,10	-0,12	-0,11	-0,22	0,33
P27	0,32	0,33	-0,12	-0,04	0,01	-0,19	0,59	-0,06	-0,19	-0,02
P28	-0,04	0,88	0,05	0,09	-0,12	0,02	-0,12	0,04	-0,11	0,16
P29	0,01	0,90	-0,08	0,04	0,00	0,09	0,01	0,01	-0,06	0,07

Método de extracción: Análisis de componentes principales. Método de rotación: Normalización Varimax con Kaiser.

Método de extração: Análises de componentes principais. Método de rotação: VARIMAX com Kaiser. KMO^{45} 0,82.

Fonte: Dados da pesquisa

⁴⁵ Teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Para interpretação do resultado obtido, valores próximos de 1,0 indicam que o método de análise fatorial é perfeitamente adequado para o tratamento dos dados. Por outro lado, valores menores que 0,5 indicam a inadequação do método (SPSS, 1999).

Tabela 9 – Fatores (P)

FATOR1	FATOR2	FATOR3	FATOR4	FATOR5	FATOR6	FATOR7	FATOR8	FATOR9	FATOR10
P3	P11	P9	P14	P2	P4	P15	P1	P24	P12
P4	P26	P13	P16	P10	P8	P27	P7		
P5	P28	P17	P18		P22				
P6	P29	P23							
P19		P25							
P20									
P21									

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 10 – Autovalores da análise fatorial dos Impactos do Turismo

	Autovalor	% total da variância	Autovalor acumulado	% da variância acumulada
Fator 1	4,6	15,8	4,6	15,8
Fator 2	4,2	14,4	8,8	30,2
Fator 3	2,5	8,7	11,3	38,9
Fator 4	2,0	7,0	13,3	45,9
Fator 5	1,8	6,3	15,1	52,2
Fator 6	1,6	5,6	16,7	57,8
Fator 7	1,4	4,9	18,2	62,7
Fator 8	1,2	4,2	19,4	66,9
Fator 9	1,1	3,8	20,5	70,7
Fator 10	1,0	3,5	21,5	74,2

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico de sedimentación

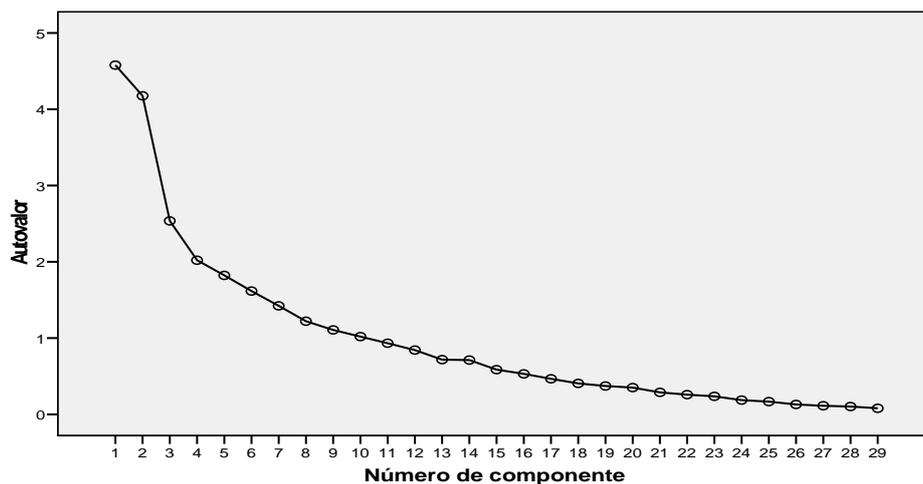


Figura 8 – Autovalores da análise fatorial dos impactos do turismo

Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 8 demonstra que, a partir do 11º. fator os autovalores passam a ser menores do que 1, sendo, portanto, excluídos conforme o critério de Kaiser. A compreensão dos fatores depende do conhecimento sobre o assunto analisado. Os fatores foram denominados

considerando as três dimensões principais dos impactos do turismo: Dimensão econômica, Dimensão ambiental e Dimensão social. Nesse sentido, pode-se concluir, em relação à análise fatorial, que:

Fator 1: Vinculado diretamente aos impactos do turismo na falta de água, poluição do Córrego Preguiça, poluição das cachoeiras, urbanismo inadequado, maior produção de esgotos, queda de energia elétrica e acúmulo de lixo nas ruas. Este fator refere-se aos aspectos de “**infra-estrutura**”, já que envolve questões de abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, urbanização e resíduos sólidos nos atrativos e ruas da Vila. A maioria destas variáveis recebeu uma média relativamente alta (discordância). A percepção dos moradores não vincula o turismo como principal responsável por tais problemas, ou seja, a população da Vila entende que tais problemas existem independentemente do turismo. Pode-se destacar que a menor média obtida (1,88) sugere a concordância da comunidade ao relacionar a falta de água com os feriados e períodos de férias e alta temporada. Desta forma, a comunidade da Vila de São Jorge não identifica grande parte da problemática de infra-estrutura básica como impactos diretos do turismo. Mas é necessário ressaltar que o turismo valoriza essas questões, pois, quando se tem um número maior de pessoas na localidade, a probabilidade de faltar água, “cair” a energia elétrica ou acumular lixo nas ruas, torna-se maior. Conforme diz a Vereadora Téia⁴⁶:

... eu não diria que é o turismo, eu diria que é a falta de ter água suficiente pra manter, porque até mesmo quando não tem turista, falta água. [Então você não concorda totalmente por não ser só o turismo?] sim... como a gente não tem a água necessária, ela tende a faltar (...) porque a vila recebe o triplo, às vezes, de moradores, então a água que a gente tem não é suficiente para abastecimento até mesmo das pessoas da vila, porque independente de ter turista chega no pico da seca em agosto, durante a semana tem lugares que não tem água...

Entende-se que pelo fato de os escores (cargas fatoriais) das variáveis relacionadas ao fator 1 terem sido altos⁴⁷ (0,47 a 0,80), tais aspectos estão fortemente correlacionados a este fator. Sugere-se que os itens identificados no Fator 1 sejam considerados pelos

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 24 de março de 2007.

⁴⁷ Neste trabalho, considera-se o seguinte: cargas fatoriais maiores que $\pm 0,30$ atingem o nível mínimo; cargas de $\pm 0,40$ são consideradas mais importantes; e se as cargas são de $\pm 0,50$ ou maiores, elas são consideradas com significância prática. “Logo, quanto maior o valor absoluto da carga fatorial, mais importante na interpretação da matriz fatorial (...) uma carga fatorial representa a correlação entre uma variável original e seu fator” (HAIR et al., 2005, p.107).

gestores públicos, pois mesmo que o turismo não esteja impactando diretamente nestes aspectos, os mesmos são problemas reais para a comunidade local.

Na elaboração de soluções devem-se buscar medidas que agrupem as variáveis correlacionadas no Fator 1, o que irá proporcionar a otimização de recursos e tempo.

Fator 2: Este fator relaciona o turismo com o desenvolvimento econômico e social da Vila; principal atividade econômica; aumento do número de moradores, devido à possibilidade de novos postos de trabalho; e a exclusão da comunidade local. Refere-se aos aspectos “**socioeconômicos**”. Como os escores foram altos (-0,58 a 0,90), entende-se que estas variáveis estejam correlacionadas diretamente com o Fator 2. Em uma análise baseada na média de cada uma das variáveis, que foram baixas (concordância), exceto a variável “exclusão da comunidade local” (4,27 discordância e -0,58 carga fatorial) e, ainda, com o fato de estarem correlacionadas entre si, conclui-se que o turismo é a principal atividade econômica. Com isso, ele ocasionou o desenvolvimento econômico e, logo, social da comunidade, gerando assim novos postos de trabalho e conseqüentemente chamando a atenção de pessoas de outras localidades que estavam desempregadas. Entretanto, tal desenvolvimento não tem excluído a comunidade local⁴⁸.

Esta é uma percepção de resultados positivos do turismo. Observa-se que o turismo deve continuar sendo um importante agente de desenvolvimento socioeconômico para a Vila de São Jorge e continuar considerando o importante aspecto de inclusão da comunidade local.

Fator 3: Tais variáveis agrupadas compreendem uma correlação com os resultados “**ambientais**” do turismo. Neste fator foram agrupadas as variáveis como poluição do ar, modificação da paisagem natural, ocupação irregular de lotes, afugentamento da fauna silvestre e compactação do solo com possibilidade de erosões. Considerando que as médias destas variáveis foram altas (discordância), entende-se que a comunidade local não percebe estes aspectos como impactos do turismo. Os escores foram significativos para o fator (0,55 a 0,76), o que denota que estes itens devem ser abordados em conjunto, onde a interferência em um tende a alterar os demais. Mesmo que tais variáveis não tenham sido consideradas como impactos do turismo pela

⁴⁸ A discordância em relação à exclusão da comunidade local e as observações *in loco*, permitem afirmar que os moradores locais têm participado efetivamente do processo de desenvolvimento do turismo na Vila de São Jorge.

comunidade, destaca-se o cuidado que deve haver em relação aos mesmos. É válido lembrar que os impactos ambientais do turismo normalmente não são percebidos em seus primeiros estágios ou sem o auxílio de especialistas. Na realização da pesquisa *in loco* foi possível detectar que a comunidade entende que o “turismo não modificou a paisagem natural” e o “turismo não tem afugentado a fauna”, em consequência da criação do PNCV. A comunidade relata que o turismo (ou seja, o PNCV) tem preservado a paisagem, principalmente quando remete à época do garimpo.

Fator 4: Este fator mostra a relação com os resultados do “**turismo de massa**”. Refere-se às variáveis: fluxo intenso de veículos na vila, poluição sonora (barulho) e aumento no volume de lixo produzido. Estes tipos de impactos são características marcantes do turismo de massa. Considerando as médias baixas (concordância) destas variáveis, entende-se que estes aspectos são considerados impactos negativos do turismo na Vila. Os escores obtidos na matriz fatorial foram significativos (0,59 a 0,78), o que demonstra a correlação entre eles e com o Fator 4. Observa-se que este fator deva ser considerado pelos gestores públicos da localidade com certa urgência, pois é sabido que tais impactos podem afastar o público-alvo e descaracterizar o tipo de turismo proposto para a região, o ecoturismo.

Fator 5: Este fator destaca a relação do turismo com a qualidade da água e a especulação imobiliária. Refere-se aos aspectos da “**urbanização**” do local. A média da variável “prejudicou a qualidade da água da Vila e entorno” foi significativamente alta (3,86 discordância) e a média da variável “especulação imobiliária” foi baixa (1,45 concordância). Desta forma, entende-se que a população local concorda que a especulação imobiliária esteja acontecendo em São Jorge e entorno, mas discorda que a qualidade da água tenha sido prejudicada. A correlação abordada neste fator relata a probabilidade da qualidade da água diminuir quando o local sofre um processo de especulação imobiliária. Entretanto, no caso da Vila de São Jorge, os escores (cargas fatoriais) demonstraram que tal processo não tem ocorrido (-0,80 e 0,77 respectivamente). Alguns moradores explicam que acontece a especulação de imóveis, mas abordam que isto não prejudica a comunidade local, pois os moradores podem vender o lote por um valor alto e ganhar mais dinheiro. Mas outros que já percebem a problemática instalada, abordam o incerto caminho de vender, ganhar um valor alto, depois “gastar o dinheiro até acabar” e não conseguir comprar outro lote na Vila, lugar este onde provavelmente nasceu. A prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, responsável

pela administração da Vila, deve conscientizar a população local a respeito desse impacto negativo do turismo, pois caso os moradores sejam “vencidos” pelas propostas tentadoras, daqui alguns anos a Vila estará tomada por grandes empreendedores “de fora”.

Fator 6: Este fator refere-se à “**degradação dos atrativos**”, pois está relacionado com a poluição do Riacho Preguiça, modificação da paisagem construída e com o lixo nas trilhas no PNCV e cachoeiras do entorno. As médias da primeira e terceira variável foram altas (discordância), o que demonstra que a comunidade não as considera como impactos do turismo. Mas a média da segunda variável foi baixa (concordância), o que demonstra que a comunidade local percebe que o turismo tem influenciado na paisagem construída da Vila de São Jorge. Os escores obtidos (-0,47 a 0,74) demonstram que a variável “lixo nas trilhas no PCV e das cachoeiras do entorno” (0,74) tem uma significância maior na compreensão do Fator 6. Contudo, deve-se considerar as outras cargas fatoriais, já que atingiram um valor acima de 0,30. E também, destacam que a variável “modificação da paisagem construída” (-0,47) tem uma relação inversa com as demais variáveis correlacionadas. Isto pode ser explicado pelo fato de a comunidade perceber a modificação da paisagem construída como uma benesse do turismo e as outras variáveis como impactos negativos. É válido citar que os respondentes valorizaram neste item as trilhas do PNCV, pois, na Unidade de Conservação, não é possível fazer o percurso sem o acompanhamento de um condutor de visitantes, já nas outras cachoeiras do entorno, não é necessário o condutor junto aos turistas. Observa-se que as trilhas do PNCV são limpas e conservadas, mas as trilhas de grande parte das propriedades privadas não o são, sendo possível encontrar garrafas *pet*, isopor, latas de cerveja, entre outros. Quanto ao Riacho Preguiça, muitos não percebem a degradação no local, por não frequentarem o riacho. Mas na pesquisa *in loco* foi possível verificar a existência de resíduos sólidos despejados nos limites do Parque Municipal, onde está localizado o Riacho Preguiça.

Fator 7: Este fator compreende os problemas de segurança e mudanças culturais para a comunidade da Vila, ou seja, destaca os aspectos relacionados ao “**comportamento**”. As médias foram intermediárias, o que dificulta compreender se a comunidade percebe ou não tais aspectos como impactos do turismo. A variável que obteve média menor, ou seja, mais próxima de 1, corresponde às mudanças culturais. A comunidade local aborda que as mudanças culturais foram positivas, destaca que o

turismo tem feito a comunidade valorizar e promover suas tradições e manifestações culturais. Os escores são significativos (0,59 e 0,76), demonstrando correlação entre as variáveis e o Fator 7.

Fator 8: Este fator demonstra correlação com os resultados “**socioeconômicos**” do desenvolvimento do turismo. Relaciona as variáveis de implantação de infra-estrutura e geração de emprego e renda para a população local. As médias foram baixas (concordância), o que denota a percepção destes aspectos como impactos positivos do turismo. De todas as médias obtidas, a mais baixa (concordância total) está relacionada com a geração de emprego e renda para a comunidade. A média da variável “implantação de infra-estrutura” foi relacionada ao turismo, mas não de maneira direta. Os moradores acreditam que alguns recursos, como posto de saúde, escola e posto da polícia militar, existem, mas não por causa da atividade turística. Entretanto, é possível perceber que esta infra-estrutura instalada ainda não corresponde à demanda do local, seja em quantidade ou até mesmo em qualidade, conforme coloca a Vereadora local:

... era pra gente ter sabe?! Só que eu acho que não existe uma preocupação ainda real com isso... porque o postinho de polícia que tem aqui, tem no “faz de conta”, porque se você chegar aqui e, por exemplo, alguém roubar o documento do seu carro, eles não fazem o B.O.⁴⁹. Daí você tem que se deslocar daqui a Alto Paraíso para fazer o B.O (...) na verdade não tem muita diferença de ter ou não ter... [E a infra-estrutura que existe hoje?] É, mas o que eu quero que você registre também é a questão da má qualidade, porque não adianta você vir trabalhar num local onde tem turismo e tem as coisas mais ou menos, é tudo “meia boca”, ou você tem ou não tem, ou tem com qualidade ou não tem [É o caso do posto de saúde também?] tudo.

Fator 9: Refere-se aos resultados de interferência direta na “**vegetação nativa**”. Este fator destacou apenas a variável “diminuição ou desaparecimento da vegetação da Vila e proximidades”. A comunidade discorda que o turismo tenha causado a diminuição da vegetação, conforme a média obtida de 4,13 (discordância). O escore desta variável é significativo (0,80) para a interpretação do fator. Desta maneira, observa-se que a comunidade local discorda que o turismo esteja causando a diminuição da vegetação nativa da Vila e entorno. Na pesquisa *in loco*, a comunidade abordou que o turismo (que ocorre especialmente por causa do Parque) tem preservado a vegetação, diferentemente da época do garimpo, em que havia a extração das plantas e queimadas.

⁴⁹ Boletim de ocorrência.

Fator 10: Refere-se ao desenvolvimento econômico da localidade. Compreende o aspecto “**econômico**” do turismo. A média da variável foi baixa (concordância), ou seja, a comunidade local percebe esta variável como uma benesse do turismo. O escore da matriz fatorial foi relevante (0,74) para a interpretação do fator. Ressalta-se que esta variável obteve uma das menores médias (concordância total).

7.3 – IMPACTOS DA PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA GO-239

A percepção dos moradores locais sobre os impactos positivos e negativos da pavimentação da Rodovia GO-239 foi avaliada considerando o grau de concordância e discordância em relação a 8 (oito) aspectos, pré-selecionados. Foi utilizada a Escala de Likert com cinco níveis para medição da percepção.

Inicialmente, foi obtida a média e desvio padrão com o intuito de descobrir os impactos da pavimentação da rodovia que liga Alto Paraíso de Goiás à Vila de São Jorge mais percebidos pelos moradores locais e qual a homogeneidade das percepções, conforme apresentado na Tabela 11 e na Figura 9. As variáveis que obtiveram uma média maior (aproximada de 5) são as que a comunidade local discorda; da mesma forma, as variáveis que obtiveram uma média menor (mais aproximada de 1) são aquelas com que a comunidade concorda. Entretanto, é necessário considerar que o asfalto não chegou até a Vila, conseqüentemente, as percepções ainda não são definitivas.

Tabela 11 – Níveis de percepção dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239
1) Concordo totalmente 2) Concordo 3) Não sei 4) Discordo 5) Discordo totalmente

	Média	Desvio Padrão
Q4 - Após a pavimentação da rodovia GO - 239 a quantidade de ônibus de excursão aumentou.	4,21	0,88
Q8 - A pavimentação da rodovia GO - 239 ocasionou impactos negativos para o meio ambiente e para a comunidade local.	3,96	1,04
Q2 - Após a pavimentação da rodovia GO - 239 o crescimento da Vila (construção de pousadas, restaurantes, etc) aconteceu de maneira desordenada e acelerada.	3,73	1,01
Q5 - Após a pavimentação da rodovia GO - 239 aumentou a insegurança na Vila.	3,58	1,09
Q1 - Após a pavimentação da rodovia GO - 239 o fluxo de turistas na Vila aumentou.	2,73	1,22
Q6 - Após a pavimentação da rodovia GO - 239 aumentou o número de carros que circulam na Vila.	2,62	1,33
Q3 - Após a pavimentação da rodovia GO - 239 o perfil dos turistas de São Jorge mudou.	2,58	1,14
Q7 - A pavimentação da rodovia GO - 239 foi benéfica para a população local.	1,43	0,78

Fonte: Dados da pesquisa

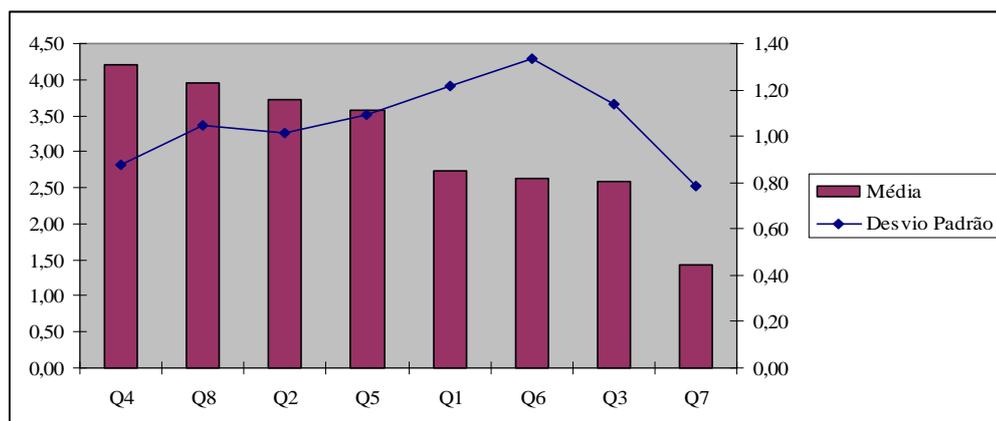


Figura 9 – Níveis de percepção dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239

Fonte: Dados da pesquisa

As médias variam de 1 a 5, ou seja, quanto mais próxima de 5 “discorda totalmente” e quanto mais próxima de 1 “concorda totalmente”. Neste sentido, a partir do grau de concordância e discordância tem-se o seguinte:

a) *A comunidade local discorda totalmente ou discorda que a pavimentação da Rodovia GO-239:*

Ocasionou o aumento na quantidade de ônibus de excursão; ocasionou impactos negativos para o meio ambiente e para a comunidade local; ocasionou o crescimento da Vila (construção de pousadas, restaurantes etc.) de maneira desordenada e acelerada; aumentou a insegurança na Vila.

b) *A comunidade local concorda totalmente ou concorda que a pavimentação da Rodovia GO-239:*

Foi benéfica para a população local; ocasionou mudanças no perfil dos turistas de São Jorge; aumentou o número de carros que circulam na Vila; aumentou o fluxo de turistas na Vila⁵⁰.

Observa-se que a comunidade concorda com os aspectos positivos e discorda da maioria dos aspectos negativos. Isto ocorre porque durante anos a população almeja a pavimentação da rodovia para facilitar o acesso até Alto Paraíso⁵¹, contudo, a comunidade sequer cogita a possibilidade de impactos negativos após a finalização da obra, tais como aumento de roubos e crescimento desordenado da Vila. As facilidades que a pavimentação asfáltica proporciona impede a população de pensar que problemas futuros poderão ocorrer.

Com a finalidade de compreender melhor os resultados, utilizou-se a técnica multivariada da análise fatorial. Desta forma, foi possível separar os fatores que mais contribuem para explicar a variabilidade dos dados. Tal procedimento permite segmentar os impactos da pavimentação da Rodovia GO-239, facilitando a análise e elaboração de sugestões para amenizar os impactos negativos ou valorizar os aspectos positivos.

Os resultados da Análise Fatorial estão demonstrados nas Tabelas 12 e 13.

Foram identificados 3 (três) fatores principais que demonstram o nível de percepção dos impactos. A parcela da variabilidade dos dados, que cada um explica, está apresentada na

⁵⁰ Na percepção da comunidade este tipo de impacto é positivo, entretanto, é necessário pensar na capacidade de suporte do local.

⁵¹ Localidade mais próxima da Vila.

Tabela 14 e na Figura 10 dos autovalores. Os 3 (três) fatores obtidos explicam 61,7% da variabilidade dos dados.

Tabela 12– Carga de fatores por impactos da pavimentação da Rodovia GO-239

	C o m p o n e n t e		
	F A T O R 1	F A T O R 2	F A T O R 3
Q 1	0,60	0,31	-0,11
Q 2	0,17	0,45	0,65
Q 3	0,81	-0,29	-0,04
Q 4	-0,02	0,77	0,13
Q 5	0,29	0,55	0,21
Q 6	0,81	0,02	0,13
Q 7	0,24	-0,68	0,28
Q 8	-0,11	-0,10	0,86

Método de extracción: Análisis de componentes principales. Método de rotación: Normalización Varimax con Kaiser.

Método de extração: Análise dos componentes principais. Método de rotação: Normalização VARIMAX com Kaiser. *KMO* 0,77.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 13 – Fatores (Q)

FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3
Q1	Q4	Q2
Q3	Q5	Q8
Q6	Q7	

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 14 – Autovalores da análise fatorial dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239

	Autovalor	% total da variância	Autovalor acumulado	% da variância acumulada
Fator 1	1,9	24,4	1,9	24,4
Fator 2	1,8	22,1	3,7	46,5
Fator 3	1,2	15,2	4,9	61,7

Fonte: Dados da pesquisa

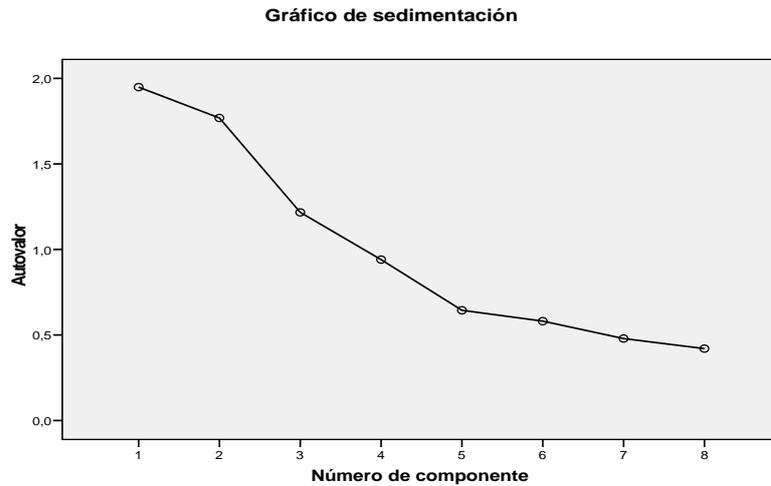


Figura 10 –Autovalores da análise fatorial dos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239
 Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 10 demonstra que, a partir do 4º. fator os autovalores passam a ser menores do que 1, sendo, portanto, excluídos conforme o critério de Kaiser. Nesse sentido, pode-se concluir em relação à análise fatorial que:

Fator 1: Relaciona-se com o aumento no número de turistas, perfil dos visitantes e aumento no número de veículos que circulam na Vila com a pavimentação da Rodovia GO-239. As médias destas variáveis foram relativamente baixas (concordância), o que demonstra que a comunidade percebe tais resultados da pavimentação. Os escores obtidos na matriz fatorial (0,60 a 0,81) demonstram a significância da correlação dos variáveis com o fator 1. O fator 1 compreende o **“perfil do turista”**. Nesse sentido, observa-se que o asfalto é tido pelos turistas como um facilitador no acesso, o que possibilita o maior número de carros de passeio na Vila, inferindo a mudança no perfil dos visitantes, especialmente ao relacionar o *tipo* de turista com o *tipo* de veículo utilizado (ônibus, camionetes ou jipes).

Fator 2: Correlaciona o aumento de ônibus de excursão na localidade, o aumento da insegurança e o aspecto benéfico da pavimentação da rodovia. As médias das duas primeiras variáveis foram altas (discordância), ou seja, a comunidade não percebe o aumento de ônibus e os casos de roubos na localidade. Entretanto, destaca que a população local percebe a pavimentação da rodovia como benéfica para eles. A partir dos escores (cargas fatoriais), observa-se que as duas primeiras variáveis (0,77 e 0,55) são impactos negativos da pavimentação, enquanto a variável “a pavimentação foi

benéfica para a população local” (-0,68) como um resultado positivo, por isso o sinal invertido (correlação inversa). A correlação obtida infere que os ônibus de excursão caracterizam um maior número de pessoas na Vila, possibilitando a ocorrência de problemas de segurança pública, ou seja, aspectos de “**segurança**”. Mas como tais impactos negativos não ocorrem na Vila, a pavimentação é percebida como benéfica.

Fator 3: Correlaciona o crescimento desordenado da Vila e os impactos negativos da pavimentação ao meio ambiente e à comunidade local. As médias foram altas (discordância), demonstrando que a comunidade não perceber estes impactos como reais. Os escores considerados foram significantes (0,65 e 0,86) e infere a relação existente, pois se há o crescimento desordenado, logo se tem os impactos negativos no meio ambiente natural. Este fator compreende o aspecto “**ambiental**” da pavimentação.

7.4 – PROBLEMAS

A percepção dos moradores locais sobre os problemas específicos da Vila de São Jorge foi avaliada com o auxílio de uma escala adaptada do modelo de Likert, com cinco níveis para medição da percepção. Foram pesquisados 21 problemas, pré-selecionados.

Inicialmente, foi obtida a média e desvio padrão com o intuito de descobrir quais problemas a comunidade tem percebido em São Jorge, conforme apresentado na Tabela 15 e na Figura 11. As variáveis que obtiveram uma média maior (aproximada de 5) são as que a comunidade local considera como problema grave; da mesma forma, as variáveis que obtiveram uma média menor (mais aproximada de 1) são aquelas que a comunidade percebe como não sendo um problema na Vila.

Tabela 15 – Níveis de percepção por problemas

1) Não é um problema 2) Indiferente (acontece, mas não incomoda) 3) Não sei 4) Problema 5) Problema grave

	Média	Desvio Padrão
A11 - Escassez de água	4,16	1,03
A7 - Sazonalidade do Turismo	4,13	1,08
A19 - Atendimento médico	3,98	1,46
A10 - Utilização de drogas ilícitas	3,96	1,37
A6 - Especulação Imobiliária	3,91	1,26
A20 - Geração de ruídos (poluição sonora)	3,85	1,36
A5 - Grande volume de lixo nas ruas.	3,68	1,43
A9 - Coleta e acúmulo de lixo	3,51	1,65
A12 - Falta de energia	3,33	1,41
A14 - Esgoto doméstico (casas, pousadas, restaurantes, etc).	3,33	1,50
A2 - Superlotação	2,86	1,46
A8 - segurança pública	2,70	1,70
A13 - Poluição do córrego preguiça	2,61	1,57
A1 - Vandalismo	2,34	1,53
A18 - Paisagem natural modificada	2,01	1,39
A17 - Crescimento desordenado da Vila.	1,99	1,43
A21 - Poluição do ar	1,69	1,24
A4 - Conflitos entre os turistas e comunidade local.	1,68	1,30
A15 - Pavimentação da rodovia GO - 239.	1,63	1,24
A3 - Conflitos entre os turistas	1,46	0,98
A16 - Aumento do fluxo de turistas na Vila.	1,24	0,76

Fonte: Dados da pesquisa

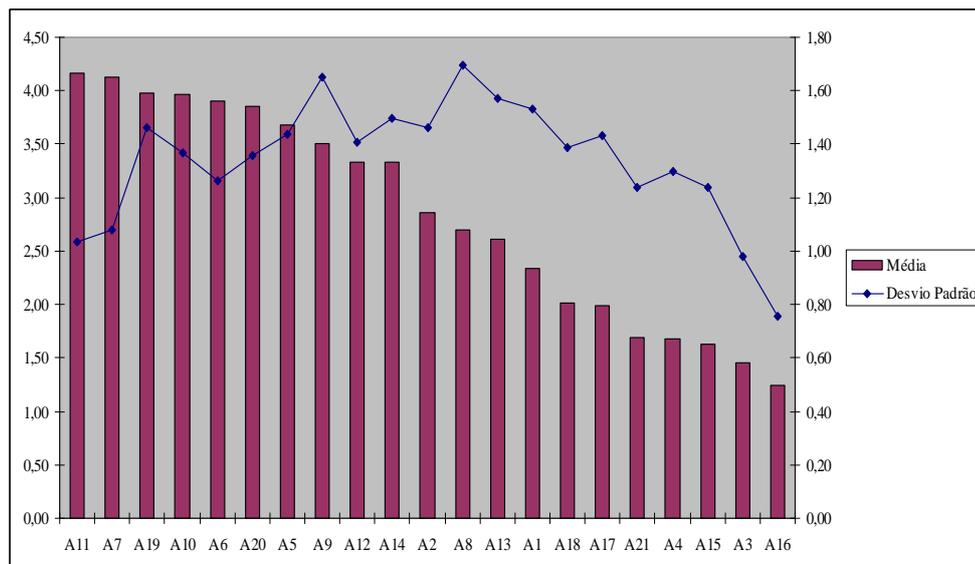


Figura 11 – Níveis de percepção por problemas

Fonte: Dados da pesquisa

As médias variam de 1 a 5, ou seja, quanto mais próxima de 5 “problema grave” e quanto mais próxima de 1 “não é um problema”. Nesse sentido, observa-se, conforme a percepção da comunidade local, que:

a) *Não são problemas ou são aspectos indiferentes, pois acontecem, mas não incomodam:*

Aumento do fluxo de turistas na Vila; conflitos entre os turistas; pavimentação da Rodovia GO-239; conflitos entre os turistas e a comunidade local; poluição do ar; crescimento desordenado da Vila; paisagem natural modificada; vandalismo; poluição do Córrego Preguiça; segurança pública; e superlotação⁵².

b) *São problemas graves ou problemas:*

Escassez de água; sazonalidade do turismo; atendimento médico; utilização de drogas ilícitas⁵³; especulação imobiliária; geração de ruídos (poluição sonora); grande volume de lixo nas ruas; coleta e acúmulo de lixo; falta de energia; e o esgoto doméstico (casas, pousadas, restaurantes etc.).

Aspectos como a falta de água, especulação imobiliária, poluição sonora, acúmulo de lixo nas ruas e esgoto doméstico foram considerados pela comunidade como problemas da localidade e também como impactos do turismo⁵⁴. Neste sentido, pode-se afirmar que tais problemas são advindos da atividade turística, ou seja, estão relacionados diretamente ao turismo. Entretanto, a falta de energia é considerada pela comunidade como um problema, mas não como um impacto do turismo. A população não percebe a falta de energia como um resultado do turismo, mas sim como um problema de infra-estrutura básica, cuja responsabilidade é da esfera pública. A comunidade não considera que a segurança seja um problema local, mas a percebe como um impacto do turismo, ou seja, a população relaciona os casos de roubos que estão acontecendo ultimamente à atividade turística. Alguns relatos abordam que os casos de furtos acontecem nos períodos de pico, quando a Vila recebe muitos turistas.

⁵² Com as observações *in loco* foi possível verificar que há superlotação na Vila, especialmente nos feriados prolongados como o Carnaval. Entretanto, a comunidade não tem isto como um problema, pois para os moradores a superlotação implica em movimentação financeira e isto compensa os problemas decorrentes, tais como produção de lixo e esgotos, poluição sonora, entre outros.

⁵³ A utilização de drogas ilícitas é um dos problemas mais graves e visíveis da localidade. Na Praça da Vila o uso de drogas é desmedido e isto tem interferido negativamente na imagem do destino turístico.

⁵⁴ Dimensão: (P) Impactos do Turismo na Vila de São Jorge.

Em seguida, utilizou-se a técnica multivariada da análise fatorial. Desta forma, foi possível separar os fatores que mais contribuem para explicar a variabilidade dos dados. Tal procedimento permite segmentar os problemas específicos da localidade, facilitando a análise e elaboração de sugestões para amenizá-los. Os resultados da Análise Fatorial estão demonstrados nas Tabelas 16 e 17.

Foram identificados 8 (oito) fatores principais que demonstram o nível de percepção dos problemas. A parcela da variabilidade dos dados, que cada um explica, está apresentada na Tabela 18 e na Figura 12 dos autovalores. Os 8 (oito) fatores obtidos explicam 72,9% da variabilidade dos dados.

Tabela 16 – Carga de fatores por problemas

	Componente							
	FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3	FATOR 4	FATOR 5	FATOR 6	FATOR 7	FATOR 8
A1	0,25	0,03	0,21	0,01	0,08	0,04	0,08	0,85
A2	0,19	-0,12	-0,12	0,04	0,32	0,76	0,01	0,19
A3	0,79	0,10	0,12	-0,05	0,05	0,16	0,06	0,28
A4	0,85	0,14	0,11	0,21	0,08	-0,02	0,02	0,21
A5	0,21	-0,13	0,11	0,74	-0,19	0,19	0,08	-0,01
A6	-0,31	0,12	-0,11	0,18	-0,24	0,57	-0,04	0,02
A7	-0,23	0,01	-0,62	0,33	0,09	-0,04	-0,38	-0,02
A8	0,28	0,62	-0,14	0,15	0,07	0,18	0,32	0,08
A9	0,01	0,16	-0,01	0,79	0,14	0,16	0,18	-0,06
A10	0,21	0,77	-0,17	-0,15	-0,04	0,07	-0,33	-0,04
A11	0,00	0,41	-0,03	0,58	-0,09	0,01	0,09	0,42
A12	0,10	0,51	0,27	-0,02	-0,44	0,07	0,40	-0,01
A13	0,07	-0,26	0,69	0,22	0,10	0,00	-0,12	0,04
A14	0,04	0,79	0,09	0,16	0,09	-0,03	0,06	0,06
A15	0,80	0,14	0,10	0,05	-0,05	-0,16	0,07	-0,14
A16	-0,13	0,16	0,07	-0,19	0,72	0,07	0,03	0,24
A17	0,26	-0,06	0,20	0,15	0,74	0,11	0,04	-0,16
A18	0,36	0,23	0,52	0,28	0,21	-0,21	0,33	0,17
A19	0,08	0,02	-0,19	0,31	0,05	0,03	0,83	0,09
A20	-0,02	0,28	0,23	0,32	0,14	0,66	0,13	-0,23
A21	0,07	0,11	0,84	-0,04	0,11	-0,04	-0,21	0,13

Método de extracción: Análisis de componentes principales. Método de rotación: Normalización Varimax con Kaiser.

Método de extração: Análise de componentes principais. Método de rotação: VARIMAX com Kaiser. *KMO* 0,84.
Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 17 – Fatores (A)

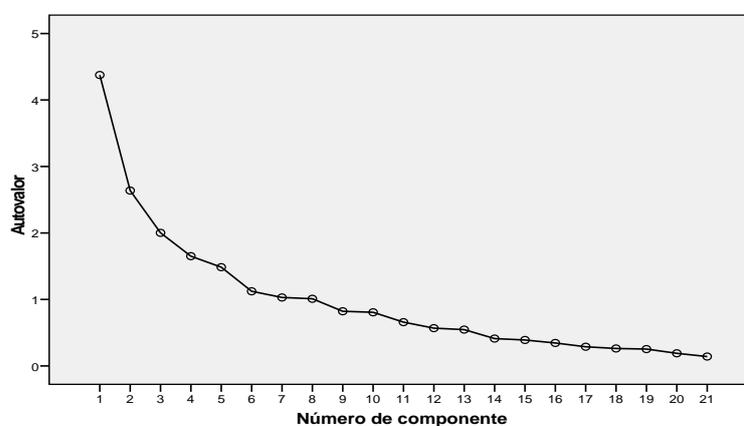
FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3	FATOR 4	FATOR 5	FATOR 6	FATOR 7	FATOR 8
A3	A8	A7	A5	A16	A2	A19	A1
A4	A10	A13	A9	A17	A6		
A15	A12	A18	A11	A20			
	A14	A21					

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 18 – Autovalores da análise fatorial dos problemas

	Autovalor	% total da variância	Autovalor acumulado	% da variância acumulada
Fator 1	4,4	20,8	4,4	20,8
Fator 2	2,6	12,6	7,0	33,4
Fator 3	2,0	9,5	9,0	42,9
Fator 4	1,7	7,9	10,7	50,8
Fator 5	1,5	7,1	12,2	57,9
Fator 6	1,1	5,3	13,3	63,2
Fator 7	1,0	4,9	14,3	68,1
Fator 8	1,0	4,8	15,3	72,9

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico de sedimentación**Figura 12 – Autovalores da análise fatorial dos problemas**

Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 12 mostra que, a partir do 9º fator os autovalores passam a ser menores do que 1, sendo, portanto, excluídos conforme o critério de Kaiser. Nesse sentido, pode-se concluir em relação à análise fatorial que:

Fator 1: Este fator relacionou a questão dos **conflitos** entre os turistas, conflitos entre turistas e comunidade local e a pavimentação da Rodovia GO-239. Conforme as médias obtidas, tais aspectos não foram considerados como problemas na Vila. Os escores da matriz fatorial (0,79 a 0,85) demonstram que tais variáveis estão altamente correlacionadas no mesmo fator.

Fator 2: Relaciona-se com segurança pública, utilização de drogas ilícitas, falta de energia e esgoto doméstico. As médias obtidas demonstram que a utilização de drogas ilícitas é considerada como problema grave; a questão do esgoto doméstico e a falta de energia são considerados problemas; e a segurança pública considerada como indiferente, acontece (com pouca frequência) mas não incomoda (não chega a ser

considerado como problema). Conclui-se que estes são **problemas de infra-estrutura e de comportamento**. Os escores obtidos na matriz fatorial (0,51 a 0,79) apresentam que os aspectos estão relacionados entre si no mesmo fator. Nesse sentido, observa-se que tais aspectos devem ser considerados, em suas medidas de prevenção ou solução, em conjunto.

Fator 3: Neste fator foram destacados os itens relacionados aos **problemas ambientais**, como a poluição do Córrego Preguiça, paisagem natural modificada, poluição do ar e a sazonalidade do turismo. As médias concluem que a poluição do ar e a paisagem natural modificada não são problemas em São Jorge; que a poluição do Riacho Preguiça é considerada “indiferente, acontece mas não incomoda”, ou seja, ainda não é um problema; e que a sazonalidade do turismo é um problema grave na Vila de São Jorge. Os escores (-0,62, a 0,84) destacam a correlação significativa destes aspectos com o fator. Observa-se que pelo fato de a variável “poluição do Riacho Preguiça” ter sido considerada como “indiferente, acontece mas não incomoda”, será necessário tomar medidas para que o mesmo não se transforme em um grave problema ambiental da localidade.

Fator 4: Este fator relaciona-se com o grande volume de lixo nas ruas, coleta e acúmulo de lixo e escassez de água, ou seja, **problemas de infra-estrutura básica**. Considerando as médias obtidas, conclui-se que a escassez de água é percebida como um problema grave pela comunidade local; o volume produzido, a coleta e o acúmulo de lixo são considerados problemas em São Jorge. Os escores adquiridos na matriz fatorial (0,58 a 0,79) demonstram a significância destes aspectos no fator 4. Entende-se que medidas para amenizar tais problemas devem ser elaboradas considerando a correlação apresentada neste fator.

Fator 5: Compreende o aumento no fluxo de turistas e o crescimento desordenado, aspectos relacionados com o intenso **desenvolvimento do turismo**. Com a análise das médias, observa-se que a comunidade de São Jorge não considera tais variáveis como problemas da localidade. Nesse sentido, conclui-se que a relação do crescimento desordenado da Vila (construção de novos meios de hospedagem, restaurantes, bares etc.) influencia diretamente no aumento de turistas, e vice-versa. Os escores (0,72 e 0,74) demonstram a correlação entre as variáveis nesse fator.

Fator 6: Neste fator estão relacionadas as variáveis de superlotação, especulação imobiliária e poluição sonora. Conclui-se que estes são problemas do **turismo de massa**. Conforme as médias, a população de São Jorge considera a especulação imobiliária como problema grave; poluição sonora como problema; e superlotação como “indiferente, ocorre mas não incomoda”, ou seja, ainda não é um problema. Tais fatores estão correlacionados no fator 6, conforme demonstra os escores da matriz fatorial (0,57 a 0,76).

Fator 7: Este fator destacou somente o aspecto **atendimento médico**, que, de acordo com a média obtida, é considerado como problema grave pela comunidade local. O escore desta variável é significativo para a análise na matriz fatorial (0,83).

Fator 8: A variável que compreende o fator 8 é referente ao **vandalismo**. Conforme a média desta variável, observa-se que a comunidade percebe o vandalismo como não sendo ainda um problema, ou seja, acontece mas não incomoda. O escore desta variável é significativo para a análise na matriz fatorial (0,85).

7.5 – RELAÇÃO ENTRE IMPACTOS DO TURISMO, IDADE E TEMPO DE MORADIA

7.5.1 – Faixa etária

O cruzamento das variáveis com a faixa etária dos entrevistados possibilitou as seguintes observações:

Conforme a Tabela 19, o maior percentual de *concordo totalmente* que o turismo prejudicou a qualidade da água da Vila e entorno é de 17,39%, referente à faixa etária de 45 a 60 anos. Neste caso, observa-se que a idade do entrevistado está relacionada à sua percepção sobre a variável, ou seja, esta análise pode ser feita com mais propriedade por pessoas com mais idade e que habitam a Vila a mais tempo, antes mesmo do turismo ser considerado a principal atividade econômica da localidade. Neste sentido, observa-se que o maior percentual de discordância (82%) é referente à percepção dos entrevistados de 18 a 24 anos. Contudo, o resultado deste cruzamento de dados afirma que a comunidade não considera que o turismo tenha prejudicado a qualidade da água da Vila e entorno.

Tabela 19 – Cruzamento com faixa etária (P2)**P2 - O Turismo prejudicou a qualidade da água da Vila e entorno.**

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	6,00	9,09	1,96	0,00	17,39
Concordo	8,00	0,00	11,76	6,67	4,35
Não sei	6,00	0,00	7,84	13,33	0,00
Discordo	54,00	81,82	50,98	33,33	60,87
Discordo totalmente	26,00	9,09	27,45	46,67	17,39

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 20 mostra que as respostas foram homogêneas, ou seja, a percepção das diferentes faixas etárias é uniforme, pois 99% dos entrevistados *concordam totalmente* ou *concordam* que o turismo gera emprego e renda para a comunidade da Vila. Todos os moradores da Vila de São Jorge estão envolvidos de alguma maneira com o turismo, seja como empregado ou empregador.

Tabela 20 – Cruzamento com faixa etária (P7)**P7 - O turismo gera emprego e renda para a comunidade da Vila.**

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	85,00	63,64	88,24	86,67	86,96
Concordo	14,00	27,27	11,76	13,33	13,04
Não sei	1,00	9,09	0,00	0,00	0,00
Discordo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Discordo totalmente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 21 apresenta que as faixas etárias de 35 a 44 anos e de 45 a 60 anos tem uma percepção maior sobre a modificação da paisagem construída. Entende-se que isto se deve ao fato desta população de 35 a 60 anos ter presenciado a influência do desenvolvimento do turismo nas características da construção. Antes do turismo as casas eram de adobes e com uma arquitetura bem mais simples do que as pousadas atuais, pois já é possível encontrar na Vila pousadas com dois pavimentos. De maneira geral, a comunidade percebe que a paisagem construída sofreu alterações nas suas características por conta do desenvolvimento da atividade turística.

Tabela 21 – Cruzamento com faixa etária (P8)**P8 - O turismo modificou a paisagem construída da Vila de São Jorge.**

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	48,00	27,27	41,18	66,67	60,87
Concordo	28,00	36,36	29,41	13,33	30,43
Não sei	4,00	18,18	3,92	0,00	0,00
Discordo	19,00	18,18	25,49	13,33	8,70
Discordo totalmente	1,00	0,00	0,00	6,67	0,00

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 22 mostra que as respostas foram homogêneas, demonstrando a percepção uniforme das diferentes faixas etárias em relação à variável, pois 93,94% dos entrevistados *concordam totalmente* ou *concordam* que o turismo proporciona o desenvolvimento econômico na localidade.

Tabela 22 – Cruzamento com faixa etária (P12)**P12 - O turismo proporciona o desenvolvimento econômico na localidade.**

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	74,75	63,64	70,00	80,00	86,96
Concordo	19,19	27,27	20,00	20,00	13,04
Não sei	2,02	9,09	2,00	0,00	0,00
Discordo	4,04	0,00	8,00	0,00	0,00
Discordo totalmente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 23 mostra que o maior percentual de *discordo* que o turismo gera um fluxo intenso de veículos na Vila é de 18,18%, referente à faixa etária de 18 a 24 anos. Observa-se também que o percentual de *concordo totalmente* aumenta na medida em que a idade aumenta. De maneira geral, a comunidade percebe que o desenvolvimento tem como consequência o aumento do fluxo de carros na Vila.

Tabela 23 – Cruzamento com faixa etária (P14)
P14 - O turismo gera um fluxo intenso de veículos na vila.

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	58,59	36,36	60,00	66,67	60,87
Concordo	32,32	45,45	32,00	33,33	26,09
Não sei	1,01	0,00	0,00	0,00	4,35
Discordo	7,07	18,18	6,00	0,00	8,70
Discordo totalmente	1,01	0,00	2,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 24 mostra que as respostas da variável “o turismo tem gerado problemas de segurança na Vila” foram heterogêneas. Observa-se que o maior percentual obtido refere-se ao *concordo* (33%). A questão da segurança na Vila ainda não é um problema explícito, mas com as entrevistas foi possível identificar alguns casos pontuais que tem acontecido, especialmente nos períodos de feriados prolongados, quando a Vila recebe muitos turistas.

Tabela 24 – Cruzamento com faixa etária (P15)

P15 - o turismo tem gerado problemas de segurança na Vila.

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	21,00	9,09	23,53	20,00	21,74
Concordo	33,00	36,36	33,33	40,00	26,09
Não sei	4,00	0,00	1,96	13,33	4,35
Discordo	28,00	36,36	25,49	20,00	34,78
Discordo totalmente	14,00	18,18	15,69	6,67	13,04

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 25 mostra que as respostas da variável “o turismo tem gerado o acúmulo de lixo nas ruas da Vila” foram heterogêneas. Observa-se que o maior percentual obtido refere-se ao *concordo* (39%). Os entrevistados afirmaram que o turismo aumenta a produção de lixo, mas o acúmulo é um problema da coleta que está insuficiente, especialmente nos feriados prolongados.

Tabela 25 – Cruzamento com faixa etária (P21)

P21 - O turismo tem gerado o acúmulo de lixo nas ruas da Vila.

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	22,00	18,18	17,65	13,33	39,13
Concordo	39,00	72,73	35,29	46,67	26,09
Não sei	3,00	0,00	5,88	0,00	0,00
Discordo	30,00	9,09	31,37	40,00	30,43
Discordo totalmente	6,00	0,00	9,80	0,00	4,35

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 26 mostra que os entrevistados *discordam* que o turismo tem excluído a comunidade local. Os entrevistados relataram que o turismo na Vila de São Jorge envolve os nativos e moradores, oferecendo oportunidades de emprego e melhorias. Entretanto, observa-se na Tabela 26 que o maior percentual (18,2%) de *concordo totalmente* ou *concordo* que o turismo tem provocado a exclusão da comunidade local, refere-se à faixa etária de 18 a 24 anos, ou seja, a população jovem ainda não se sente incluída no desenvolvimento da atividade turística.

Tabela 26 – Cruzamento com faixa etária (P26)
P26 - O Turismo tem provocado a exclusão da comunidade local.

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	3,00	9,09	1,96	0,00	4,35
Concordo	6,00	9,09	7,84	0,00	4,35
Não sei	6,00	18,18	7,84	0,00	0,00
Discordo	31,00	45,45	29,41	33,33	26,09
Discordo totalmente	54,00	18,18	52,94	66,67	65,22

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 27 mostra que as respostas foram homogêneas, demonstrando a percepção uniforme das diferentes faixas etárias em relação à variável, pois 97% *concordam totalmente* ou *concordam* que o turismo é a principal atividade econômica da Vila.

Tabela 27 – Cruzamento com faixa etária (P28)

P28 - O turismo é a principal atividade econômica da Vila.

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	81,00	63,64	80,39	86,67	86,96
Concordo	16,00	36,36	13,73	13,33	13,04
Não sei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Discordo	2,00	0,00	3,92	0,00	0,00
Discordo totalmente	1,00	0,00	1,96	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 28 apresenta que as respostas foram homogêneas, demonstrando a percepção uniforme das diferentes faixas etárias em relação à variável, pois 100% *concordam totalmente* ou *concordam* que o turismo trouxe desenvolvimento econômico e social para São Jorge.

Tabela 28 – Cruzamento com faixa etária (P29)**P29 - O turismo trouxe desenvolvimento econômico e social para São Jorge**

Grau de concordância	Faixa etária				
	Total	De 18 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 60 anos
	%	%	%	%	%
Concordo totalmente	77,53	50,00	78,26	86,67	80,00
Concordo	22,47	50,00	21,74	13,33	20,00
Não sei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Discordo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Discordo totalmente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa direta

7.5.2 – Tempo de moradia

O cruzamento das variáveis com o tempo de moradia⁵⁵ possibilitou as seguintes observações:

A Tabela 29 mostra que 51,8% dos entrevistados com mais de 04 anos de moradia na Vila *concordam totalmente* que o turismo modificou a paisagem construída e 47,3% dos

⁵⁵ O presente estudo considerou o tempo de moradia em mais ou menos de 04 anos, por compreender a pavimentação da Rodovia GO-239 como um marco importante na Vila. O processo de pavimentação teve início em 2004. Entretanto, observou-se que a faixa etária não teve influência direta nas variáveis da pavimentação da rodovia (Q).

entrevistados com menos de 04 anos de moradia na Vila *discordam* que o turismo modificou a paisagem construída. Observa-se que o tempo de moradia facilita a análise desta variável, pois os moradores mais antigos acompanharam as mudanças no tipo de construção das casas e comércios. A Tabela 21, anteriormente apresentada, mostra o cruzamento desta mesma variável com a faixa etária.

Tabela 29 – Cruzamento com tempo de moradia (P8)
P8 - O turismo modificou a paisagem construída da Vila de São Jorge.

Grau de concordância	Tempo		
	Total	Mais de 4 anos	Menos de 4 anos
	%	%	%
Concordo totalmente	48,00	51,85	31,58
Concordo	28,00	29,63	21,05
Não sei	4,00	4,94	0,00
Discordo	19,00	12,35	47,37
Discordo totalmente	1,00	1,23	0,00

Fonte: Pesquisa direta

A Tabela 30 mostra que 52,5% dos entrevistados com mais de 04 anos de moradia na Vila acreditam que a poluição do Córrego Preguiça *não é um problema* e 55,5% dos entrevistados com menos de 04 anos de moradia na Vila acreditam que a poluição do Córrego Preguiça *é um problema*. Ao realizar as entrevistas foi possível verificar que os moradores com mais idade e mais antigos na Vila não visitam com frequência o Córrego Preguiça.

Tabela 30 – Cruzamento com tempo de moradia (A13⁵⁶)

A13 - Poluição do córrego preguiça

Grau de concordância	Tempo		
	Total	Mais de 4 anos	Menos de 4 anos
	%	%	%
Não é um problema	45,92	52,50	16,67
Indiferente	0,00	0,00	0,00
Sem opinião	12,24	13,75	5,56
Problema	30,61	25,00	55,56
Problema grave	11,22	8,75	22,22

Fonte: Pesquisa direta

⁵⁶ Dimensão: (A) Problemas.

8 – CONCLUSÕES

Os impactos da atividade turística têm sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, pois torna-se indispensável a compreensão desses impactos para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Entende-se que os estudos que identificam os impactos do turismo, na tentativa de propor medidas amenizadoras ou planos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade dos recursos naturais, da cultura local e inclusão da população local, são de extrema importância para que de fato ocorram mudanças no atual modelo de desenvolvimento turístico realizado em vários destinos.

A tendência às pesquisas que analisam principalmente os resultados negativos do turismo é validada pelos numerosos casos reais de degradação e exploração irracional dos atrativos e das comunidades autóctones. Entretanto, é necessário aplicar estudos que demonstrem como a atividade turística têm ocorrido nas localidades, entendendo que a totalidade das duas partes, positiva e negativa, não existe, pois é comum deparar-se com localidades onde o turismo é, por exemplo, a principal fonte econômica e, ao mesmo tempo, a principal atividade degradante do meio ambiente natural ou cultural.

Neste sentido, o presente estudo identificou os principais resultados dos impactos do turismo a partir da percepção dos residentes da Vila de São Jorge. Pôde-se também detectar os impactos da pavimentação asfáltica da principal rodovia de acesso ao local, e ainda, verificar os principais problemas da localidade, que podem estar ou não relacionados com a atividade turística.

A análise da percepção dos moradores foi realizada a partir do grau de concordância ou discordância. Desta forma, a análise dos resultados obtidos em positivos ou negativos foi realizada após o conhecimento empírico da localidade e seus aspectos gerais. O estudo da percepção da comunidade receptora é relevante na medida em que os resultados da atividade turística geram conseqüências diretas no modo de viver da população local.

A pesquisa *in loco* proporcionou as seguintes conclusões sobre a população da Vila de São Jorge:

- A população é heterogênea em relação ao nível intelectual;

- Alguns moradores quando abordados para a presente pesquisa demonstraram receio, outros desinteresse; mas a maioria demonstrou boa receptividade, contribuindo significativamente com o estudo;
- A comunidade realmente tem o turismo como a principal atividade econômica de subsistência;
- A relação da comunidade com o Parque Nacional é favorável, tranqüila e próxima;
- Os moradores da Vila destacam a criação da Unidade de Conservação de forma benéfica para o local. Somente dois entrevistados abordaram os entraves da criação da UC, como por exemplo, a proibição de “pegar lenha no parque”;
- Grande parte da população está de alguma forma envolvida com o turismo realizado no Parque, nas cachoeiras do entorno ou na própria Vila (hospedagem, alimentação, entre outros);
- A comunidade tem uma relação amistosa com os turistas;
- A população é consciente sobre a necessidade de preservar os atrativos, mesmo que não compreenda os limites aceitáveis;
- Os moradores mantêm uma associação (Associação dos moradores de São Jorge - ASJOR) atuante.

Em relação aos impactos positivos do turismo na Vila de São Jorge, observou-se que o turismo é a principal atividade econômica da Vila e tem gerado novos postos de trabalho e renda para a comunidade, promovendo o desenvolvimento econômico e também social da localidade. O desenvolvimento pode ser observado na crescente implantação de infra-estrutura, tais como posto da polícia militar, reforma das escolas, acesso à Internet, entre outros. As mudanças culturais resultantes da atividade turística na Vila podem ser consideradas como impactos positivos e negativos do turismo. Na análise positiva, compreende-se que o turismo tem proporcionado a conservação das tradições culturais da região, pois, conforme os moradores, a atividade turística tem proporcionado o resgate das tradições culturais, através, por exemplo, do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, realizado anualmente na Vila. Quanto à interferência na cultura local, de maneira negativa, pode-se detectar a importação de novos hábitos prejudiciais à população.

Quanto aos impactos negativos do turismo verificou-se que a especulação imobiliária ocorre na região, incentivando investidores externos e desfavorecendo a comunidade local. A comunidade local também percebe como impactos negativos da atividade turística a poluição sonora (barulho em excesso) e o fluxo intenso de veículos nas ruas, gerando transtornos para os moradores e desvirtuando o perfil ecoturístico da região. Mesmo com poucos casos de roubos, a população percebe os problemas de segurança como resultados da intensificação do fluxo turístico. O aumento na produção de esgotos e resíduos sólidos torna-se inevitável com a presença de um número grande de pessoas, ainda mais quando não se tem a infra-estrutura adequada de coleta e tratamento. O mesmo ocorre com o abastecimento de água que é precário e aliado ao intenso fluxo de turistas acaba não suportando a demanda de uso. A modificação das paisagens construídas e naturais são processos inevitáveis do desenvolvimento da região devido à atividade turística. Entretanto, é necessário determinar o ponto limite de tais transformações, para que não ocorra a descaracterização do local.

Quando comparados os impactos do turismo percebidos pela comunidade local com os impactos do turismo identificados no Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge (PMAGO, 2006), observaram-se poucos desencontros, tais como:

- A comunidade local não percebe a diminuição ou desaparecimento da vegetação como impacto, já o PGA identifica tal problemática como impacto negativo do turismo sobre o meio natural;
- Sobre o afugentamento da fauna silvestre, a comunidade não percebe tal aspecto como impacto negativo do turismo, mas o PGA identificou este fator como impacto ocorrente pelo fato da diminuição de abrigo e alimento, e, ainda, pela geração de ruídos (barulho). Sobre este aspecto, os moradores abordaram que a criação do Parque Nacional e do Parque Municipal tem preservado a vegetação nativa e a fauna, especialmente quando comparado ao tempo do garimpo na região;
- Compactação do solo e processos de erosão. Neste caso, mesmo com o grau de discordância obtido, observou-se a existência de erosões em algumas ruas da Vila. Identificou-se que a discordância seja em relação ao turismo como agente deste processo, pois a comunidade acredita que os processos de erosões ocorrem por causa das características do solo e escoamento incorreto da água das chuvas. O PGA aborda que a impermeabilização, ocasionada pelo desenvolvimento turístico

(construções de meios de hospedagens, restaurantes etc.), tem provocado o carreamento de partículas de solo para os corpos d'água, ou seja, tem causado erosão e assoreamento dos corpos d'água vizinhos;

- O PGA identificou a geração de poeiras na atmosfera como impacto negativo do turismo sobre o meio natural. Entretanto, a comunidade local não percebe tal impacto, até o momento.

Outros impactos não percebidos (grau de discordância) pela comunidade são especialmente ambientais, tais como: lixo nas trilhas do Parque Nacional e cachoeiras do entorno; qualidade da água prejudicada; poluição do Córrego Preguiça; poluição das cachoeiras. E, ainda, não percebem como impactos a ocupação irregular de lotes; a “queda” de energia elétrica; o urbanismo inadequado; e a exclusão da comunidade local.

Quanto aos impactos da pavimentação da Rodovia GO-239, observou-se que o fato da pavimentação não estar concluída dificultou a análise dos moradores em relação aos possíveis impactos. Entretanto, observou-se como impactos positivos da pavimentação asfáltica a mudança do perfil dos turistas e o aspecto benéfico para a população local, referente ao deslocamento dos moradores da Vila para Alto Paraíso, 36 quilômetros, que ficou mais seguro e facilitado. Quanto à mudança de perfil, os moradores a relacionam ao asfalto, mas também ao processo de “elitização” que a Vila está sofrendo. Os empreendedores da localidade, na tentativa de um antimarketing a “pessoas indesejáveis”, aumentaram os preços de hospedagem e alimentação.

O aumento no número de carros e do fluxo de turistas, percebidos pela comunidade como impactos da pavimentação, podem ser considerados como negativos pelo fato de aumentar a poluição do ar, o trânsito nas ruas da Vila, a superlotação e a degradação dos recursos naturais.

Os moradores da Vila de São Jorge não percebem, até o momento, o aumento de ônibus de excursão, o crescimento desordenado da Vila, a insegurança e os impactos negativos para o meio ambiente advindos da pavimentação asfáltica da rodovia de acesso. Sendo assim, de maneira geral, a população percebe como positiva a pavimentação da rodovia, principalmente por ter facilitado o acesso à Alto Paraíso e demais localidades próximas.

Em relação aos principais problemas da Vila de São Jorge, que podem ou não ter sido causados pela atividade turística, ou então, que podem prejudicar o desenvolvimento do turismo na região, destacam-se a: escassez de água; sazonalidade

do turismo; atendimento médico; utilização de drogas ilícitas; especulação imobiliária; geração de ruídos (poluição sonora); lixo nas ruas; coleta de lixo; “queda” de energia elétrica; e o esgoto doméstico sem o devido tratamento.

Verificou-se que ao mesmo tempo em que demonstrou uma percepção nítida de alguns aspectos, a comunidade local apresentou também certa parcialidade em relação aos resultados negativos do turismo, especialmente os ambientais. Tal fato é compreensível, pois o turismo é realmente a principal atividade econômica e de subsistência da comunidade, fazendo com que ela “minimize” os problemas existentes, ou seja, alguns impactos no meio natural não foram compreendidos como negativos, pela contrapartida que oferecem no âmbito do desenvolvimento econômico.

As políticas de desenvolvimento e gerenciamento da Vila de São Jorge devem contemplar os fatores identificados na pesquisa, para que sejam otimizados os recursos financeiros e o tempo, já que os fatores destacaram a correlação entre os impactos ou problemas, apresentando a influência direta de uma variável na outra. A análise fatorial foi utilizada no presente estudo com o intuito de auxiliar na compreensão dos impactos e problemas e facilitar o processo de elaboração de medidas mitigadoras. Contudo, não se pode desconsiderar a necessidade de análises empíricas na localidade.

8.1 – SUGESTÕES

Ao analisar o documento *Plano de Gestão Ambiental do Distrito de São Jorge* (PMAPGO, 2006) foi possível verificar que as sugestões específicas propostas no PGA, se implementadas, irão melhorar a qualidade de vida da comunidade local, bem como promover o desenvolvimento sustentável do turismo local. Destacam-se algumas delas, tais como: calçamento das ruas e vielas da Vila; projeto de drenagem de águas pluviais urbana do Distrito de São Jorge; projeto da SANEAGO de abastecimento de água potável (Córrego São Miguel); projeto urbanístico para o Distrito de São Jorge; construção de nova escola modelo de Ensino Fundamental voltada para o Ecoturismo; ampliação da oferta de lotes e residências; estacionamento público para veículos de visitantes; aumento da segurança pública, criando quebra-molas e guarita de segurança, e também com a eliminação de um acesso, pois atualmente existem três entradas na Vila; projeto de arborização e ajardinamento urbano de São Jorge; ampliação do Parque Municipal; novo sistema de distribuição de energia e iluminação pública.

Além de considerar todas as sugestões propostas pelo PGA, citadas acima, sugere-se também que a Prefeitura de Alto Paraíso e demais órgãos competentes considerem a análise realizada neste presente estudo a fim de alcançarem métodos de monitoramento e administração dos impactos do turismo e dos problemas locais.

A utilização da análise fatorial⁵⁷ na compreensão dos impactos turísticos, pode ocorrer da seguinte maneira:

- *Fator 4*: Resultados do turismo de massa. Variáveis: intenso fluxo de veículos na vila e poluição sonora. *Sugestão*: A construção de um estacionamento único em uma área pública⁵⁸, onde o turista deverá deixar seu carro e caminhar a pé pelas ruas da Vila irá aliviar o intenso fluxo de veículos. Com isso, a poluição sonora, causada pelo som dos carros estacionados na praça da Vila, irá diminuir consideravelmente.

Abaixo são apresentadas algumas sugestões, resultantes da presente pesquisa, que poderão auxiliar no desenvolvimento sustentável do turismo na Vila de São Jorge:

- a) Reavaliar o sistema de coleta pública para atender as necessidades do turismo: Nos períodos de pico a coleta não tem atendido a demanda, é necessário repensar a quantidade de pessoas que trabalham neste setor, os dias de coleta e o transporte para realizar esta tarefa. A prefeitura deve estudar, com urgência, alternativas para tal problemática, pois isto pode causar problemas ambientais e de saúde para a comunidade e turistas.
- b) Evitar desperdícios de água: Nos períodos de seca a situação alcança o limite crítico. Com isso, torna-se necessário criar uma cultura de armanejamento de água nas casas e estabelecimentos comerciais. Algumas pousadas possuem piscinas para o conforto de seus hóspedes, mas estes proprietários devem pensar em evitar desperdícios. A prefeitura deve viabilizar um sistema de abastecimento de água eficaz e suficiente para a quantidade de turistas que a Vila recebe, principalmente nos feriados e época de férias.
- c) Estação de Tratamento de Efluentes: deve-se implementar, com urgência, uma ETE, pois a situação dos esgotos domésticos está totalmente

⁵⁷ Algumas variáveis correlacionadas em um mesmo fator não alcançaram um raciocínio lógico na explicação da correlação. Nestes casos, sugere-se que as variáveis não compreendidas sejam desprezadas, pois significam o erro aleatório do modelo estatístico.

⁵⁸ Sugerido no PGA (2006).

precária. Contudo, o projeto tem que ser viável e seguir os parâmetros corretos.

- d) Regulamentação: é necessário estabelecer algumas normas quanto à poluição sonora (local, horário, etc) e limites de construção, para não descaracterizar o local. A paisagem construída interfere na formação da imagem do destino turístico. Sugere-se que após estabelecer as normas a prefeitura e a ASJOR produzam um material informativo para a comunidade.
- e) Capacidade de suporte: A prefeitura e a ASJOR devem realizar estudos sobre a capacidade de carga física, ecológica, econômica, social, infraestrutura e perceptiva. E isto deve ser divulgado para a comunidade local.
- f) Centro de Atendimento ao Turismo (CAT): Já existe um local para o funcionamento do CAT, mas isto não ocorre adequadamente. Sugere-se que a prefeitura realize acordos de cooperação com Faculdades de Turismo. Desta maneira, profissionais da área que estão em formação poderão estagiar e desenvolver um trabalho de divulgação da informação turística, que é ainda incipiente na Vila.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto M. A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros. In: DUARTE, Maria Laura; BRAGA, Maria Lúcia; *et al.* **Tristes cerrados**: Sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. **Alto Paraíso de Goiás**. Disponível em <<http://www.alto.paraíso.nom.br>>. Acesso em 15 jul. 2006.

AMEND, Marcos Rodolfo. **Avaliação da oferta e demanda turística na comunidade da Barra do Superagui/Paraná**: Subsídios para o desenvolvimento de um ecoturismo de base comunitária. 140f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

ANJOS, Lúcia e RAIJ, Bernardo. Indicadores de processos de degradação de solos. In: ROMEIRO, Ademar (org.) **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo-SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ANTUNES, Rogéria. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. In: RUSCHMANN, Doris e SOLHA, Karina. **Planejamento turístico**. Barueri-SP: Manole, 2006.

AULICINO, Madalena Pedroso. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e ambiente**: Reflexões e propostas. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BEHR, Miguel Von. **Berço das Águas do Novo Milênio: Chapada dos Veadeiros**. Brasília-DF: Editora da UnB, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. Série Turismo.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BRANDON, Katrina. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução Nº. 001 de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/conama>>. Acesso em 11 maio 2006.

_____. **Lei Nº. 9985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 10 jun. 2007.

_____. **Decreto Nº. 70.492 de 11 de maio de 1972**. Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de

1961, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal>>. Acesso em 10 jun. 2007.

CERVO, A.R. BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONFLOTA. **Relatório de Impacto Ambiental da pavimentação asfáltica da Rodovia GO-239**. Goiás: CONFLOTA, 2004.

COSTA, Paula; ROSSI, Patrícia; SCHMAHER, Silvania. Reflexões finais: A real contribuição do Ecoturismo para a natureza. In: NEIMAN, Zysman (org.). **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri-SP: Manole, 2002.

CURY, Mauro J. Ferreira. Lazer em Parques Nacionais. In: TRIGO, Luiz Gonzaga (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____ e AGUIAR, Marina. **Fundamentos do turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas-SP: Alínea, 2002.

EDITORIAL LAROUSSE DO BRASIL. **Grande dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Librairie Larousse & Editora Nova Cultural, 2000.

FARIA, Marcelo Oliveira. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Zysman (org.). **Meio Ambiente**: Educação e ecoturismo. Barueri, SP: Manole, 2002.

FEKETE, Janos Laszlo. Turismo sustentável e o uso de fontes renováveis de energia. In: LAGE, Beatriz (org.). **Turismo, hotelaria e lazer**. São Paulo: Atlas, 2004. v. 1.

GRANEMANN, Gladis. Sustentabilidade turística: A avaliação multidimensional da capacidade de carga de áreas turísticas. In: RUSCHMANN, Doris e SOLHA, Karina. **Planejamento turístico**. Barueri-SP: Manole, 2006.

HAIR JR., Joseph; ANDERSON, Rolph. E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William. **Análise Multivariada de dados**. 5ª ed. Trad. de Adonai S. Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. São Paulo: Bookman, 2005.

HORWICH, Robert; MURRAY, Dail; SAQUI, Ernesto; LYON, Jonathan; GODFREY, Dolores. O Ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: A experiência de Belize. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (orgs.). **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Reserva da Biosfera do Goyaz-Cerrado – Fase II**. (Relatório). Comissão Brasileira do Programa MaB. Goiás, 2002.

_____. **Unidades de Conservação**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 12 maio 2006.

_____. **Ecosistemas brasileiros**. Disponível em <<http://ibama.gov.br>>. Acesso em 12 maio 2006.

_____. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 20 abr. 2007.

_____. **Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Disponível em <http://www.ibama.gov.br/parna_veadeiros>. Acesso em 20 abr. 2007.

LACERDA, Roberta C. L. Gontijo; CARNEIRO, Rafael A.; ANJOS, Fernanda D.; CERQUEIRA, Renata F. **A perspectiva do turismo no Distrito de São Jorge – Goiás.** Revista Turismo & Desenvolvimento, n.º. 2, v. 3. Campinas-SP: Átomo, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, João M. Filho. **Ecoturismo e Amazônia:** biodiversidade, etnodiversidade e diversidade cultural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

MELO, Mônica. **A relação entre unidade de conservação e comunidade do entorno:** estudo de caso – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO. 170f. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Departamento de Ecologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MENDONÇA, Rita e NEIMAN, Zysman. Ecoturismo: Discurso, desejo e realidade. In: NEIMAN, Zysman (org.). **Meio Ambiente:** Educação e ecoturismo. Barueri-SP: Manole, 2002.

MIDAGLIA, Carmen. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, Amalia (org.). **Turismo:** impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de Estatística Multivariada:** uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 10 jun. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo:** Diretrizes, metas e programas (2003-2007). Brasília-DF: Mtur, 2003.

_____. **Segmentação do turismo:** Conceitos. Coordenação Geral de Segmentação. Brasília-DF: Mtur, 2005.

MOLINA, Sérgio. Pós-turismo: novas tecnologias e novos comportamentos sociais. In: MOESCH, Marutschka e GASTAL, Susana (orgs.). **Um outro turismo é possível.** São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, José Raimundo. **História dos garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros.** Goiânia: CeMemo-Zé, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Trad. de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAGANI, Maria Inez; SCHIAVETTI, Alexandre; MORAES, Maria; TOREZAN, Fábio. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, Amalia (org.). **Turismo:** impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

PEREIRA, Tarcísio Proença. **Definição de objetivos e visão de futuro como contribuição à Gestão Biorregional no município de Alto Paraíso – GO.** 85 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

PARÓQUIA SÃO JORGE MÁRTIR. **São Jorge**: História. Disponível em <<http://www.saojorgemartir.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

PINHEIRO, Adilson. Monitoramento e avaliação da qualidade das águas. In: ROMEIRO, Ademar (org.) **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo-SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PIRES, Paulo. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – PMAPGO. **Plano de Gestão Ambiental – PGA, Distrito de São Jorge**. Goiás, 2006.

RABINOVICI, Andréa. Articulações e parcerias entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs). In: NIEMAN, Zysman (org.). **Meio Ambiente**: Educação e ecoturismo. Barueri-SP: Manole, 2002.

RODRIGUES, Wagneide. **A busca do paraíso**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.

ROVÈRE, Emílio Lebre La e COSTA, Ricardo Cunha da. Contabilização do balanço de carbono: Indicadores de emissões de gases de efeito estufa. In: ROMEIRO, Ademar (org.) **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo-SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

_____ e SOLHA, Karina Toledo (orgs.). **Planejamento turístico**. Barueri-SP: Manole, 2006.

SALVA, Pere A. Las implicaciones socioculturales del turismo em el mar mediterraneo. In: LEMOS, Amalia (org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVA, Clarinda Aparecida. **Paisagem – campo de visibilidade e de significação sociocultural**: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Vila de São Jorge. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio Ambientais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

SILVEIRA, Alex R. Medeiros. **Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**: O impacto cultural de um projeto ecológico. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie214empdf.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2006.

SPSS - STATISTICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCES. Base 10.0 **User's Guide**. Chicago: SPSS, 1999.

SOLDATELI, Márcio. Impactos ambientais negativos no contexto do Turismo de Natureza. In: TRIGO, Luiz Gonzaga (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000 a. Série Turismo.

_____. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. São Paulo: Aleph, 2000 b. Série Turismo.

_____. **Turismo cultural, ecoturismo e ética.** São Paulo: Aleph, 2000 c. Série Turismo.

TRIGO, LUIZ G. G. Problemas e possibilidades do turismo brasileiro. In: Marutschka Martini Moesch; Susana Gastal. (Org.). **Um outro turismo é possível.** São Paulo: Contexto, 2004.

WALLACE, George N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (orgs.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Editora Senac, 2002.

BRASIL. **Projeto de gerenciamento rodoviário do estado de Goiás.** v. 3. Relatório Setorial de Meio Ambiente, 2001. Disponível em <<http://www-wds.worldbank.org>>. Acesso em 25 mar. 2007.

WWF-BRASIL **Cadernos de Educação Ambiental Água para Vida, Água para todos: Livro das Águas.** VIEIRA, André de Ridder; COSTA, Larissa (coord.); BARRÊTO, Samuel Roiphe (texto). Brasília-DF: WWF-Brasil, 2006.

_____. **Turismo responsável: Manual para Políticas Públicas.** SALVATI, Sérgio Salazar (org.). Brasília-DF: WWF-Brasil, 2004.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas.** São Paulo: Contexto, 2001. Col. Turismo Contexto.

APÊNDICE

MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE – CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA

TEMA: IMPACTOS DO TURISMO NA VILA DE SÃO JORGE – GOIÁS

Pesquisadora: Mestranda Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda

Questionário aplicado à comunidade local da Vila de São Jorge

Data de aplicação: março/abril de 2007

Dados do entrevistado	
Ano de nascimento: _____	Observações: _____
Sexo:	_____
(1) feminino	_____
(2) masculino	_____
Profissão: _____	_____
Tempo de moradia na Vila de São Jorge	_____
(1) mais de 04 anos	_____
(2) menos de 04 anos	_____

Impactos do turismo na Vila de São Jorge:

Avaliação do grau de discordância ou concordância

Afirmações	Concordo totalmente	Concordo	Não sei	Discordo	Discordo totalmente
1) O turismo proporcionou a implantação de infra-estrutura (escolas, posto de saúde, posto da Polícia Militar, iluminação pública, etc.) na Vila.	1	2	3	4	5
2) O turismo prejudicou a qualidade da água da Vila e entorno.	1	2	3	4	5
3) O turismo provoca a falta de água em São Jorge, principalmente nos feriados e períodos de férias.	1	2	3	4	5
4) A atividade turística tem causado a poluição do Córrego Preguiça, conseqüentemente, do Córrego Rodoviarinha, e então do Rio Preto, principal recurso hídrico do PNCV.	1	2	3	4	5
5) O turismo tem poluído as cachoeiras (garrafas pet, sacos plásticos, cigarros etc.).	1	2	3	4	5
6) O turismo influenciou no urbanismo inadequado da Vila.	1	2	3	4	5
7) O turismo gera emprego e renda para a comunidade da Vila.	1	2	3	4	5
8) O turismo modificou a paisagem construída da Vila de São Jorge.	1	2	3	4	5
9) O turismo modificou a paisagem natural da Vila e entorno.	1	2	3	4	5
10) O turismo tem proporcionado a especulação imobiliária em relação aos lotes particulares, favorecendo os especuladores externos e desfavorecendo a população local, através dos preços dos lotes, casas e aluguéis elevados.	1	2	3	4	5
11) O turismo ocasionou o aumento de	1	2	3	4	5

moradores na Vila, devido à possibilidade de postos de trabalho.					
12) O turismo proporciona o desenvolvimento econômico na localidade.	1	2	3	4	5
13) O turismo proporcionou a ocupação irregular de lotes.	1	2	3	4	5
14) O turismo gera um fluxo intenso de veículos na vila.	1	2	3	4	5
15) o turismo tem gerado problemas de segurança na Vila.	1	2	3	4	5
16) O turismo tem causado poluição sonora.	1	2	3	4	5
17) O turismo tem causado poluição do ar.	1	2	3	4	5
18) O turismo provocou um grande aumento no volume de lixo produzido na Vila.	1	2	3	4	5
19) O turismo aumentou a produção de esgotos, causando em certos casos mau cheiro na Vila.	1	2	3	4	5
20) O turismo tem provocado a “queda” de energia elétrica em São Jorge.	1	2	3	4	5
21) O turismo tem gerado o acúmulo de lixo nas ruas da Vila.	1	2	3	4	5
22) o turismo tem gerado o acúmulo de lixo nas trilhas do PNCV e das cachoeiras do entorno.	1	2	3	4	5
23) O turismo tem causado a compactação do solo e processos de erosão.	1	2	3	4	5
24) O turismo tem provocado a diminuição ou desaparecimento da vegetação da Vila e proximidades.	1	2	3	4	5
25) O turismo tem causado o afastamento da fauna silvestre da região.	1	2	3	4	5
26) O turismo tem provocado a exclusão da comunidade local.	1	2	3	4	5
27) O turismo ocasionou mudanças culturais à comunidade da Vila.	1	2	3	4	5
28) O turismo é a principal atividade econômica da Vila.	1	2	3	4	5
29) O turismo trouxe desenvolvimento econômico e social para São Jorge.	1	2	3	4	5

Pavimentação da Rodovia GO-239:

Avaliação do grau de discordância ou concordância

Afirmações	Concordo totalmente	Concordo	Não sei	Discordo	Discordo totalmente
1) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, o fluxo de turistas na Vila aumentou.	1	2	3	4	5
2) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, o crescimento da Vila (construção de pousadas, restaurantes etc.) aconteceu de maneira desordenada e acelerada.	1	2	3	4	5
3) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, o perfil dos turistas de São Jorge mudou.	1	2	3	4	5
4) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, a quantidade de ônibus de excursão aumentou.	1	2	3	4	5

5) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, aumentou a insegurança na Vila.	1	2	3	4	5
6) Após a pavimentação da Rodovia GO-239, aumentou o número de carros que circulam na Vila.	1	2	3	4	5
7) A pavimentação da Rodovia GO-239 foi benéfica para a população local.	1	2	3	4	5
8) A pavimentação da Rodovia GO-239 ocasionou impactos negativos para o meio ambiente e para a comunidade local.	1	2	3	4	5

Problemas ambientais, sociais e econômicos da Vila de São Jorge

Avaliação do grau de percepção de problemas

Afirmações	Não é um problema	Indiferente (acontece, mas não incomoda)	Não sei	Problema	Problema grave
1) Vandalismo	1	2	3	4	5
2) Superlotação	1	2	3	4	5
3) Conflitos entre os turistas	1	2	3	4	5
4) Conflitos entre os turistas e a comunidade local	1	2	3	4	5
5) Grande volume de lixo nas ruas	1	2	3	4	5
6) Especulação imobiliária	1	2	3	4	5
7) Sazonalidade do turismo	1	2	3	4	5
8) Segurança pública	1	2	3	4	5
9) Coleta e acúmulo de lixo	1	2	3	4	5
10) Utilização de drogas ilícitas	1	2	3	4	5
11) Escassez de água	1	2	3	4	5
12) Falta de energia	1	2	3	4	5
12) Poluição do Córrego Preguiça	1	2	3	4	5
13) Esgoto doméstico (casas, pousadas, restaurantes etc.)	1	2	3	4	5
14) Pavimentação da Rodovia GO-239.	1	2	3	4	5
15) Aumento do fluxo de turistas na Vila	1	2	3	4	5
16) Crescimento desordenado da Vila.	1	2	3	4	5
17) Paisagem natural modificada	1	2	3	4	5
19) Atendimento médico	1	2	3	4	5
20) Geração de ruídos (poluição sonora)	1	2	3	4	5
21) Poluição do ar	1	2	3	4	5

Agradeço pela colaboração!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)